

**UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – UNC
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ÉLCIO VOLSNEI BORGES

**PROJETOS ESPORTIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS
NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
UM PERFIL DA 26ª SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SDR)**

**CANOINHAS
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ÉLCIO VOLSNEI BORGES

**PROJETOS ESPORTIVOS PÚBLICOS E PRIVADOS
NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
UM PERFIL DA 26ª SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SDR)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional – Universidade do Contestado – UnC/ Campos Universitário de Canoinhas, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Milani.

**CANOINHAS
2009**

DEDICATÓRIA

A minha esposa Vanderléia e minha filha Bianca,
pela compreensão nos momentos de ausência que foram necessários.

A minha mãe Irene,
pelos incentivos e apoio emocional em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Jesus sem os quais não teria força e perseverança para concluir este trabalho.

A minha família, aos amigos e colegas que compreenderam alguma ausência minha, repartindo comigo os momentos de felicidade.

A minha orientadora Prof. Dr^a Maria Luiza Millani, por seu exemplo profissional, pessoal, pelo suporte acadêmico e a confiança depositada em nossa relação. Sua amizade e apoio foram essenciais neste processo de construção do conhecimento.

Aos Professores que compõem o quadro de docentes do programa de mestrado, todo o meu agradecimento e reconhecimento pelo exemplo profissional e a amizade construída nestes dois anos juntos.

Aos secretários municipais, coordenadores, executores e usuários dos projetos sociais esportivos estudados, participantes efetivos deste trabalho, que com sua contribuição, permitiram que este conhecimento científico se construísse.

A Universidade do Contestado e a Uniguaçu por me permitirem as experiências acumuladas e viabilizarem a realização desta dissertação.

EPÍGRAFE

*“Se você busca melhorar-se,
melhorando seu trabalho, guarde a
certeza que o trabalho lhe dará vida
melhor”.*

André Luiz

RESUMO

Observa-se atualmente na sociedade contemporânea, um grande aumento tanto de iniciativas públicas quanto privadas, no que diz respeito à implementação e execução de ações sociais em várias áreas que utilizam o esporte como ferramenta. Nos últimos anos, diversos projetos esportivos sociais estão sendo implantados em todos o país, inclusive na região da 26ª SDR, com o objetivo da inclusão social do segmento da criança e do adolescente. O presente trabalho teve como objetivo geral à análise de como os projetos esportivos públicos e privados participam da inclusão social da criança e do adolescente nos municípios da 26ª SDR. Para isso, após o levantamento dos projetos esportivos sociais nos municípios da região, foram estudados três projetos do setor público e três do setor privado, tendo como critério para seleção, o desenvolvimento de atividades esportivas com crianças e adolescentes. Os resultados demonstraram que os projetos sociais esportivos públicos e privados causam impacto positivo na vida das crianças e adolescentes beneficiados, principalmente com relação às chances de acesso ao esporte, retorno e desempenho escolar e profissionalização ou capacitação para o trabalho, em alguns casos promovendo sua inserção no mercado de trabalho. Todos os dados indicam que os projetos sociais esportivos se configuram como um importante fator de redução de exclusão social na percepção dos usuários e, conseqüentemente, nas atitudes e ações, decorrentes desta percepção.

Palavras chave: projetos sociais esportivos, inclusão social, desenvolvimento regional.

ABSTRAT

There is currently in contemporary society, a large increase of both public and private initiatives, with regard to the deployment and implementation of social actions in many areas that use sport as a tool. In recent years, several social sports projects are being implemented throughout the country, including at the 26th SDR, with the goal of social inclusion of the segment of children and teenagers. This study aimed to examine the overall impact of social sports projects in public and private social inclusion of children and teenagers in the municipalities of the 26th SDR. For that, after the lifting of social sports projects in the region, three projects were studied in the public sector and three private sector, taking as a criterion for selection, development of sports activities with children and teenagers. The results demonstrated that the social projects and public private sports cause positive impact on the lives of children and teenagers benefit, especially with respect to the chances of access to sports, return and school performance and professionalization or training to work, in some cases promoting their integration in the labor market. All data indicate that the social projects is up sports as a major factor in reducing social exclusion in the perception of users and, consequently, attitudes and actions, from this perception.

Keywords: social projects, sports, social inclusion, regional development.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Indicadores qualitativos de programas e projetos sociais..... 80

QUADRO 2 - Projetos selecionados privados e públicos..... 82

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Total de projetos por município..... 78

GRÁFICO 2 - Total de usuários por municípios participantes dos projetos
sociais esportivos estudados..... 85

LISTA DE TABELAS

TABELA - 1	Projetos em Porto União.....	79
TABELA - 2	Projetos em Irineópolis.....	80
TABELA - 3	Projetos em Canoinhas.....	80
TABELA - 4	Projetos em Major Vieira.....	81
TABELA - 5	Projetos em Três Barras.....	81
TABELA - 6	Quantidade total de usuários participantes nos projetos estudados de acordo com o município e a sua origem.....	85
TABELA - 7	Idade /escolarização /sexo /tempo de permanência no projeto..	86

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1	A EXCLUSÃO SOCIAL E A INCLUSÃO SOCIAL.....	20
2.2	POLITICA PÚBLICA E POLÍTICA SOCIAL.....	28
2.3	RESPONSABILIDADE SOCIAL E OS PROJETOS SOCIAIS.....	34
2.4	A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E A EXCLUSÃO SOCIAL.....	39
2.5	POLÍTICAS SOCIAIS PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.....	41
2.5.1	O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	44
2.5.2	O CONANDA e suas atribuições.....	46
2.6	PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS: FERRAMENTAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	47
2.7	AÇÕES SOCIAIS E ESPORTE.....	50
2.8	PROJETOS ESPORTIVOS SOCIAIS.....	54
3	METODOLOGIA.....	70
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	74
4.1	Caracterização dos municípios da 26ª SDR.....	74
4.2	Coleta de dados.....	76
4.3	Projetos esportivos sociais públicos e privados na 26ª SDR.....	77
4.4	Projetos públicos e privados por município.....	78
4.5	Projetos esportivos sociais públicos e privados selecionados.....	82
4.6	Usuários dos projetos esportivos sociais pesquisados.....	86
4.7	Análise dos dados.....	88
4.7.1	Categoria: convivência familiar.....	89
4.7.2	Categoria: inclusão na comunidade.....	90
4.7.3	Categoria: espaços destinados ao esporte, lazer e cultura.....	93
4.7.4	Categoria: acesso ao esporte e ao lazer.....	94
4.7.5	Categoria: escassez de recursos públicos e/ou privados que restringem o acesso e ao usufruto de esporte e lazer, pelas crianças e adolescentes.....	96
4.7.6	Categoria: projetos esportivos sociais.....	99
5	CONCLUSÕES.....	102
6	REFERÊNCIAS.....	107
	APÊNDICES.....	115
	ANEXOS.....	124

1 INTRODUÇÃO

Observa-se atualmente na sociedade contemporânea, o aumento e a variedade de programas e projetos esportivos sociais, em sua maioria voltados para a população de crianças e adolescentes, cujos pressupostos e objetivos alegados são a promoção da inclusão social, educação e o resgate da cidadania via esporte. É nesse contexto que surge uma multiplicidade de iniciativas tanto públicas quanto privadas, no que diz respeito à implementação e execução de ações sociais em várias áreas. Indivíduos das mais diversas classes como artistas e atletas, assim como institutos empresariais, ONG ou fundações, estão envolvidos com ações sociais. Essa expressão pública de opiniões ou sentimentos coletivos manifestados por meio de ações sociais, públicas e privadas, indica uma nova estratégia educativa da sociedade brasileira e mundial em relação aos setores mais necessitados da população. Pode-se afirmar que estes são tempos de parcerias entre Estado e sociedade civil. Está claro que, longe de afastar-se ou eximir-se, o Estado intervindo por meio de uma série de incentivos legais, como financiamento direto ou isenções fiscais e mesmos leis, é colaborador do processo das diversas ações sociais que estão acontecendo. Processos em que o esporte e o lazer estão ganhando cada vez mais destaque como ferramenta para se alcançar os objetivos propostos.

Assim, seja por meio do apelo popular que o esporte têm, ou por sua visibilidade na sociedade brasileira, pode-se afirmar que as ações sociais que utilizam práticas esportivas estão em evidência na sociedade atual. Ações sociais de empresas, ONG, de atletas e ex-atletas, enfim, há uma quantidade de programas e projetos com visibilidade pública que estão colaborando para a divulgação das ações do chamado terceiro setor. Da mesma forma, a noção de direito social, advinda de dura conquista, é substituída pela de responsabilidade social de empresas e personalidades, principalmente esportistas.

Nota-se que os programas e projetos aparecem no Brasil com destaque no cenário das práticas educativas da década de 1990, com o objetivo de promover o exercício da cidadania. São implementados e fomentados por entidades que constituem o terceiro setor e se caracterizam como organizações não governamentais (ONG), entidades filantrópicas, associações comunitárias, fundações e outros. De acordo com estudos sobre os movimentos sociais e da organização popular, como afirma Fernandes (2006), foi na década de 1980, a partir

das lutas sociais que reivindicavam direitos, que essas organizações surgem configurando um novo espaço de interlocução entre o Estado e a sociedade civil, trazendo como características a participação militante e o interesse na redemocratização do país.

Por causa das transformações do setor produtivo da sociedade e da restrição das ações da assistência social ocorreram, nos anos 1990, mudanças nas políticas públicas gerando um novo modelo de desenvolvimento pautado na transferência de serviços da área social para o setor privado sem fins lucrativos. Programas governamentais são desenvolvidos, por meio da captação de recursos por essas organizações, em parceria com prefeituras e governo estadual e federal. Esses programas são dirigidos às camadas populares e, tem como finalidade atender as crianças, adolescentes e jovens em situação de risco social (FERNANDES, 2006).

No Brasil, é por intermédio do Ministério do Esporte (ME) que as ações do Governo Federal na área esportiva, adotam a Política Nacional de Esporte (PNE). São conceitos e ações que abrangem todos os tipos de esporte, da recreação à competição, e visam beneficiar todos os brasileiros, em especial aqueles social e economicamente excluídos. Para a PNE, um jovem que pratique esporte encontrará mais facilidade de conseguir ascensão social, assim como outros valores importantes para a sua formação, pela sua inclusão na sociedade. A prática esportiva, segundo o Ministério do Esporte, propiciará e desenvolverá no indivíduo mais disciplina, capacidade de liderança, respeito a regras e noções de trabalho em equipe dentre outros valores. De acordo com essa filosofia, o Ministério do Esporte em sua linha de ação firmou parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o qual possibilita a captação de recursos incentivados por pessoas físicas e jurídicas, as quais poderão direcionar suas doações aos Projetos Esportivos Sociais. Pois, frente a um país em que os problemas e dificuldades sociais são a principal preocupação dos governantes, se tem o dever moral e ético de praticar e enfatizar a responsabilidade social, principalmente no que diz respeito à democratização do acesso ao esporte e ao lazer para a infância e a adolescência (BRASIL, 2007).

Assim, de acordo com o Ministério do Esporte, o esporte, desenvolvido em projetos sociais, que por sua própria característica de socialização e inclusão social, poderá, a longo ou médio prazo, fomentar uma mentalidade de valores morais e sociais como, por exemplo, a participação, cooperação, liderança, respeito e outros

valores nos sujeitos que foram atendidos pelas suas ações. Isso, sem dúvida, refletirá na comunidade onde esses atores irão atuar, fomentando o desenvolvimento local, pois os valores aprendidos com o esporte, poderão ser transferidos para a esfera da sociedade civil local. Dessa forma, nesse estudo entende-se projetos sociais esportivos como ações públicas e privadas que têm como objetivo utilizar o esporte como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento, social e econômico.

Em Santa Catarina, a evolução histórica mostra, atualmente, estruturas de desenvolvimento regional diferenciadas em relação ao sul, norte, leste e oeste do Estado, reproduzindo o mesmo panorama que se apresenta no Brasil. É nesse cenário de desenvolvimento diferenciado entre regiões, que o planalto norte catarinense, pelo seu crescimento diferenciado e retraído em relação a outros recortes regionais de Santa Catarina, apresenta-se como uma das regiões de maior exclusão e reduzido desenvolvimento no campo do desenvolvimento regional do Estado. Desde a sua formação, o planalto norte, por diversos motivos, apresentou desníveis de crescimento. Nos últimos anos, estudos e debates vêm sendo realizados nas instituições de ensino superior e órgãos públicos ligados ao desenvolvimento regional, em busca das causas desse reduzido desenvolvimento regional no planalto norte e de alternativas para sua recuperação. Parte desses estudos indicam que a questão econômica e social é resultado da incipiente participação política da comunidade e pela falta de união entre os municípios que fazem parte do planalto norte catarinense. Isso, somado à presença política pouca expressiva dos líderes da região nas esferas de governo, tanto estadual como federal, transformou esse espaço em uma região de exclusão social e de pobreza.

É neste contexto social regional atual, que as crianças e os adolescentes se caracterizam como um grupo vulnerável aos efeitos da pobreza e da exclusão social, suscitando a implementação de políticas sociais de assistência a esse segmento. Essa situação não se apresenta somente na região do planalto norte catarinense, mas em todo o Brasil. Por intermédio da mídia, a percepção de que intervenções devem ser realizadas em relação a essa problemática, se tornou prioridade no país, principalmente após a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, o qual deixa clara a condição dessa população como sujeitos de direitos. Dessa forma, tanto o primeiro setor, quanto o segundo e o terceiro setor, envolveram-se com proposta para atender essa demanda. Assim, as ações em

benefício ao segmento da criança e do adolescente estão sendo implementadas por meio de iniciativas públicas e privadas, utilizando-se de várias ferramentas, como projetos e programas sociais para que se consiga atingir esses objetivos.

Dentre estas ferramentas, o esporte, por meio dos projetos esportivos sociais tem se tornado uma das mais utilizadas. Assim, pela aceitação da sociedade e, principalmente do segmento da criança e do adolescente é que o esporte, cada vez mais, vem sendo utilizado como ferramenta específica para a implementação e implantação de ações das políticas sociais. O esporte sempre teve destaque na sociedade em que vivemos, principalmente pela popularidade das suas diversas modalidades. Um aspecto importante a ser salientado é o fato de o esporte ser, na atualidade, um fenômeno social importante e cuja influência atinge a vida de muitas pessoas. Com base neste contexto, cresce a percepção de que o esporte pode ser um importante instrumento para auxiliar crianças e adolescentes em situação de risco social e outras vulnerabilidades e oportunizar a elas um futuro melhor. Se para uma parcela da sociedade, esporte é apenas competição, ele vai além das disputas que ocorrem nos estádios e ginásios. A cada dia, como afirmam Borges e Campos (2005), aumenta a importância do esporte como ferramenta de inclusão social. Mostra disso que o ano de 2005, foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o "Ano do Esporte para a Paz e o Desenvolvimento". A ONU observou que o esporte, mesmo que tenha como princípio o desenvolvimento físico e da saúde, serve para a aquisição de valores necessários para coesão social e mundial. O esporte, afirmam Borges e Campos, (2005), aliado à educação, servirá como ferramenta de inclusão.

Essa orientação chegou às instituições de ensino, instituições e empresas públicas e privadas, que têm investido em projetos sociais dessa natureza. Assim, de acordo com essa filosofia do esporte como fator educativo e social, que se percebe atualmente que muitos projetos esportivos sociais estão sendo implantados em todos o país, inclusive na região da 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), com o objetivo e o discurso da inclusão social do segmento da criança e do adolescente. As empresas usam o conceito de responsabilidade social, para vincular suas marcas às ações sociais que procuram desenvolver. Assim, pela responsabilidade social as empresas ou órgãos governamentais e não governamentais implantam projetos esportivos sociais para atender crianças e adolescentes. Vale lembrar que a população atendida por esses projetos não é

somente crianças pobres ou em situação de risco social, mas todas as crianças e adolescentes independente de classe social, porque o esporte contribui para o desenvolvimento do ser humano, como ética, interação, participação em grupos, práticas democráticas, perseverança, conhecimento do mundo ou de outras realidades sociais.

Embora essas ações sejam válidas e necessárias, não há estudos que mostrem como, e sê, esses projetos sociais estão atuando efetivamente no processo de inclusão social de crianças e adolescentes na região da 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), ou se é mais uma forma de estratégias de marketing das empresas ou órgãos públicos que fomentam e implantam esses projetos sociais esportivos. Assim, a partir dessas considerações preliminares, este estudo buscará responder ao seguinte problema de pesquisa: como os projetos sociais esportivos (públicos e privados) estão envolvidos no processo de inclusão social de crianças e adolescentes na 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional?

Dessa problemática surgiram questões que nortearam o estudo no seu desenvolvimento, que são elas:

- . Quais e quantos são os projetos esportivos sociais destinados ao segmento da criança e adolescente existentes na 26ª SDR?
- . Qual é o tipo de parceria público-privado sustenta esses projetos destinados para a criança e do adolescente?
- . Como esses projetos esportivos sociais (públicos e privados) operam no processo de inclusão social da criança e do adolescente?
- . Quais políticas públicas incentivam a proposição e execução dos projetos esportivos sociais destinados ao segmento da criança e do adolescente?

O esporte praticado pelos diferentes sujeitos envolvidos nos projetos sociais, aliados à educação, segundo estudos realizados pelo Ministério da Educação e do Esporte, constitui uma importante ferramenta de inclusão e de desenvolvimento social. Educando e integrando o cidadão na sociedade, este poderá desenvolver-se e, assim melhorar a comunidade onde o indivíduo está inserido, colaborando para o desenvolvimento de seu município e da sua região. Identifica-se atualmente, o incentivo por parte dos governos, pelas políticas públicas, a disponibilização de verbas destinadas ao custeio de projetos esportivos com cunho social. Também a iniciativa privada tem recebido incentivos fiscais com as quais procuram investir em patrocínio de projetos esportivos destinados à população carente ou a crianças em

situação de risco social. Exemplo disso é a Lei de Incentivos Fiscais ao Esporte sancionada pelo presidente Lula no fim de 2006, a qual possibilita o desenvolvimento de projetos de iniciação esportiva que favorecem a sociedade brasileira.

Portanto, este estudo gerará conhecimento com reflexão e explicação da questão dos projetos esportivos sociais como agentes de inclusão e desenvolvimento. Este conhecimento proporcionará sugestões aos profissionais e instituições envolvidas diretamente na realização desse trabalho tais como as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), Secretarias e Autarquias Municipais de Esportes, Secretarias de Assistência Social, Secretaria Municipais de Educação e empresas privadas. Iniciativas relacionadas à implantação de projetos esportivos de cunho social são prejudicados diariamente em função do desconhecimento sobre os reais benefícios dessas ações e sobre meios e políticas que devem ser utilizadas para a implementação e manutenção dos projetos.

Esta questão tem estreita relação com o desenvolvimento regional como um todo, pois estimula a participação da comunidade civil no atendimento e no relacionamento com os sujeitos envolvidos diretamente e com os demais atores públicos e privados envolvidos indiretamente por essas ações. Os resultados poderão contribuir para sensibilizar os empresários e os gestores públicos a investirem em programas e na manutenção de projetos esportivos sociais como fonte de inclusão social, colaborando assim, para as políticas públicas de desenvolvimento.

Convém ressaltar que a concepção de que é possível desenvolver e incluir os sujeitos através de projetos sociais esportivos é vinculada e dependente da melhoria das condições de qualidade de vida, educação e a implementação de uma política real de estímulo ao desenvolvimento. Não se pode pensar nestas questões sem considerar variáveis sociais, econômicas e históricas nas regiões.

No que se refere à importância acadêmica, a pesquisa vêm preencher uma lacuna do conjunto de estudos e produções sobre o desenvolvimento regional do planalto Norte. Por isso, o debate sobre o desenvolvimento regional tem assumido importância crescente na opinião pública. Há estudos sobre este tema em outras áreas, mas, com vínculo ao desenvolvimento regional e as políticas públicas que resultam em projetos esportivos sociais destinados ao segmento da criança e do adolescente, não há pesquisa realizada até este estudo.

Nesse sentido, o presente estudo se justifica pela sua relevância acadêmica e social, pois se pretende mostrar como os projetos esportivos sociais, pertencentes aos municípios a 26ª SDR, poderão auxiliar na inclusão social dos sujeitos envolvidos.

Desta forma, a partir da problemática apresentada e da justificativa, esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar como os projetos esportivos públicos e privados participam da inclusão social da criança e do adolescente nos municípios da 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR).

Do objetivo geral formulou-se os seguintes objetivos específicos:

- . Identificar os projetos esportivos sociais (públicos e privados) voltados ao segmento da criança e do adolescente vigentes na 26ª SDR.
- . Mapear a relação público-privado presentes nesses projetos destinados ao segmento da criança e do adolescente.
- . Investigar como esses projetos esportivos sociais (públicos e privados) atuam no processo de inclusão social de criança e do adolescente.
- . Investigar que políticas públicas incentivam a proposição e execução aos projetos esportivos sociais destinados ao segmento da criança e do adolescente.

Para a melhor entendimento dos conteúdos pesquisados, a dissertação divide-se em quatro capítulos. No primeiro, são apresentados os fundamentos teóricos, os quais servem para a sustentação de interpretação e análise da exclusão e inclusão social, do terceiro setor e a responsabilidade social empresarial, políticas públicas e projetos sociais esportivos, seguidos por definições dos programas e projetos sociais assim como das políticas sociais que atendem o segmento da criança e do adolescente.

O segundo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos, com as etapas seguidas e do quadro de indicadores de avaliação de programas e projetos sociais para apresentar o cenário dos projetos esportivos sociais e de inclusão social das crianças e adolescentes na região da 26ª SDR.

O terceiro capítulo apresenta a pesquisa e discute os seus resultados tendo como aporte a fundamentação teórica. Inicialmente apresenta-se a coleta de dados, a identificação geral dos projetos esportivos sociais mapeados, em seguida a sistematização e interpretação da coleta de dados com os usuários dos projetos, seguido pela caracterização e interpretação das entrevistas com os usuários, coordenadores e executores.

Finalmente, no quarto capítulo, são apresentadas as conclusões em relação à análise realizada, bem como sugestões e propostas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EXCLUSÃO SOCIAL E A INCLUSÃO SOCIAL

A sociedade atual demonstra potencial de crescimento econômico, tecnológico, social, político, cultural, ético e ambiental, levando ao desenvolvimento que se expressa em todos os setores. Porém, esse desenvolvimento que se apresenta de uma forma globalizada, tem deixado segmentos sociais fora desse processo, pois o modo de produção capitalista é estruturalmente excludente, configurando-se um cenário de exclusão social.

Atualmente, com relação ao processo de exclusão sócia, sua identificação, compreensão e sua mensuração passam pela discussão de sua diversidade e de sua afinidade com o capitalismo. Para Campos et al. (2004, p. 33)

[...] a exclusão social manifesta-se crescentemente como um fenômeno transdisciplinar que diz respeito tanto ao não-acesso a bens e serviços básicos, como à existência de segmentos sociais sobrantes de estratégias restritas de desenvolvimento socioeconômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, de seguridade e segurança pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente.

Como afirmam Campos et al. (2004), a exclusão social tem se manifestado de várias maneiras com relação ao não-acesso a bens e serviços básicos, assim como ao desrespeito aos direitos humanos, segurança, trabalho e renda. Como o autor indica, a exclusão social se faz mais presente principalmente em segmentos sociais sobrantes: parcelas da população carente em relação ao desenvolvimento econômico.

Sposati (1998), afirma que a contribuição à exclusão social, enquanto conceito, aparece ao mesmo tempo em que a sociedade se torna econômica e socialmente dependente, a partir da regulação neoliberal que é globalizada a partir da segunda metade da década de 1970. Desse ponto de vista a exclusão social, no final do século XX, adota o caráter, segundo a autora, de um conceito/denúncia, de quebra da noção de responsabilidade social e pública estabelecida a partir da segunda guerra, como também do rompimento da universalidade da cidadania conquistada no primeiro mundo.

A exclusão social hoje se compara com a universalidade e com ela aos direitos sociais e da cidadania¹. A exclusão, segundo a autora citada, é a negação da cidadania.

Dessa forma, a exclusão traz implícita a problemática da desigualdade, já que os excluídos só o são pelo fato de estarem privados de algo que outros (os incluídos) usufruem. O termo exclusão traduz esta situação porque ele refere-se à não efetivação da cidadania, ao fato de que, apesar da legislação social e do esforço das políticas sociais, uma grande massa de indivíduos não logra pertencer efetivamente a uma comunidade política e social. Indivíduos que vivem no espaço de uma sociedade nacional contribuem com essa sociedade, mas não têm acesso ao consumo dos bens e serviços de cidadania. Embora a lei lhes garanta direitos civis, políticos e sociais, tal garantia legal não se traduz em usufruto efetivo de tais direitos. Definir exclusão é, portanto, inseparável da definição de cidadania, que se refere aos direitos que as pessoas têm de participar da sociedade e usufruir dos benefícios considerados essenciais (REIS e SCHWARTZMAN, 2008).

Castel (2000, p. 22), refletindo o que representa a exclusão afirma que ela

[...] se dá efetivamente pelo estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais. Não se nasce excluído, não se esteve sempre excluído, a não ser que se trate de um caso muito especial. Pessoas que sempre estiveram à margem da sociedade, nunca entraram nos circuitos habituais do trabalho e da sociabilidade ordinária, vivem entre si e se reproduzem de geração em geração, etc. não se trata mais de uma pobreza residual, de alguma forma intemporal, mas de uma novidade que exige análises novas, porque representa o que hoje há de inédito na conjuntura social.

Ao refletir-se sobre o que Campos (2004), Sposati (1998), Reis, Schwartzman (2008) e Castel (2000) informam, é possível visualizar que o fenômeno da exclusão social não está restrito a uma quantidade de direitos e nem somente a uma parcela

¹ A cidadania é o reconhecimento da soberania da nação sobre o Estado, do povo sobre o governo, da sociedade civil sobre as instituições (FALEIROS, 2006. p. 22). Já Dallari (1998, p. 14) afirma que “a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. Marshall (1967, p.32) divide o conceito de cidadania em três partes, civil, política e social, que vão desde o direito à liberdade individual, passando pelos direitos da participação e atuação no exercício político até ao direito de bem-estar econômico e de segurança.

ou segmento da população, mas a um leque de fatores e situações que envolvem variáveis difíceis de controlar e mensurar, pois esse fenômeno não se apresenta como uma situação isolada e vinculada a um local ou situação definida pela cultura ou sociedade. Daí a dificuldade na sua resolução no mundo todo e que, segundo Dupas (1999) teve origem com o fenômeno da globalização.

Desta forma Dupas (1999), afirma que a sensação de que a exclusão social tem aumentado no capitalismo contemporâneo, começa a se generalizar nos países centrais assim como nos menos desenvolvidos. Porém, apesar de seu uso disseminado e de estar influenciando o discurso político, a definição da exclusão social exige ainda uma delimitação adequada já que sua noção é cheia de significados porque representa o ressentimento dos que não podem obter aquilo que reivindicam e assim, se pode dizer qualquer coisa do termo.

Observa-se, a partir da década de 1980, a intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de globalização. As características da globalização retratam a integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento do comércio internacional. Um dos traços marcantes é a crescente presença das empresas transnacionais que se constituem em um fenômeno novo. Estas diferem das corporações multinacionais típicas dos anos 1960 e 1970, pois não são mais estruturas verticalizadas. Observa-se a fragmentação e dispersão do processo de produção por várias nações.

Assim, não somente visam atingir um mercado consumidor global como o fazem utilizando mão-de-obra, tecnologia e matérias - primas existentes em todo o mundo da forma mais eficiente possível e com contratos de trabalho variados. Desta forma, onde lhes é conveniente utilizam mão-de-obra familiar e pagam peça por peça, em outros países utilizam mão-de-obra em tempo parcial com contratos mais precários ou terceirizam parte de suas atividades transferindo para terceiros a responsabilidade de contratação e de relações com trabalhadores que, de uma forma ou de outra estariam sob as suas ordens (DUPAS, 1999, p. 15).

Esse fenômeno de fragmentação e segmentação dos processos de produção não é de todo inédito na história, entretanto, a velocidade e escala em que ocorre hoje o torna peculiar e único. Os impactos que essas alterações provocam na lógica da produção global não são somente em nível macroeconômico. Elas atingem e invadem também a esfera individual ao modificar valores e padrões culturais estabelecidos e sedimentados. Se tornou uma das principais causas do da

insegurança que se generaliza subjacente à preocupação com a exclusão social, ligada às mudanças no mercado de trabalho. Efetivamente, a lógica contemporânea de reprodução do capital, dependente de um mercado sem limites e sem fronteiras sociais, vem produzindo o que Yazbek (1999) chama de caminho da irresponsabilidade global e que constrói uma trama social na qual rompem-se as regulações que ordenavam a desigualdade constitutiva do capitalismo.

O padrão atual de acumulação de capital vem formando, segundo Dupas (1999), um novo paradigma de emprego, flexível, precário e sem garantias de estabilidade associado ao padrão convencional. Essas mudanças, principalmente em sociedades ocidentais, tem causado perplexidade e sentimento de desamparo que é reforçado pelo fato do Estado² estar passando por forte reestruturação. Assim, é neste contexto complexo da globalização e da alteração do papel do Estado que surgiu a preocupação com o fenômeno da exclusão social.

Outro aspecto que pode envolver a exclusão social refere-se ao consumo. A elevação das aspirações de consumo pela população mundial, influenciada pela mídia, mudou o modo de consumo das populações. Embora as mercadorias não sejam acessíveis nem mesmo para muitos cidadãos de países ricos, o padrão de consumo deles é tomado como modelo. A maneira de produção capitalista é estruturalmente excludente e é própria do processo de acumulação. Assim, embora se concorde que o processo atual de acumulação capitalista provoca exclusão, pode-se afirmar que o fenômeno da exclusão não advém imediatamente da economia. Neste, reside o modo e o caráter mais estrutural da exclusão social, outros fatores vão sendo acrescentados a este e formam a visibilidade da exclusão no primeiro e o terceiro mundo.

Assim, a abordagem da exclusão social é, em sua essência, multidimensional conforme afirma Dupas (1999), incluindo a falta de acesso não só a bens e serviços, mas também a segurança, a justiça e a cidadania. Ou seja, relacionam-se as desigualdades econômicas, políticas, culturais, étnicas, sociais e ambientais. Desta forma, existem

² Segundo Cortes (2000, p 26), o Estado é uma instituição criada na sociedade para a sociedade, para controlar e administrar as relações que se estabelecem entre os homens, a partir das relações sociais, econômicas, políticas, culturais identitárias e ideológicas mais amplas.

[...] vários níveis nos quais se pode estar excluído: a) exclusão do mercado de trabalho (desemprego de longo prazo); b) exclusão do trabalho regular (parcial e precário); c) exclusão do acesso a moradias decentes e a serviços comunitários; d) exclusão do acesso a bens e serviços (inclusive públicos); e) exclusão dentro do mercado de trabalho [...] há empregos ruins de acesso relativamente fácil [...] há empregos bons, mas de difícil acesso); f) exclusão da possibilidade de garantir à sobrevivência; g) exclusão do acesso à terra; h) exclusão em relação a segurança em três dimensões: insegurança física, insegurança em relação a sobrevivência (o risco de perder a possibilidade de garanti-la) e insegurança em relação à proteção contra contingências; i) exclusão dos direitos humanos (DUPAS,1999, p. 20).

A exclusão, portanto, tem várias dimensões. Individualmente pode-se estar excluído em algumas das dimensões e não em outras, por isso a dificuldade de compreensão que esse fenômeno social envolve e as inter-relações entre seus diversos aspectos e dimensões. As análises sobre exclusão social freqüentemente tem eleito e aprofundado um ou outro aspecto específico para a sua mensuração.

Pelo fato de o mundo estar passando por uma mudança que abrange várias esferas da vida social, uma multiplicidade de aspectos que podem ser focalizados no fenômeno da exclusão social são utilizadas em diversas interpretações, podendo significar desde estar excluído da possibilidade de garantir a sobrevivência física, até um sentimento subjetivo de ressentimento por não desfrutar de capacidades, bens ou mesmo oportunidades que os outros desfrutam.

Dessa forma, Dupas (1999) toma a pobreza como a principal dimensão da exclusão, pela dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos necessários a uma sobrevivência digna. Com relação ao acesso, afirma ainda que “[...] nas sociedades contemporâneas, esse acesso é balizado por duas vertentes: a renda disponível, normalmente fruto do trabalho, e as oportunidades abertas pelos programas públicos [...]” (DUPAS, 1999, p. 34).

A pobreza já era analisada por Marshall (1967, p.18) o qual afirmava que “[...] a pobreza, do ponto de vista do conceito de capitalismo competitivo, era considerada mais como um fato social do que um problema social”. Ou seja, era considerada como ocorrência normal do processo de capitalismo e, portanto habitual, ao contrário do que se coloca atualmente.

Assim, Yazbek (1999) esclarece que pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma

condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade como gênero, etnia, procedência, demonstrando as expressões vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social. Sinais de, como afirma a autora, qualidades negativas e indesejáveis, que lhes são conferidas por sua procedência de classe e por sua condição social.

É por isso que Milani (2004), afirma que a condição de pobreza vulneraliza os sujeitos submetidos a outros tipos de exclusão em consequência da pobreza. A pobreza na sociedade moderna, segundo a autora, não se define em si mesma, pois, é uma condição complementar das demais formas de desigualdade, que na sociedade capitalista tem sua base na pobreza material. Já Yazbek (1999), define que pobreza é uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista que cria uma população sobrando, gente que se tornou não empregável, parcelas crescentes de trabalhadores que não encontram um lugar reconhecido na sociedade, que transitam à margem do trabalho e das formas de troca socialmente reconhecidas. Essa expansão cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade no trabalho (YAZBEK, 1999).

Sposati (1998), considera que há distinção entre exclusão social e pobreza. Por conter elementos éticos e culturais, a exclusão social se refere também à discriminação e a estigmatização. A autora afirma que a pobreza define uma situação absoluta ou relativa e não entende estes conceitos como sinônimos quando se tem uma visão ampla da exclusão. Esta visão estende a noção de capacidade aquisitiva relacionada à pobreza a outras condições comportamentais, atitudinais, que não se referem tão só à capacidade de não retenção de bens. Dessa maneira, pobre é o que não tem, enquanto o excluído pode ser o que tem: sexo feminino, cor negra, opção homossexual, velho, analfabeto. Para a autora, a exclusão alcança além dos valores econômicos, valores culturais e sociais, juntamente com as discriminações. O pobre é discriminado por ser pobre. Já a exclusão também insere o abandono, o rompimento das relações de convívio, perda de vínculos, que necessariamente não passa pela pobreza.

Desta forma Castel (1998), prefere falar de desafiliação e não de exclusão e recomenda diferentes políticas para atuar nessa questão. Essa definição de Castel é importante na medida em que afiliação lembra um processo, que envolve sujeitos e não a lógica conjugada da classificação. Castel considera possíveis e necessárias escolhas nas sociedades racialmente heterogêneas porque apresentam um quadro marcado pelo racismo. Chama também a atenção para o fato de que as políticas de integração em uma sociedade nacional não devem deixar de perceber as situações diferenciadas por religião, raça e gênero, identidade étnica, retomando o tema do pluralismo e do multiculturalismo. Assim mesmo, como todos os outros, o autor repete a questão da integração na sociedade nacional daqueles que são os mais inúteis ou indiferentemente tratados por todos.

Reis e Schwartzman (2008) usam do enfoque educacional para justificar a desigualdade que gera a exclusão e afirmam que as principais explicações para os processos de longo prazo de exclusão-inclusão são econômicas, mas em forte associação com instituições políticas e elementos sociais e culturais. Dizem ainda que é ingênuo supor que a pobreza e a desigualdade poderiam ser extintas pela simples vontade política, ou pela redistribuição de recursos dos ricos para os pobres, pois os maiores correlatos da desigualdade de renda no país são as diferenças em educação, saúde e habitação. Sem educação, é difícil conseguir emprego, e, na ausência de uma população educada, poucos empregos de qualidade são criados. Com a escassez da educação, seu valor de mercado aumenta, e esta é uma das causas da desigualdade de renda observada no Brasil.

Enfim, um aspecto dessa discussão nos remete a perceber que o capitalismo atual é alimentado por força de suas contradições e uma das contradições numa dialética de exclusão versus inclusão. Apesar do desemprego estrutural crescente (incapacidade progressiva de geração de emprego formal em quantidade ou qualidade adequadas), o capitalismo atual garante sua dinâmica porque a concorrência dos produtos globais incorpora continuamente mercados (inclusão) que estavam à margem do consumo por falta de renda. Assim, o crescimento de empresas globais de bens de consumo tem sido registrado em países periféricos (DUPAS, 1999).

Por isso essa dialética exclusão versus inclusão afeta os indivíduos e os territórios. Os espaços que não são funcionais à nova lógica sistêmica de produção e acumulação, não conseguem se inserir na economia mundial. Em territórios isso

se expressa na dualização acelerada de suas configurações sociais, levando a uma separação em seus processos urbanos. Por sua vez, esses processos de exclusão social e econômica tendem a ser mais violentos e traumáticos do que situações de inclusão limitada (REIS e SCHWARTZMAN, 2008). É por isso que Sposati (1999) afirma que a exclusão social é polar, ou seja, a exclusão social tem um oponente que é a inclusão. Refletindo sobre esta colocação percebe-se que não há uma exclusão pura e simplesmente, mas sim em relação a uma dada situação de inclusão. Para isso é necessário entender-se o que é inclusão, mais especificamente inclusão social.

A inclusão, é inserir, introduzir, fazer parte, não apenas com outro indivíduo, mas sim com todas as pessoas de modo igualitário, pois vivemos em uma sociedade e não isolados uns dos outros (FERREIRA, 1993). Assim, um mundo inclusivo é aquele em que todos os indivíduos têm oportunidades de serem inseridos de maneira participativa na sociedade. A inclusão na concepção de Carvalho (1998) é um processo que envolve mudanças de atitudes, dinamismo e reflexão em torno da sociedade. Com relação a inclusão no contexto social, ou seja, indivíduos que pelo próprio mecanismo social são considerados excluídos, pressupõe-se a sua inclusão por meio de ações e processos pelos quais a sociedade procura dar oportunidades para que ocorra a inclusão.

Assim, Sasaki (1997, p. 41) diz que a:

[...] inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas [...] e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos.

Refletindo a inclusão de Sasaki, pode-se verificar que a sociedade como um todo deve se desenvolver, para assim poder incluir as pessoas excluídas, mostrando o dever de se respeitar todos como seres humanos, cidadãos, possuidores de deveres e direitos. Especialmente possuidores de direitos humanos garantidos em lei as quais se configuram como:

[...] fundamentais de todas as pessoas, sejam elas mulheres, negros, homossexuais, índios, idosos, portadores de deficiência, populações de fronteiras, estrangeiros migrantes, refugiados, portadores de HIV positivo, crianças e adolescentes, policiais, presos, despossuídos, e os que têm acesso à riqueza. Todos, enquanto pessoas, devem ser

respeitados, e sua integridade física protegida e assegurada (BRASIL, 1998a, p.61).

Pode-se observar, no Brasil, a criação de estatutos e leis que vêm para garantir a inclusão social, tanto para populações de fronteiras, estrangeiros, refugiados e outros segmentos considerados de risco. Essas leis pressupõem direitos e deveres que devem ser respeitados tendo em foco a dignidade dessas populações. Desta forma, a discussão sobre exclusão e inclusão baseadas, deixa clara a importância que este tema representa na atualidade. A discussão não está encerrada, pois existem teorias que buscam explicar e refletir sobre esse fenômeno, porém, do que foi dito pode-se afirmar que a exclusão e a inclusão social podem e devem ter perspectivas de soluções, mas estas soluções passarão a se basear em políticas públicas sociais.

2.2 POLITICA PÚBLICA E POLÍTICA SOCIAL

Por política pública entende-se a intervenção na realidade, envolvendo diferentes sujeitos e, dependente de interesses e expectativas (GOMES, 2001). Assim, toda política pública é uma forma de regulação ou intervenção na sociedade e que articula diferentes sujeitos. Constitui um conjunto de ações ou omissões do Estado decorrente de decisões e não decisões que demonstram expectativas e interesses variados, tendo como limites e condicionamentos os processos econômicos, políticos e sociais (SILVA, 2001). Isso significa que uma política pública se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente. Traduz os interesses dos cidadãos em forma de leis, normas e regras oficiais. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações, estrategicamente selecionadas, para implementar essas decisões tomadas. Trata-se de uma linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. Seu desenvolvimento se expressa por momentos articulados, simultâneo e interdependentes, que comportam sequências de ações em forma de respostas, mais ou menos institucionalizadas à situações consideradas problemáticas, consolidadas mediante programas, projetos e serviços.

Toda política pública é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos de bens e serviços essenciais para sua sobrevivência, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social. Desta forma, vista como mecanismo que contém contradições, contrariando a percepção de que a política pública pode ser um recurso de legitimação política ou de uma intervenção estatal, dependente da lógica da acumulação capitalista. Assim, uma política pública pode ser formulada e implementada de diversos modos (SILVA, 2001).

Segundo essa autora, o processo de formulação e implementação das políticas públicas conjuga um conjunto de momentos, não lineares mas articulados e interdependentes, representados pela constituição do problema que chamam a atenção da sociedade, podendo, por força de pressão, assumir visibilidade e transformar-se em questão social³ merecedora de atenção por parte do Estado entrando por conta dessa pressão, na agenda governamental.

Outro momento é a formulação de alternativas da política em que acontece a predecisão abrangendo e constituindo-se do diagnóstico sobre a situação problema; pela adoção da política, momento decisório da escolha de uma alternativa de política para enfrentamento da situação problema, tendo como sujeito relevante nessa ocasião, o poder legislativo. Nesse momento a política é transformada em programa com base nos critérios técnicos apresentados pelos formuladores e em critérios políticos ou defendidos pelo poder executivo.

A fase seguinte que sucede à formação da política pública é a sua implementação com a execução de programas, assumidos por unidades administrativas que mobilizam recursos humanos, financeiros e materiais. Esta se constitui na fase mais abrangente e mais complexa do processo das políticas públicas, de modo que dificuldades conceituais, vontade política, interesses, impedem uma definição e distinção da implementação da própria política. Portanto,

[...] uma política pública desde a sua formação, envolve mobilização e alocação de recursos, divisão de trabalho (tempo); uso de controles (poder), interação entre sujeitos; interesses diversos,

³ A questão social é o ângulo pelo qual as sociedades podem ser descritas, lidas, problematizadas em sua história, seus dilemas e suas perspectivas de futuro (TELLES, 1996, p. 85).

adaptações; riscos e incertezas sobre processos e resultados; noção de sucesso e fracasso, destacando-se a relevância dos sujeitos sociais desse processo e suas racionalidades (SILVA, 2001, p. 40).

Assim, segundo essa autora, o processo das políticas públicas é assumido, nos seus diferentes momentos, por uma diversidade de sujeitos que entram, saem ou permanecem no processo. Estes, orientados por diferentes racionalidades e movidos por diferentes interesses, fazem do desenvolvimento das políticas públicas um processo contraditório e não linear. Por isso como afirmam Jobert e Muller (1987), a ação pública é caracterizada por incoerências, ambiguidades e incertezas em todos os estágios e em todos os momentos. Qualquer política pública é em parte um esforço de coordenação de forças centrífugas que operam no interior da máquina estatal da sociedade.

A formulação de políticas é, com freqüência, marcada pelo fato de quem toma decisões não sabe exatamente o que quer, nem o resultado previsível das políticas formuladas. Também não consideram que as políticas adotadas são o resultado de um processo de negociação no qual o desenho original de um programa pode ser substancialmente modificado da sua versão original. Conforme se percebe, as políticas públicas, de acordo com Silva (2001) e Gomes (2001), são formuladas e implementadas de acordo com a situação problema que pode se transformar em questão social. Essa situação ao entrar na agenda pública, vai direcionar o foco de ação da política. Dessa forma, as políticas públicas assumem denominações de acordo com o direcionamento de seu escopo. É assim que, em relação aos problemas sociais e/ ou manifestações da questão social, a política pública assume a denominação de política social.

Gomes (2001), diz que foi no regime militar que a política social se estabelece realmente, pois a ditadura militar a utiliza para legitimar o regime e como mecanismo de controle social para conter a insatisfação da população em relação aos efeitos perversos do padrão de desenvolvimento excludente. A centralização do poder no Estado caracterizou o autoritarismo presente em nossa formação social, impedindo, dessa maneira a formação de uma esfera pública, separada do mundo privado, que garantia a primazia de regras universais sobre o particularismo do predomínio de uma facção ou grupo na direção dos negócios públicos - poder oligárquico - ou das frações das classes dominantes.

Considera-se, o início das políticas sociais no Brasil o momento em que a literatura a consagrou, ou seja, o período pós-trinta em que a legislação social é produzida. Assim, é a partir de um contexto autoritário, no qual há um modelo de crescimento econômico concentrador de renda e socialmente excludente, que a política social brasileira é estruturada. Dessa forma, a política social tem sido questionada por uma série de traços, pois não houve rompimento com essa visão do direito social como privilégio que a caracteriza como paternalista, clientelista⁴, que exclui a participação da população nos processos de tomada de decisão, evidenciando a privatização do Estado por setores das classes dominantes, restringindo, na prática, os direitos de cidadania (GOMES, 2001).

A partir das lutas empreendidas pelas classes dominadas, no processo de redemocratização da sociedade brasileira, que se organizaram ao redor dos movimentos sociais, assiste-se a uma construção da política, na abertura das próprias contradições da expansão capitalista. Segundo Gomes (2001), nesse período de redemocratização da sociedade brasileira, verificada a partir dos anos 1980 os movimentos sociais passam a demandar políticas sociais universalizantes e mais equânimes, enquanto direitos de cidadania. Essas reivindicações partem das críticas presentes na América Latina, após o encerramento das ditaduras militares, sobre o mau uso do dinheiro público e a inoperância do gasto social. Os movimentos sociais que evidenciam capacidade crítica e reivindicativa, demonstram o amadurecimento político da sociedade brasileira, que organizada se constitui em contrapoder em relação ao Estado. O vértice de todo esse processo se verifica na Constituição Federal Brasileira de 1988 em que um novo enfoque é dado às políticas sociais quando reivindicações históricas da sociedade brasileira tomam status de direito (GOMES, 2001).

Nota-se, entretanto, que no cenário que se abre após a redemocratização da sociedade brasileira, a sociedade civil tem sido constituída por inúmeras organizações em defesa dos trabalhadores, direitos humanos, mulheres, crianças e adolescentes, meio ambiente, associações comunitárias, dentre outros. Ao longo da última década do século XX, a política social brasileira, passou por importantes transformações que levaram à adoção de novos desenhos e estratégias, à

⁴ O clientelismo e a corrupção como informa Abranches (1982, p 18), são problemas que decorrem de uma política social que sem a constituição prévia de uma esfera pública inclusiva, separada do mundo privado, que garanta a prioridade de regras universais sobre o particularismo do poder oligárquico ou das frações da classe dominantes.

ampliação do leque de programas. Atualmente, o país conta com variedades de programas sociais modernos e descentralizados. Portanto, pode-se afirmar que variedade e descentralização caracterizam, em termos gerais, o perfil da política social brasileira atual (BARROS e CARVALHO, 2003).

Segundo Marshal (1967, p. 7), a expressão política social não é um termo técnico com um significado preciso “[...] se refere à política dos Governos relacionada à ação que exerça um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos, ao proporcionar-lhes serviços ou renda”. Desta forma para este autor, a política social compreende uma gama de instituições e serviços que o Estado presta aos cidadãos diretamente ou promulgando leis que obriguem as empresas a fazê-lo. Assim, uma política social pode ser definida como um conjunto de ações estatais, que se tornam um mecanismo pelo qual o Estado intervêm no controle das problemáticas que a relação capital - trabalho gera no campo de reprodução da força de trabalho (SPOSATI et. al., 1985).

As políticas sociais são formas e mecanismos de relação e articulação de processos políticos e econômicos. Os processos políticos de obtenção do consentimento do povo, da aceitação de grupos e classes e de manutenção da ordem social, estão vinculados aos processos econômicos de manutenção do trabalhador e das relações de produção das riquezas. Segundo Faleiros (2006) em relação ao capital, as políticas sociais constituem mecanismos de reprodução de força de trabalho. Esse autor afirma que são pelas políticas sociais que o trabalhador repõe desgastes de sua força de trabalho, obtém benefícios que contribuem para a sustentação de seus filhos ou para sua manutenção quando estiver temporariamente excluído do mercado de trabalho.

Desta maneira, as políticas sociais asseguram a manutenção do trabalho como forma de vida habitual, isto é, contribuem para estimular os trabalhadores a viver do seu trabalho a encostar-se em benefícios. As políticas sociais não rompem o vínculo entre trabalho e benefícios sociais como se pensava. Ao contrário, elas consolidam e articulam esse vínculo, mesmo para aqueles que se encontram fora da vida ativa. O vínculo entre o conjunto da produção e o conjunto da força de trabalho não pode ser garantido pelas empresas particulares. As empresas agem como empreendimentos voltados para seus objetivos de expansão e lucro e, podem criar benefícios especiais para seus empregados, como creches e assistência médica. Porém, esses benefícios diferenciados aumentam o custo da mão-de-obra,

e nem todas as empresas podem suportá-los, encarecendo seus produtos (FALEIROS, 2006).

É por isso que as políticas sociais, apesar de aparecerem como compensações isoladas para cada caso, constituem-se em sistema político de mediações que visam a articulação de diferentes formas de reprodução das relações de exploração e dominação da força de trabalho entre si, com o processo de acumulação entre si, com o processo de acumulação e com as forças políticas presentes. Nesse sentido as políticas sociais integram um sistema de garantia de direitos, com o reconhecimento do indivíduo e do coletivo como sujeitos na construção da história, pela participação política, exercício da autonomia, em um Estado de direitos, com condições e meios de vida digna.

As políticas sociais são traduzidas em um complexo processo de relações da sociedade com o Estado, no enfrentamento de interesses dos blocos que disputam legitimidade, poder e ganhos econômicos, cujos resultados variam em função das diferentes conjunturas históricas. Dessa maneira, a política social torna-se uma conquista participativa dependendo da influência do movimento social sobre o planejamento e execução de uma política pública (SPOSATI et. al., 1985).

Cohen e Franco, (1993), afirmam que a política social tem como princípio orientador, inalienável, a procura pela equidade (igualdade e justiça social), já que a equidade implica na satisfação das necessidades básicas da população, priorizando-as segundo seus graus de urgência relativa.

Também esses autores afirmam também que para analisar os princípios de equidade e eficiência nos fins das políticas sociais em função de seus objetivos, é possível distinguir três tipos de políticas:

1-As políticas assistenciais, que procuram elevar o nível de consumo de uma parte da população; 2-políticas de investimentos em recursos humanos, tem um investimento de médio e longo prazo e responde tanto às necessidades da clientela, que requer capital humano para satisfazer suas necessidades por si mesma, como às demandas da sociedade, que exige uma população em condições de assegurar sua continuidade e desenvolvimento; 3-políticas de atividade promocionais, costumam ter objetivos sociais e de outra natureza, o que conduz que a eficiência apareça nelas como fim, inclusive a curto prazo (COHEN e FRANCO, 1993, p. 26).

Portanto, a política social cumpre o objetivo de investir em recursos humanos, mas necessita que o sistema produtivo (econômico) esteja em condições de demandar esse pessoal para o mercado de trabalho, para que possa oferecer emprego para a mão-de-obra qualificada. Dessa forma, percebe-se que a política social teria relação com os processos de produção e distribuição, como a economia, e não existiria modo de separá-las (COHEN e FRANCO, 1993).

Os objetivo e metas das políticas sociais são formuladas de acordo com o contexto social, por planos que visam atingir seus objetivos e atender a população com ações. Mas muitas vezes isso não acontece, não por falta de planejamento ou eficiência da política, mas devido a mudanças sociais no contexto onde iriam atuar. As mudanças sociais ocorrem a partir da interação de fatores que não podem ser totalmente controlados pela ação prevista nos planos (GOMES, 2001).

Dessa forma, com o modelo atual de política social, o Estado passa a dividir com alguns segmentos da sociedade civil organizadas responsabilidades e funções para a promoção do bem-estar social. Abre-se, então, um campo de ações assistencialistas que objetivam diminuir ou eliminar os desequilíbrios econômicos e sociais, apresentando múltiplos serviços compensatórios às comunidades carentes ou vulneráveis. Assim, neste contexto atual do Estado e do mercado e diante das transformações societárias, destaca-se a responsabilidade social como mais uma das estratégias mercadológicas e sociais da atualidade.

2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL E OS PROJETOS SOCIAIS

Ao se pensar em responsabilidade social, se faz importante entendê-la no contexto da lógica do Estado, mercado e sociedade civil. De acordo com as suas operacionalizações, se pode afirmar que o Estado (Brasil) é dominado e monopolizado pela classe dominante, a burguesia. Desse modo o capitalismo, se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção, pelo trabalho livre e assalariado e pela acumulação do capital. Esta forma de expropriação fica acentuada no neoliberalismo globalizado, ampliando a exclusão social e a desintegração das classes. (RICO, 1998).

No Brasil, em meados dos anos de 1989, com a eleição de Fernando Collor de Mello para a presidência da República, aparece o neoliberalismo, que consiste na perda da responsabilidade do Estado, se tornando um Estado Mínimo, restringindo o

papel do Estado na garantia dos trabalhadores, tanto urbanos como rurais, privatizando empresas públicas, isto é, de serviços públicos, transformando e influenciando a sociedade civil a movimentar-se em busca de respostas às suas necessidades, concebendo-se e vinculando-se o movimento da sociedade civil com denominado terceiro setor (MONTAÑO, 2005).

Por meio do terceiro setor as empresas vêm atuando com projetos e interesses nas comunidades, entidades que por sua vez atuam nas mais diversas áreas como: meio ambiente, saúde, educação, apoio à criança e ao adolescente, e à pessoas com deficiência, terceira idade, entre outras (IOSCHPE, 2005).

Em relação a responsabilidade social praticada pelas empresas, Pfeifer (2006, p. 43) afirma que:

[...] entende-se Responsabilidade Social das empresas tendo por eixo os fenômenos sociais mais amplos, isto é, inserida no âmbito de um novo esquema de atendimento às demandas sociais decorrentes da reforma do Estado.

Desta forma, de acordo com o autor, a responsabilidade social empresarial é resultado da reforma do Estado e esta inserida no campo de um novo esquema de atendimento as demandas sociais. Ainda, segundo Cappelin e Giuliani (1999, p. 64) “[...] a responsabilidade social pode ser considerada por seus propositores como um fator competitivo para a empresa”. Entendida como solidariedade empresarial, a responsabilidade social é implementada pelo capital na contemporaneidade, sendo um espaço para as empresas capitalistas envolverem-se no enfrentamento da questão social, com prestação de serviços (CAPPELIN e GIULIANI 1999).

Para Pfeifer (2006), a ênfase nestas questões pode explicitar a visibilidade de novos tipos de organizações, como: da cidadania empresarial, empresa cidadã, empresa ética, entre outras terminologias. Assim percebe-se que a nova ação social empresarial está procurando retorno além de colaborar com o desenvolvimento social do país, demonstrando que a iniciativa privada deve ser consciente e tem uma responsabilidade social em relação aos problemas que atingem a sociedade.

Nesse contexto, a responsabilidade social, e as novas formas de organização deste setor, vêm ao encontro da questão social, sejam ela urbana, rural, do meio ambiente, gênero, raça. Dessa maneira, ao se refletir sobre o que é posto em relação a responsabilidade social das organizações empresariais, que vêm se

desenvolvendo em projetos de cunho social, vê-se que essas ações partem, por um lado de exigências legais e por outro, de manifestações dos consumidores e investidores, numa perspectiva estratégica de marketing.

[...] a contribuição das empresas ao assumirem o compromisso de investir no social vem de forma indireta, quando o investimento social realizada por elas se configura pelo uso de recursos de origem privada, destinadas as organizações da sociedade civil com certificados de utilidade pública (PFEIFER, 2006, p.44).

Diante disso, em decorrência das transformações e da concorrência entre os grupos capitalistas transnacionais e monopolistas e das lutas sociais, surgia do trabalho o modelo toyotista, no qual o capital iniciou a reorganização das formas e dominação societal (ANTUNES, 2005). Seu objetivo era o resgate da hegemonia, nas diversas esferas da sociedade. A tendência deste novo modo de produção é o de torná-lo menos braçal, e cada vez mais intelectual, com capacidades criativas, domínio das informações.

Segundo Antunes (2005, p. 48) este período se caracteriza como a:

[...] fase em que transformações econômicas, as mudanças na produção e nos mercados, as mudanças culturais, geralmente associadas ao termo “pós-modernismo”, estariam conformando um momento de maturação e universalização do capitalismo, muito mais um trânsito da modernidade para a pós-modernidade.

Esta nova forma de organização industrial, segundo o autor, possibilitou a chegada de um trabalhador mais qualificado e participativo. Neste contexto, as mudanças diretas no trabalhador chão de fábrica, veio em favor dos empregadores do que do empregado. Diante disso, as empresas passam a enfrentar maior competitividade em virtude dos processos já citados, além da pressão da sociedade e a crise do modelo neoliberal, fazendo com que as empresas tenham que pensar em novas estratégias. A resposta empresarial a este movimento do setor privado foi focado no começo de uma abertura social da empresa (DURÃO, 2004).

Consequentemente, a responsabilidade das empresas a partir da década de 1970 e início de 1980, foi além da contribuição fiscal e tributária, passou também à responsabilidade social, com o intuito de estabelecer no mercado, o valor e a sua

reputação passou a ser divulgada para toda a sociedade com suas ações filantrópicas.

Durão (2004, p. 8) afirma que:

Os impactos de suas atividades passam a ser de interesse mundial e suas atitudes diante desses impactos refletem na sua imagem junto ao mercado. A responsabilidade social empresarial, passa a ser condição para as empresas se estabelecerem no mercado, valorizando o ativo reputação.

Dessa forma, a responsabilidade social empresarial chega como um meio das empresas se estabelecerem no novo cenário mercantil mundial que se apresenta, pois as suas atividades e principalmente o impacto de suas atividades e, conseqüentemente, sua atitude perante ele, passam a refletir sua imagem no mercado. Neste novo cenário, procurou-se modificar a postura empresarial diante das pessoas envolvidas com ela e não somente sócios e acionistas, procurando resultados baseados na ética, como os *stakeholders* que, segundo o Durão (2004), é um termo criado para designar todas as pessoas ou empresas que, de alguma maneira, são influenciadas pelas ações de uma organização.

Assim, para Durão (2004), ser socialmente responsável implica em elevar ao máximo os efeitos de caráter prático sobre os *stakeholders* que são basicamente os clientes, comunidade, fornecedores, governo, proprietários e empregados, e minimizar as ações negativas dos efeitos na sociedade. Para tanto, a responsabilidade econômica, legal, filantrópica e ética, é dividida desta forma para atingir tal objetivo. A mesma autora coloca que “o discurso neoliberal responde a fragilidade do Estado em equacionar os problemas ambientais e sociais, defendendo a liderança do setor empresarial na construção de uma sociedade mais justa e sustentável” (DURÃO, 2004, p.10).

Para Durão (2004, p. 12), a responsabilidade social pode ser definida:

[...] como um comportamento social no sentido ético ou ainda como sinônimo de contribuição caridosa [...] remete ao conceito de filantropia corporativa, onde a empresa investe numa causa social sem preocupar-se em obter qualquer tipo de retorno.

A responsabilidade social também está associada a filantropia empresarial que se trata de um espaço organizado por empresários nacionais e de empresas

multinacionais no Brasil. Porém, a afirmação do autor acima citado vem ao encontro do discurso ideológico usado pelas empresas, mas que não reflete a realidade, como se percebe. As empresas se preocupam com o retorno que têm com essas ações. Esse retorno não é mensurável quantitativamente, mas sim qualitativamente, pois há um reforço de sua marca vinculada à empresa preocupada com o social. A idéia é que estes conceitos venham corroborar com a ideologia de que a empresa passe a ser encarada como cidadã, membro fundamental da sociedade dos homens, uma entidade social que se relaciona com todos os outros agentes socioeconômicos e, portanto, tem seus direitos e deveres que vão além das obrigações legais estabelecidas no campo jurídico formal. Sobre esse conceito é que Neto e Froes (1999, p. 96) afirmam em relação às empresas que,

[...] com imagem reforçada e dependendo dos resultados dos programas sociais por ela financiados, a empresa torna-se mais conhecida e vende mais. Seus produtos, serviços e, sobretudo sua marca ganham mais visibilidade, aceitação e potencialidade.

Como afirma Tachizawa (2004, p. 58) “a responsabilidade social pode ser resumida no conceito de efetividade como o alcance de objetivos e desenvolvimento econômico e social”. De acordo com o mesmo autor, a responsabilidade social relaciona-se à governança corporativa e a gestão empresarial em situações cada vez mais complexas nas quais, questões ambientais e sociais, são crescentemente mais importantes para o êxito e a sobrevivência dos negócios.

Assim sendo, é importante ressaltar que a responsabilidade social é ainda, um processo em crescimento em vários países do mundo e no Brasil, as empresas perceberão que, além do pagamento de impostos e outros tributos no cumprimento da lei, não podem se resumir a somente isso, sendo a adesão a responsabilidade social é imprescindível, pois ela serve como agente competitivo e de rentabilidade sem a qual atualmente, ou em breve, já estarão fora do mercado.

A questão do trabalho que vem a conciliar com a responsabilidade social desenvolvida por empresas desde a década de 1990, no Brasil, nos remete a idéia de Estado, vindo a desenvolver trabalhos e parcerias com o público e o privado. Questões como o desenvolvimento sustentável, balanço social, direitos humanos, ações sociais para grupos em risco social entre outros, formam o discurso e o objetivo do mercado da responsabilidade social. Nesse contexto de responsabilidade

social empresarial que um dos grupos sociais mais vulneráveis, o da criança e adolescente, é tomado como público alvo para ações de responsabilidade social empresarial, pois segundo as empresas, investindo e procurando melhorar a qualidade de vida, assim como fornecendo educação, é que esses jovens poderão mudar o contexto social onde estão inseridos.

2.4 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE E A EXCLUSÃO SOCIAL

A vida de crianças e adolescentes em um contexto de miséria, violência e abandono, demonstram uma das faces cruéis do processo de exclusão social vivenciado por uma parcela da população brasileira. Sabe-se que o processo de exclusão social, é tão antigo quanto a história da civilização humana, mas remonta ao fim do feudalismo, a instituição de políticas públicas direcionadas à pobreza extrema (MEDEIROS e GONTIJO, 2007).

No Brasil, desde a colonização há pessoas pobres. Segundo Medeiros e Gontijo (2007), o que se apresenta como fato novo é a saída da pobreza para a condição de miséria de muitas pessoas. Dessa forma, segundo o autor, os grupos excluídos, formados pelos novos pobres, além de serem objeto de discriminação social, passam a ser vistos como socialmente ameaçadores. Dessa forma, um dos grupos mais vulneráveis a essa situação de exclusão é o segmento da criança e do adolescente. Dentre as causas mais comuns de exclusão social está o abandono, a pobreza e a violência praticada contra crianças e adolescentes. Segundo os autores acima citados, o abandono de crianças no país é fato cotidiano desde o Brasil Colônia. Nesta época, a assistência às crianças, era baseada em uma perspectiva evangelizadora colocada como missão da Igreja Católica. Cabia às instituições religiosas a responsabilidade pela criação das crianças abandonadas. Atualmente cabe as políticas assistenciais a solução ou a diminuição dos problemas relacionados a esse segmento. No entanto, no Brasil a exclusão social de crianças e adolescentes ainda é comum.

Em regiões geograficamente menos desenvolvidas, observa-se a permanência da pobreza absoluta, a baixa escolaridade e a desigualdade de rendimentos, inseridas em grupos familiares numerosos, correspondendo à forma de exclusão social mais antiga. Nos grandes centros, a ausência de perspectiva para

uma parcela da população com maior escolaridade, o desemprego generalizado e de longa duração, o isolamento juvenil e a explosão da violência marcam o cotidiano de famílias pobres, vítimas das manifestações da exclusão (BURSZTYN, 2000). Nesse sentido, Aleixo e Reis (2004), afirmam que a fragilidade das crianças e adolescentes, os recursos físicos e cognitivos limitados de que dispõem adquirem dimensões maiores nesse contexto. A infância e a adolescência são períodos da vida caracterizados por intensas mudanças orgânicas, psíquicas e sociais, decorrentes da ação de hormônios e da aquisição de valores e referenciais de vida.

Por isso, as crianças e os adolescentes segundo os autores acima citados, tornam-se presas fáceis das seduções da sociedade moderna. O impedimento à satisfação das seduções do consumo, proporciona o crescimento assustador de casos de violência produzida por crianças e adolescentes. Sobretudo, o ímpeto capitalista produz uma diversidade de comportamentos violentos que incidem sobre a população infanto-juvenil.

O trabalho e a exploração sexual infantil são alguns dos tristes exemplos que retratam tal situação. A questão da violência na infância e na adolescência pode ser explicada também como ação e reação frente à inexistência de oportunidades reais vedadas pelo modelo capitalista. Milhões de adolescentes das favelas e bairros dos centros urbanos são obrigados a sobreviver com meios ilegítimos pela simples razão de não existirem outros meios. Dessa forma vendem e usam drogas, furtam, assaltam e matam, e sobre eles recai o poder repressivo do Estado, iniciando conforme afirmam Aleixo e Reis (2004), a decisiva conseqüência da exclusão social, a criminalização de marginalizados rotulados como infratores, prisionalizados no interior de entidades de internação, que os introduz, enfim, em carreiras criminosas definitivas.

Dessa forma percebe-se que a redução das desigualdades sociais intrínsecas ao capitalismo diz respeito à implementação de políticas públicas de cunho social baseadas na efetivação da cidadania e não do assistencialismo, bem como a promoção do acesso e usufruto de bens e serviços, pode propiciar, eficazmente, a redução da exclusão social da infância e adolescência

2.5 POLÍTICAS SOCIAIS PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Nas duas últimas décadas vêm ocorrendo um processo lento de mudança dos paradigmas e pressupostos que constituem as bases das políticas sociais destinadas à população jovem. Em particular, os anos entre 1980 e 1990 apresentaram condições favoráveis à mudanças expressivas de enfoque e de ação. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, bem como, a participação de diferentes setores organizados da sociedade em defesa dos direitos da criança, constituem parte importante destas mudanças, tornadas possíveis no contexto de redemocratização do país. Com novas leis e diretrizes de políticas, destacam-se a centralidade na família e a importância da convivência familiar e comunitária, relacionadas às atribuições e responsabilidades da família e do Estado como frisa o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Política Nacional de Assistência social (2004), (RIZZINI; et. al., 2006).

Pergunta-se quem é a criança e o adolescente de que falam as leis e diretrizes federais? O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 2º conceitua a criança e o adolescente para os efeitos de que se trata a referida Lei (8.069/90) afirmando que “Art. 2º - Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990). Assim, de acordo com a Lei, o segmento da criança e do adolescente abrange o período de vida do indivíduo de zero aos dezoito anos de idade e ainda, no seu parágrafo único, indica que “Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade” (BRASIL, 1990). Portanto, pode-se considerar que até os vinte e um anos de idade o indivíduo está sob a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e tem, dessa maneira, todos os direitos indicados no Estatuto, como se pode ler no artigo 3º o qual diz:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Essa população diz respeito a indivíduos que estão em processo de formação e desenvolvimento e, portanto, segundo a Lei, precisam estar protegidos e com seus direitos assegurados. Assim, é baseado nesses conceitos e princípios priorizados pelo ECA, que as políticas sociais de auxílio ao segmento da criança e do adolescente se apóiam e se fazem cumprir.

Desta forma, foi a partir do movimento pró-cidadania da década de 1980, que contou com segmentos sociais que visavam assegurar direitos humanos, políticos e sociais que a legislação brasileira relativa às crianças e adolescentes sofreu mudanças. O principal marco desse processo é a Constituição da República do Brasil de 1988, mais especificamente no seu Artigo 227, que pode ser considerado como ponto inicial no avanço que vem sendo conquistado nessa área e que afirma ser:

[...] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Nesse artigo há detalhes de direitos imprescindíveis e as violações inaceitáveis à dignidade da pessoa humana. Dessa maneira, tornou-se base de sustentação dos principais dispositivos do (ECA), que assegura às crianças e adolescentes todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, além de proteção integral, visando facultar-lhes o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade.

Atualmente no Brasil, a proteção social dos indivíduos considerados em situação de vulnerabilidade, é uma preocupação tanto do Estado quanto do terceiro setor. O terceiro setor pelas ações que procuram contemplar esse segmento social e o Estado, com políticas públicas, direcionadas à proteção de todos os cidadãos, independente de sua idade ou gênero. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), são objetivos da proteção social básica o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a prevenção de situações de risco, pelo do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, utilizando-se como agente de promoção dessas ações sociais o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Como afirma o MDS, esse nível de proteção é indicado e destinado para a população que vive em situação de vulnerabilidade social que tem origem na pobreza, que sofrem privações de várias origens (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) ou fragilização de vínculos afetivos e familiares – de relações e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). A proteção integral básica é a concretização de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Inclui também as pessoas com deficiência e procura inseri-las nas diversas ações ofertadas.

Os benefícios, tanto de prestação continuada (BPC) como os eventuais, compõem, segundo o MDS, a proteção social básica, dada à natureza de sua realização (BRASIL, 2009). Tendo em vista o caráter universal da proteção social, é que as leis relacionadas ao segmento da criança e do adolescente, como consta no ECA, priorizam a proteção integral.

A proteção integral citada no ECA, constitui o novo paradigma de atendimento às necessidades da população infanto-juvenil, em que todas as crianças e todos os adolescentes são sujeitos de direitos, rompendo com a doutrina da situação irregular das crianças e adolescentes. Nesse sentido, leva-se em conta as necessidades integrais de crianças e adolescentes para além de suas necessidades básicas (GUARÁ, 1995).

No que diz respeito à política social e aos direitos de crianças e adolescentes, há ambiguidade importante que a caracteriza – o somatório de características públicas e privadas. Um aspecto significativo dessa ambiguidade tem a ver com o fato de a sociedade brasileira, em matéria de assistência social, ter sido historicamente marcada pela ênfase na esfera privada e no recuo das funções públicas do Estado. Característica presente ainda hoje e que revela a dificuldade das classes dominantes em instaurar mecanismos universalizantes e democráticos nesse território. A outra face dessa ambigüidade na área de políticas sociais voltadas para crianças e adolescentes, diz respeito ao fato de organizações e entidades que atuam na defesa de direitos desse segmento terem extração religiosa, diretamente, ou serem financiadas por Igrejas (SALES, 2006).

Percebe-se, entretanto, que a manifestação da questão social que envolve a infância e a juventude está rompendo com o caráter historicamente periférico que lhe

foi destinado no seio das políticas públicas. Essa ruptura vem dando-se por investimento coletivo, ao longo dos dezenove anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (SALES, 2006).

2.5.1 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

O ECA consolida o plano formal e a perspectiva da proteção integral como princípio ordenador das políticas públicas para a infância e adolescência (MENDES e MATOS, 2006). Esse estatuto preserva na íntegra a linha de raciocínio filosófico e lógico dos documentos internacionais e afirma as condições jurídicas da criança e adolescentes como sujeitos de direitos.

Nesse sentido, o ECA não só rompeu com a estigmatização formal da infância e adolescência pobres anteriormente categorizadas como a menoridade, como ainda buscou desjudicializar o atendimento a esses segmentos da população. O estatuto atentou para a igualdade de direitos entre todas as crianças e adolescentes, independentemente de suas diferenças de classe social, etnia, gênero ou quaisquer outras, tornou-os, portanto, sujeitos de direitos a serem garantidos, com absoluta prioridade, pelas políticas sociais (MENDES e MATOS, 2006). O Estatuto estipula normas que visam à proteção da criança e do adolescente com vistas ao seu desenvolvimento integral. Conclama primeiramente a família, que para a criança ou adolescente, se configura como a base moral e psicológica, tornando-se imprescindível para a sua formação como ser em desenvolvimento, também convoca o Estado e a sociedade a proverem condições adequadas ao desenvolvimento de todas as crianças e adolescentes, sem qualquer tipo de distinção ou discriminação.

Além de garantir os direitos, o ECA, apresenta as diretrizes da política de atendimento para a infância e juventude, como se lê no seu artigo 86:

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (BRASIL, 1990)

Percebe-se, de acordo com esse artigo, que o atendimento aos direitos e necessidades da criança e do adolescente deverá se realizar por ações conjuntas

entre todas as esferas do governo e de ações não governamentais. Essa colocação abre um campo de atuação e ação da política de atendimento a esse segmento.

O Estatuto ainda preconiza as linhas de ação da política de atendimento, que procuram atingir e alcançar todas as ações relacionadas à proteção integral da criança e do adolescente deixando claro, nessas linhas de ações, a preocupação com o atendimento, programas e serviços destinadas a esse segmento, como mostra no seu artigo 87, o qual afirma:

São linhas de ação da política de atendimento: I - políticas sociais básicas; II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos; V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 1990).

Da mesma forma, as diretrizes da política de atendimento, no seu artigo 88, indicam, nos seus seis níveis de atuação que, entre outras prerrogativas, o atendimento deve ser municipalizado, sendo assim, é dever do município o atendimento desse segmento. Também oficializa a criação de conselhos, que devem ser paritários na sua formação, tanto em nível municipal, estadual e federal. Essas diretrizes estão bem explícitas no artigo 88, o qual indica que :

São diretrizes da política de atendimento: I - municipalização do atendimento; II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais; III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa; IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; V - integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional; VI - mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade (BRASIL, 1990).

Portanto, o Estatuto define o papel dos órgãos que compõe essa rede de atendimento. Percebe-se que as diretrizes dessa política apontam para a descentralização político-administrativa, tendo como base a municipalização, transferindo para os municípios a responsabilidade pelas políticas sociais. Nesse sentido, a municipalização deve ser entendida, segundo Mendes e Matos (2006), como estratégia para facilitar a participação da sociedade no controle social das políticas sociais, e não como simples processo de desconcentração ou de retirada das responsabilidades dos governos federal e estaduais em relação às políticas públicas. Dessa maneira, a municipalização proposta pelo ECA é democrática (MENDES e MATOS, 2006), uma vez que institui os conselhos municipais de direito da criança e do adolescente e os conselhos tutelares. Atendendo aos princípios de descentralização político-administrativa, participação popular e transparência os conselhos de direitos – existentes nas três esferas de governo – possuem caráter deliberativo e têm o papel de controlar as políticas sociais destinadas a esse segmento da população. Sendo paritários em sua composição, isto é, compostos com a mesma proporção de representantes da sociedade e do governo, os conselhos de direitos têm a função de formular políticas sociais na área da infância e da juventude (MENDES e MATOS, 2006). Em nível nacional é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) o órgão de formulação, fiscalização e implantação das políticas sociais destinadas as crianças e adolescentes.

2.5.2 O CONANDA e suas atribuições

Considerado uma das primeiras conquistas após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (julho de 1990) o CONANDA criado em 12 de outubro de 1991 (Lei Federal nº 8.242) é um espaço público institucional, de composição paritária entre governo e sociedade civil, com poder deliberativo e controlador das ações em todos os níveis, no que concerne à Política Nacional de Promoção, Atendimento e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Funciona vinculado à estrutura do Ministério da Justiça e do Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) órgão resultante da extinção do Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA). Atua em articulação com os conselhos estaduais e municipais DCA, com os conselhos setoriais (vinculados aos demais ministérios); com os

órgãos públicos estaduais, municipais e com entidades não-governamentais; e segue as deliberações das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizadas a cada dois anos (SALES, 2006).

Assim, o CONANDA tem como competências e atribuições básicas formular as diretrizes gerais da Política Nacional de Atendimento aos Direitos da Crianças e do Adolescentes; e avaliar as políticas estaduais e municipais, sua execução, e atuação dos conselhos estaduais e municipais DCA. Logo, como afirma Sales (2006), é responsável pelo monitoramento nacional das expressões da questão social da infância e adolescência, e pela regulamentação de medidas – por meios de resoluções – afetas a esse segmento, bem como aos conselhos de direitos e tutelares de todo o país.

2.6 PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS: FERRAMENTAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Após quase duas décadas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), vê-se que há muito a ser feito. Até por ser um instrumento de direitos humanos, as resistências ao cumprimento do Estatuto deixam entrever um grau de tensão entre as práticas político-jurídicas, sociais e econômicas geradoras ou mantenedoras de desigualdades e a defesa efetuada pela sociedade civil democraticamente organizada em torno da integridade e exigibilidade do sistema de garantia de direitos. O empenho desses setores consiste, de um lado, em buscar superar de vez a cultura da arbitrariedade e o caráter ambíguo – entre a compaixão e a repressão – com que sempre foram tratadas a infância e a juventude, como resposta a esse tipo de refrações da questão social no Brasil. De outro, a meta é fortalecer uma cultura de direitos, embasada em garantias e no paradigma da proteção integral de crianças e adolescente, como condição mesmo de uma sociabilidade emancipadora e livre de violências. Enuncia-se, assim, um desafio no plano da cultura e da política, o qual remete a relação entre democracia, cidadania, infância e seus múltiplos impedimentos numa sociedade como a brasileira (SALES, 2006).

Neste contexto, percebe-se atualmente, que o Governo Federal, pelo MDS, mantém programas federais baseados na Política Nacional de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente. Os programas federais são, em geral, padronizados e aplicados da mesma forma no país, a despeito das disparidades

espaciais existentes. Essas disparidades espaciais referem-se tanto à intensidade da pobreza, como a sua natureza e causas. Essa falta de adaptabilidade dos programas federais às condições locais pode reduzir significativamente a efetividade deles. Daí, a importância do município adequar e fiscalizar os recursos disponíveis para a implantação desses programas de acordo com o contexto onde serão inseridos. Esses programas, se bem aplicados e fiscalizados, poderão contribuir para o bem estar, segurança, desenvolvimento e cidadania das crianças e jovens atendidos por eles.

Cabe ressaltar que os programas e projetos da Assistência Social, ECA, terceiro setor e de responsabilidade social têm ênfase no combate à pobreza utilizando o esporte como ferramenta. Dessa forma, todos os projetos esportivos sociais fomentados pelo governo Federal têm respaldo baseado em resoluções do CONANDA, que direcionam as ações e caminhos para a implantação e implementação desses projetos especialmente a resolução nº 79 de maio de 2002. Essa resolução dispõe sobre a parceria com o Ministério do Esporte e Turismo e o Gabinete de Segurança Institucional e dá outras providências como, firmar parceria com Ministério do Esporte e Turismo, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Empresas Privadas, para captação de recursos a serem destinados ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, usando o atendimento aos projetos sociais voltados à infância e adolescência. Os projetos são aprovados pela Comissão de Chancela e encaminhados para serem deliberados pelo CONANDA. Os recursos são repassados a Estados, municípios e organizações não governamentais (ONG), via convênios.

A resolução nº 90 de 23 de junho de 2003, dispõe sobre a criação de Comissão de Chancela a Projetos Esportivos Sociais composta pelos membros indicados na referida resolução; afirma no seu parágrafo único que a coordenação da Comissão será exercida pelo presidente do CONANDA.

Já a Resolução nº 94 de 11 de março de 2004, dispõe sobre o repasse de recursos captados para a viabilização de projetos esportivos sociais destinados à criança e ao adolescente, como afirma o seu artigo 1º, que diz:

Permitir que oitenta por cento das contribuições com destinação específica de viabilizar projetos esportivos sociais ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, nos moldes do artigo 6º, parágrafo único, alínea “a”, da Lei nº 8.242/91 sejam destinados para a

implementação dos referidos projetos, inclusive para o atendimento a crianças e adolescentes com necessidades especiais, desde que chancelados pela Comissão que trata o artigo 3º desta Resolução (BRASIL, 2004).

Esta resolução indica que os recursos remanescentes serão aplicados em projetos de interesse do CONANDA, em qualquer área de atuação, em todo território nacional e permite ao Ministério do Esporte constituir a Comissão de Chancela aos Projetos Esportivos Sociais. Esta comissão deve ser paritária, garantindo representantes do Ministério do Esporte e do CONANDA e que os projetos chancelados pela Comissão, deverão ser submetidos à aprovação da plenária do CONANDA.

Em 2006, surge a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o qual trata de incentivos fiscais destinados ao fomento de práticas esportivas no país e regulamentada pelo decreto nº 6.180 de 03 de setembro de 2007. A lei permite que patrocínios e doações para a realização de projetos desportivos e paradesportivos sejam descontados do Imposto de Renda devido por pessoas físicas e jurídicas. Essa Lei, que ficou conhecida como Lei de incentivo ao esporte, define por projeto desportivo, o conjunto de ações organizadas e sistematizadas por entidades de natureza esportiva, destinado à implementação, à prática, ao ensino, ao estudo, à pesquisa e ao desenvolvimento do desporto, atendendo a pelo menos uma das manifestações desportivas previstas no art. 4º do 2.5.1 Decreto de Regulamentação (6.180/2007).

De acordo esse Decreto, pessoas físicas podem descontar até 6% do Imposto de Renda devido e pessoas jurídicas, até 1%. Para a aprovação, os projetos terão que ser apresentados pelas entidades interessadas à Comissão Técnica que então fará a avaliação deles. Essa comissão é composta pelo presidente, que é o diretor de programa do Ministério do Esporte, reúne assessores do Ministério do Esporte e representantes indicados pelo Conselho Nacional do Esporte.

Desta maneira, o Estado, ao criar um programa que procura incentivar e fomentar o esporte, utiliza, para esse fim o incentivo fiscal como forma de estímulo e apoio a projetos esportivos e paradesportivos, valoriza o papel do esporte no desenvolvimento da sociedade, ao mesmo tempo reconhece a necessidade de compartilhar com o setor privado a tarefa de financiar e promover a prática do esporte para as atividades esportivas. Essa adoção de incentivos fiscais, conforme

está na referida lei, para o financiamento de projetos esportivos pela iniciativa privada, vem ao encontro à idéia de marketing social que empresas estão em busca atualmente, pois conseguem vincular suas marcas com a sociedade e com o público-alvo sem precisar dispor de gastos extras, proporcionando benefícios para a sociedade e para a própria empresa.

Estratégias como esta, articulada e apoiada pelo Ministério do Esporte, acontecem porque o esporte é visto como ferramenta para propiciar valores que podem atingir com sucesso toda a sociedade e em especial as mais vulneráveis, através de projetos sociais que visem a inclusão dessas populações vulneráveis, como afirma o parágrafo 1 do artigo 2º:

Poderão receber os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei os projetos desportivos destinados a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social (BRASIL, 2006).

Atualmente, uma das parcelas mais excluídas da população brasileira, o segmento da criança e do adolescente, é a que vem sendo mais beneficiada pela implantação de projetos esportivos que procuram utilizar como objetivos a inclusão social, educação e outros direitos com práticas esportivas. Desta forma, de acordo com o discurso do Ministério do Esporte, é através de ações sociais esportivas que esse objetivos podem ser melhor alcançados.

2.7 AÇÕES SOCIAIS E ESPORTE

Pode-se definir ação social, segundo Souza (2004, p. 32) como sendo “[...] ação consciente, geralmente com base num planejamento com a qual se pretende influir positivamente num ambiente social”. Historicamente, a ação social esta ligada às formas de assistência que instituições assumiam em função daqueles indivíduos que, devido a obstáculos de idade ou enfermidade física, mental ou social não conseguiam usufruir dos bens necessários a sua existência. É em função da diminuição dos riscos sociais possíveis de serem desencadeados pela população envolvida nestes problemas que a ação social se corporifica como um dos elementos básicos da política do Estado para atingir essa população, pois a base da

ação social é a comunidade (SOUZA, 2004). Desta forma, um dos elementos que atingem maciçamente a população, influenciando o cotidiano dos indivíduos é o esporte. De acordo com esta percepção Marques (2003), salienta o fato de o esporte ser, na atualidade, o fenômeno social mais importante e cuja influência, pela facilidade de seu entendimento e vivência, atinge a vida de muitas pessoas.

O esporte, cada vez mais vem aumentando sua popularidade e ganhando destaque na sociedade, principalmente pela popularidade que apresentam suas diversas modalidades e a divulgação que a mídia vem oferecendo. Nesse contexto, o esporte atualmente com mais ênfase, vem se apresentando como ferramenta para diversas ações de cunho social e educativo, pois, como vários⁵ autores afirmam e mesmo o governo federal, desponta como um elemento de inclusão social e de resgate da cidadania, extrapolando a visão de lazer ou de busca da saúde. Uma sociedade que busca seu aprimoramento e desenvolvimento com padrões éticos segundo Salomão (1987), encontra na atividade esportiva um aliado de seu desiderato.

O esporte faz parte do contexto social em que o indivíduo vive e se expressa, e pode ser considerado como uma manifestação social do que sente e pensa. Nesse sentido Salomão (1987, p. 185) afirma que “[...] a sociedade da mesma forma, é também um reflexo de nossa filosofia de vida. Podemos dizer de um modo geral, há uma grande influência social no esporte e deste na sociedade”. O esporte em suas diversas manifestações representa os anseios da população, seus costumes e seus valores morais. A atração que o fenômeno esportivo exerce nas sociedades fica patente como, por exemplo, no Brasil em época de Copa do Mundo, em que o país pára completamente, desde as classes mais pobres até as mais abastadas, para assistir aos jogos da seleção.

Nesse contexto, que os esportes desde a antiguidade são, em muitos casos, eleitos como formas de atração das crianças e jovens, de atividades corporais que podem ser interessantes para eles e ao mesmo tempo, propiciar o controle do tempo livre e veicular regras de convivência, etiqueta e ética, numa missão civilizatória e educativa, cujo eixo vai dos mais velhos para os mais jovens e das camadas médias e altas para as camadas mais pobres da população.

⁵ DAMATA (2003); BARBIRATO (2005); MACHADO (2007).

Dessa forma Gallahue (2003), pesquisador do desenvolvimento motor, afirma em seus estudos, que os modelos em forma de organizações juvenis e ligas esportivas, desempenham papel-chave na socialização de adolescentes. Programas oferecidos por estas organizações pelos projetos esportivos são modificadores culturais significativos na sociedade moderna norte-americana. Um dos fatores que colaboram para esta afirmação, segundo o autor, que uma das principais vantagens da prática esportiva, em qualquer idade, é a socialização.

Desta maneira, o esporte e a atividade física, têm potencial para serem agentes de socialização⁶. As brincadeiras, os jogos desportivos das crianças, entre outros, são elementos-chaves no processo de socialização. Noções culturais e valores, podem ser transmitidos pela atividade física. Por ser uma prática sócio-cultural que permeia o imaginário dos indivíduos, de forma variada e de acordo com o significado que cada um lhe dá, o esporte, como informa Barbirato (2005), permite a interpretação de seus códigos que sofrem influências socialmente constituídas na relação do indivíduo com o seu meio, por isso a importância dada ao processo de socialização via esporte. Boixadós et al. afirma que o processo de socialização relacionado ao esporte pode ser dividido em três partes:

a - socialização para o esporte (valores, atitudes que a equipe ou a família consideram mais importantes e que produzem a atração inicial pelo esporte); b- socialização através do esporte (diz respeito a atitudes, habilidades gerais, trabalho em grupo, disciplina, esportividade, valores que podem ser obtidos através do envolvimento pessoal no esporte); c- abandono ou retirada do esporte (essa fase diz respeito aqueles que praticam ou praticavam o esporte de rendimento, de forma amadora ou profissional, mas com ênfase na competição visando aos resultados). (BOIXADÓS et al., 1998, p. 298)

Para Boixadós et al. (1998), a socialização não termina ao finalizar-se a adolescência, mas tem continuidade durante toda a vida do indivíduo, apresentando-se pelas atividades físicas ou de lazer, que venham a desenvolver enquanto

⁶ A socialização é o processo pelo qual o indivíduo, no sentido biológico, é integrado a uma sociedade. Pela socialização o indivíduo se torna uma pessoa humana, adquirindo os hábitos que o capacitam para viver em uma sociedade. De uma forma geral, trata-se de um processo de introdução de comportamentos coerentes com as normas e valores em vigor na sociedade, não obstante, as sociedades são diferentes, o que significa que qualquer socialização que venha a ocorrer será de acordo com a peculiaridade de cada uma delas (BARBIRATO, 2005, p. 15 -16).

exercícios físicos ou práticas desportivas. Assim, se a prática esportiva estiver voltadas para a aquisição dos valores sociais e educativos, poderá atingir esses objetivos. Nesse sentido Barbirato (2005) diz que o esporte é um excelente instrumento de socialização porque contribui para a aprendizagem de valores, de normas, de comportamentos e de habilidades sociais. Assim, o esporte é pensado como estratégia de prevenção social através do seu poder educativo, capaz de introduzir, de mudar e de melhorar as condutas do indivíduo, para que este se integre com os demais indivíduos da sua sociedade. Mas, segundo o autor acima citado, isso só se torna possível se e quando as condições de sua prática estiverem direcionadas para a aquisição de valores sociais educativos, de maneira que não haja distorções e nem contaminações pela implementação dos princípios do esporte ditados pelas regras da instituição esportiva.

Percebe-se que o esporte, apesar de críticas quanto ao processo de socialização, é um campo de ação e vivência sob o ponto de vista terapêutico para reduzir comportamentos sociais inadequados, pois permite livre expansão do medo ou da agressividade; no decorrer dos processos de aprendizagem. Thomas (1983), afirma que se passa gradativamente a um comportamento adequado a situação e as normas, ao se estruturar mecanismos que permitam um comportamento sem medos ou de agressividade reduzida, capaz de realizar tarefas impostas. De acordo com esta percepção, pode fornecer lições como de humildade, união, auxílio, conquista, esforço, dedicação. Assim, para Salomão (1987) ao utilizar-se o esporte como ferramenta educacional, pode-se transmitir aos praticantes lições que serão úteis por todo a vida oferecendo-lhes oportunidades de ajuda e mostrando-lhes os problemas e, fazendo-os, perceberem o quanto poderão estar perdendo com atitudes errôneas, desta forma, educando-os de maneira adequada.

Portanto, quando se fala no esporte como fator de educação, socialização e inclusão, deve-se ter como meta a participação de todos, independente de discriminação por conta de gênero, habilidades motoras ou classes sociais. O esporte, na prática esportiva com objetivos de educação, socialização e inclusão, deve ser um direito de todo cidadão garantido em lei, de poder praticá-lo como meio de acesso a cultura corporal do movimento. Quando se fala em socialização pelo esporte, a intenção objetivada é a de aproveitá-lo como uma ferramenta educacional. É nesse contexto do esporte como ferramenta educacional,

socializadora e inclusiva, que os projetos esportivos sociais se apóiam para legitimar suas ações.

2.8 PROJETOS ESPORTIVOS SOCIAIS

Na década de 1980, conforme Melo (2005), com o surgimento e afirmação do conceito de terceiro setor, juntamente com a nova configuração da sociedade civil, as iniciativas, na esfera dos esportes, também são influenciadas. Começam a surgir e ganhar força os programas ou projetos sociais de iniciação esportiva para crianças e jovens, principalmente em bairros pobres. Isso acontece porque a partir dos anos 1980, o direito ao esporte começa a fazer parte, ainda que timidamente, das reivindicações populares. Porém, sua implementação ainda é rodeada de práticas clientelistas e da profissionalização esportiva dos jovens envolvidos nas políticas. Segundo Gawryszewski (2006), o lema para a legitimação das políticas públicas de esporte foi e tem sido o da promoção da cidadania e da inclusão social, como mecanismos controladores da inquietude juvenil. É o esporte, como afirma o autor, que cabe salvar os adolescentes do envolvimento, uso ou o tráfico de drogas assim como outros desvios comportamentais. O termo cidadania tornou-se auto-explicativo e possibilita o acesso às práticas esportivas para a juventude pobre.

Assim, intensificados a partir da década de 1990, projetos com cunho social espalharam-se pelo território nacional, multiplicando-se com o crescimento e variedade das ONGs, contando sempre com parcerias. São vários projetos sociais existentes hoje no Brasil, patrocinados por instituições governamentais, empresas privadas, ONGs ou organizações da sociedade civil (OSCIPs), que visam atingir crianças e jovens, em especial aqueles das camadas mais pobres da população, classificados como jovens em situação de risco social⁷. Assim, houve um significativo aumento de organizações privadas que procuram manter ações sociais, nas quais os esportes ocupam papel central (LANDIM, 2002).

⁷ O conceito de vulnerabilidade social origina-se na advocacia internacional, na luta pelos direitos internacionais do homem, sendo, posteriormente, incorporado pelos estudos e pelas intervenções na área da saúde. Tornou-se eficaz para chamar a atenção às desigualdades e à falta de perspectivas e condições sociais que colocam em risco a saúde pessoal e social de grupos excluídos dos direitos universais do homem (CORREIA, p. 98, 2008).

Nos últimos anos, vem crescendo o número de projetos sociais que utilizam o esporte como um meio de atrair crianças e adolescentes em continuidade ao processo de formação do indivíduo fora do ambiente escolar. Esses projetos configuram-se como intervenções no âmbito público a partir de iniciativas privadas, públicas ou mistas (BARBIRATO, 2005).

Essa complementaridade dos projetos sociais em relação à escola, é frisada nos estudos realizados por Guedes (2006), o qual afirma que todos os projetos por ele estudados se colocam na posição de complementaridade à educação escolar formal, repetindo uma norma que se tornou consensual nestes projetos: são inscritas apenas as crianças e jovens que estiverem matriculadas na escola. Uma consequência desta norma, universal segundo o autor, é a necessidade do bom desempenho escolar, que seria avaliado pela apresentação dos boletins escolares. As formas de lidar com esta exigência são variadas, ficando, em geral, a critério do professor ao qual a criança ou jovem está ligada. Há maior ou menor tolerância, mas na maior parte das vezes, a necessidade do bom desempenho escolar é mais verbalizada do que avaliada. Neste sentido, a avaliação da criança ou do jovem está mais condicionada às suas formas de adesão às regras próprias do projeto, do que à sua avaliação escolar. Mas reproduzem a valorização difusa da escola, em refrões repetidos quase diariamente.

Essa valorização difusa da educação e de escola, explicitada em discursos como a única forma possível para ultrapassar as desigualdades sociais na sociedade brasileira, associada a uma visão de uma escola pública universal de pouca qualidade, também difundida e, à ausência de políticas públicas eficazes ligadas aos esportes, criam ou criaram o terreno – ou mesmo a necessidade – para o desenvolvimento e a proliferação dos projetos sociais esportivos.

Dessa forma, segundo Gawryszewski (2006), por meio dos projetos sociais, que o esporte, como um dos fenômenos culturais de nosso tempo, adota ou assume uma dimensão socializante de promoção da cidadania para àqueles que se encontram abandonados pelo poder público. Quando se afirma que o esporte socializa, dá-se pelo fato de ser possível que, por meio dele, o indivíduo adquira valores e princípios educativos que auxiliam na sua formação. No entanto, a participação em práticas desportivas não garante por si só, a aquisição desses valores sociais, porque isso vai depender das condições e objetivos de sua prática (BARBIRATO, 2005).

Implementados em parcerias entre o Estado e organismos da sociedade civil, os projetos sociais ampliam o conceito de educação quando utilizados para este fim. Como afirma Novaes (2003, p. 124):

Projetos sociais dirigidos aos jovens tornam-se pontes para um determinado tipo de inclusão social, para jovens moradores de certas áreas marcadas pela pobreza e pela violência das cidades. Contudo, é preciso refletir sobre os efeitos sociais que nem sempre são analisados.

Neste sentido, o autor destaca dois efeitos principais: a distinção criada entre os que participam e os que não participam de projetos sociais (jovem de projeto) e a apropriação, pelas crianças e adolescentes da linguagem dos projetos. Assim, se as formas de apropriação e os efeitos sociais dos projetos sociais, inclusive os esportivos, são questões absolutamente fundamentais, deve-se também examinar as condições socioculturais que levam à produção, cada vez maior, de iniciativas pedagógicas dirigidas às crianças e adolescentes pobres complementares à educação formal. Com relação ao fator educacional, Barbirato (2005), afirma que o esporte possui também um caráter social sendo este fator que mais contribui para a formação do indivíduo.

Desta forma, sem ignorar as diferenças existentes entre projetos sociais esportivos - diferenças segundo os autores que envolvem desde formatação institucional, propostos por organismos governamentais, ONGs ou empresas privadas, com parcerias diversas, passando pelas opções em termos de formas de execução, incorporação de voluntários e/ou profissionais, até as diferentes possibilidades de adesão daqueles que são o objetivo do projeto – observa-se segundo informa Guedes em seus estudos, a igualdade dos discursos legitimadores. Discursos baseados, em todos os casos conhecidos, na preocupação em ocupar as crianças e jovens, colaborando para que tenham menos tempo livre e que, portanto, estejam menos disponíveis para serem cooptadas para atividades ilegais. A expressão “crianças e jovens em situação de risco social”, usada frequentemente, tem, justamente, na sua indefinição boa parte de sua eficácia (GUEDES, 2006). Gonçalves (2003), resume, com clareza, esta forma de legitimação dos investimentos que envolvem projetos sociais:

Afastar os meninos do mundo do crime, tirá-los da rua, livrá-los da violência – estas têm sido as justificativas usadas pelos projetos sociais voltados para os jovens das comunidades pobres. Todos pretendem ocupá-los com atividades educativas, esportivas, culturais e de formação para o trabalho. Acreditam que o espaço deixado pela carência de atividades possa ser ocupado pelo crime ou pelo ócio. São várias as entidades espalhadas pelo país cuja intenção é tirar moças e rapazes de situação de risco. (GONÇALVES, 2003, p. 172)

Mas mesmo uma visão sistemática dos projetos sociais permite afirmar, baseado em Barbirato (2005) e Guedes (2006), que os esportes têm sido pensados como estratégias privilegiadas para alcançar as crianças e jovens. Como afirma Roitman (2001, p. 143) “[...] o desporto visa o desenvolvimento integral do indivíduo e à sua formação para a cidadania e o lazer, e congrega os elementos necessários que lhe permite ser um valioso instrumento pedagógico [...]”. O esporte é considerado uma atividade prática altamente socializadora, na qual o esforço físico somado a criatividade lhe proporcionam uma dimensão cultural que faz dele um veículo de educação e, conseqüentemente, de inclusão social. Nessa visão, os esportes aparecem como estratégias inclusivas enquanto, em outros casos, atividades esportivas aparecem associadas a atividades profissionalizantes ou atividades extensivas ou complementares à escolarização formal.

É nesse sentido que, ao tratar da questão esporte/educação, Machado (2007) entende que o esporte é o articulador de ações educativas, juntamente com atividades que priorizam a saúde, a arte e o apoio à escolarização. Vários projetos educativos interdisciplinares, segundo o autor, são apresentados às crianças, objetivando a construção participativa, orientada nos princípios da Educação pelo Esporte e nos Quatro Pilares da Educação, propostos pela UNESCO⁸. Assim, reforçando o discurso atual em relação ao esporte, a prática esportiva, em geral, está associada à promoção do bem-estar psicológico.

⁸ A UNESCO reuniu vultos da educação e formou a Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI que produziu um relatório chamado: “Educação: um tesouro a descobrir” em que se destacam os quatro pilares básicos da educação: (1) aprender a conhecer – pautado no desenvolvimento da vontade e da habilidade de aprender a aprender; (2) aprender a fazer – pois conhecer é indissociável do fazer; (3) aprender a viver juntos – a fim de poder conhecer o outro e a si mesmo, aceitar a diversidade, perceber as semelhanças e trabalhar em conjunto; e (4) aprender a ser – buscando o desenvolvimento total do indivíduo (UNESCO, 2003).

Um modelo esportivo que destaca a competitividade tem sido indicado e fortalece o esporte com fins educativo, pois enfoca o divertimento, o lazer e a parceria nos jogos. O esporte pode, ainda, propiciar autoconhecimento e novas relações de amizade assim como servir como fonte de saúde (MACHADO, 2007). É nesse contexto, segundo Barbirato (2005), que os projetos esportivos sociais incluem os processos de aprendizagens e educação para a aquisição de habilidades motoras, incentivando o desenvolvimento do ser humano nos campos social, pessoal e esportivo.

No Brasil, em relação à esfera federal, mais especificamente ao Ministério do Esporte, percebe-se a reprodução do discurso, um tanto quanto desgastado, do dever ético e moral, diante de um país em que os problemas sociais são a principal preocupação dos governantes, de se exercer a responsabilidade social, principalmente no que diz respeito à democratização do acesso ao lazer e ao esporte para a infância e a adolescência. Esses conceitos não estão colocados ao acaso, pois estão presentes no Art. 227 da Constituição Federal, no Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente e na Carta dos Direitos da Criança no Esporte - Avignone. Esse tema, dada a sua gravidade, é constante nas discussões entre o Governo Federal e organismos internacionais como a Unesco, Unicef e ONU.

Desta forma, no âmbito dos projetos esportivos sociais, o esporte deve ser inclusivo, garantindo o desenvolvimento educacional físico e de cooperação entre os participantes. Segundo Machado (2007), além destes aspectos, o esporte proporciona desafios mentais e físicos e colabora para o desenvolvimento social, promovendo a identidade social e grupal. As classes menos favorecidas sempre viram o esporte como uma forma de escalar posições na vida, de suplantar barreiras da ascensão social e de, potencialmente, obter sucesso. Comprovadamente, na atualidade, sabe-se que o esporte é mais que isso. Fazer e produzir esporte é gerar mais saúde, mais equilíbrio e é principalmente, no discurso do Ministério do Esporte, um importante instrumento para habilitar pessoas a ingressarem construtivamente na sociedade.

O Ministério do Esporte afirma que a ação dos projetos esportivos sociais oportuniza a ampliação ao atendimento da demanda sócio-esportiva do país, firmando novas parcerias com diversos setores, que engajados visam contribuir efetivamente para o combate das mazelas da sociedade, e que conseqüentemente irão acrescentar valores inestimáveis às suas marcas como: Responsabilidade

Social, Sustentabilidade e Governança. Percebe-se dessa forma, que o discurso do Ministério do Esporte tem uma forte ideologia marcada pelos conceitos atuais de valores tanto em nível econômico quanto social, que no fundo estão voltados para o mercado.

Em nível federal, o Ministério do Esporte e o CONANDA, formaram uma parceira que possibilita a captação de recursos incentivados de pessoas físicas e jurídicas, as quais poderão direcionar suas doações aos projetos esportivos sociais aprovados de sua preferência, por meio de depósitos em conta específica no Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, conforme disposto no Art. 260 do ECA. Assim, o objetivo geral das ações que os projetos sociais esportivos incentivados pelo Ministério do Esporte afirmam e procuram cumprir é promover a inclusão social de crianças e adolescentes por meio do esporte, utilizando recursos incentivados, previsto no Art. 260 do ECA, e desta maneira, expandir o atendimento sócio-esportivo do país colaborando, dessa forma, com o desenvolvimento dos indivíduos. Nesse sentido, Tabares (2006, p. 212), refletindo nesses conceitos, coloca “[...] a Educação Física, o esporte e o lazer como um dos mais importantes mediadores do desenvolvimento humano”. Por essa razão, eles vêm sendo incluídos em diversas ações governamentais e não-governamentais com o objetivo de suprir as carências de alguns grupos socialmente desfavorecidos.

De acordo com a colocação do Ministério do Esporte, os projetos esportivos sociais incentivados pelo Governo Federal, contemplam o segmento da criança e do adolescente. Pois, têm como público alvo crianças e adolescentes entre 0 a 18 anos. Seus objetivos e metas são de democratizar a prática esportiva e de lazer como direito de todos; capacitar crianças e adolescentes a ingressarem positivamente na sociedade; gerar mais saúde, equilíbrio psicológico, físico e motor; agregar conceitos de responsabilidade social aos agentes envolvidos no projeto e possibilitar que o esporte seja o ponto de partida para a ascensão social, através da descoberta e aproveitamento de talentos.

Pelos objetivos do Ministério do Esporte, os projetos não são oferecidos especificamente para as comunidades carentes e vulneráveis, mas sim para todos os indivíduos do público alvo escolhido. Isso, claro, com relação aos projetos federais, portanto públicos e de direito de todos. Mas há outros, fomentados e implantados pela iniciativa privada específicos para comunidades carentes ou vulneráveis. Segundo Correia (2008), deve-se ter cuidado ao designar as

comunidades como vulneráveis ou carentes (como é utilizado mais comumente). Ao usar-se essa forma, pode-se deixar de enxergar esses grupos como excluídos, permitindo que os projetos sociais esportivos assumam um caráter clientelista, assistencialista, paternalista ou utilitarista, oferecendo como beneficência aquilo que é um direito dessas comunidades. Isto está bem claro na Constituição do Brasil, na qual os artigos 6º e 217º definem a prática desportiva e do lazer como um direito social e, que cabe ao poder público promovê-las. Para Tabares (2006), esse entendimento é primordial para a garantia da participação política e democrática das populações denominadas vulneráveis e para que os projetos na área da Educação Física, do esporte e do lazer atinjam todo o seu potencial de mediador do desenvolvimento social e humano. Assim, segundo o mesmo autor, o que se espera ver nos projetos sociais, direcionados aos grupos socialmente desfavorecidos (ou vulneráveis), é o compromisso com a transformação da postura política dos grupos vulneráveis.

Conforme aponta Correia (2008), para que os projetos sociais esportivos obtenham êxito e cumpram seu papel transformador nas comunidades vulneráveis, será necessário que eles sejam desenvolvidos e administrados com a mesma seriedade e eficiência de uma empresa, entretanto com comprometimento e responsabilidade social maior. Isso não significa assumir uma postura empresarial dos problemas sociais, mas compreender que o trabalho com as comunidades excluídas deveria ter a mesma qualidade daquele oferecido às demais comunidades incluídas socialmente. Assim, em relação à gestão dos projetos esportivos é necessário, dentre outros fatores, uma boa administração. Para Ander-Egg e Idáñez (1997), bons projetos sociais não dependem apenas de boas intenções, mas também de eficiência operativa; isto é, a capacidade de transformar idéias em ações e em resultados.

Identifica-se ainda na sociedade, mesmo entre participantes e coordenadores dos projetos sociais esportivos e de outras áreas, certa confusão em relação ao significado ou diferença entre programas e projetos⁹. Um programa pode ser constituído por vários projetos; e poderia (ou deveria) ser assumido por

⁹ Programa, como informam Ander-Egg e Idáñez (1997, p. 15), compõe o “[...] conjunto organizado, coerente e integrado de atividades, serviços ou processos expressados em um conjunto de projetos relacionados ou coordenados entre si que são de similar natureza”.

universidades, empresas e outras instituições que tenham como compromisso e meta o desenvolvimento e a emancipação social (CORREIA, 2008).

Já projeto é um conjunto de atividades concretas, coordenadas e inter-relacionadas, porém com orientações mais específicas e objetivas para a solução dos problemas. Vários projetos necessariamente articulados entre si, deveriam constituir um programa. As principais características de um projeto são: duração determinada; utilização de recursos técnicos, financeiros e materiais; alcançar os resultados previstos em sua concepção (CORREIA, 2008).

Torna-se importante a compreensão desses termos, principalmente para colaboradores e gestores que trabalham nessa área. Exemplo disso é a importância de se compreender a definição de projeto para saber que sua existência é temporária e com recursos limitados. Os projetos sociais, segundo o autor acima citado, não podem ter existência indefinida, pois deveriam ter um caráter emergencial para corrigirem falhas eventuais nas políticas e nos planos governamentais. Um projeto social eterno não está cumprindo com o seu papel, pois isso significa continuar mantendo a população envolvida como comunidade vulnerável. Significa que se existissem políticas públicas adequadas e a legislação fosse cumprida não seriam necessários tantos projetos sociais na área do esporte e do lazer (CORREIA, 2008).

Com relação aos projetos sociais esportivos públicos, as ações partem da esfera federal diretamente do Ministério do Esporte, responsável pela elaboração e orientação da Política Nacional do Esporte, que é consequência da 1ª Conferência Nacional do Esporte em suas fases municipais, regionais, estaduais e nacional e teve seu lançamento no final de agosto de 2005, em São Paulo. Segundo o Ministério do Esporte, com o lançamento da PNE o esporte, agora, é

[...] uma política de estado tão importante quanto educação e saúde. O desporto será uma ferramenta para o desenvolvimento humano e econômico do Brasil, [...] é uma política feita da sociedade para a sociedade, levando os benefícios da prática esportiva a todas as pessoas, sem distinção de cor, etnia, gênero ou condição sócio-econômica (BRASIL, 2009).

Já, com base na nova política, os programas e ações do Ministério do Esporte priorizam o apoio ao fortalecimento da prática esportiva dentro da escola pública de

ensino fundamental e médio, levando saúde, desenvolvimento humano e referencial do esporte de alto rendimento, a favor das modalidades esportivas e paraolímpicas.

Atualmente são realizados diversos programas objetivando o bem-estar, a prática de esportes e, com essas medidas, a inclusão social de milhões de brasileiros: crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência. O Ministério do Esporte mantém e desenvolve uma série de programas e projetos esportivos de abrangência nacional, estadual, regional e municipal, com dotações orçamentárias próprias, em convênio ou com apoio ou com participação de órgãos públicos estaduais, prefeituras municipais, organizações não governamentais, clubes, associações, federações, confederações e demais entidades nacionais. Entre todos esses programas e projetos pode-se citar, como referência: Esporte e Lazer, Segundo Tempo, Pintando a Liberdade, Descoberta do Talento Esportivo e, Bolsa-Atleta, cada um com suas características, objetivos e operacionalizações específicas.

O programa Esporte e Lazer tem como proposta ampliar e garantir o acesso ao esporte recreativo e ao lazer, para crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiências, com as seguintes ações:

I – Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer; II – Centros de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (REDE CEDES); III – Promoções de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e do Lazer (BRASIL, 2009).

O programa Segundo Tempo é realizado em parceria com o Ministério da Educação e promovido pela Secretaria de Esporte Educacional. É um programa destinado a possibilitar o acesso a prática esportiva aos alunos matriculados no ensino fundamental e médio dos estabelecimentos públicos de educação do Brasil, principalmente em áreas de vulnerabilidade social. O programa tem por objetivos segundo o ME:

[...] propiciar contato com a prática esportiva; desenvolver capacidades e habilidades motoras; qualificar recursos humanos profissionais envolvidos; contribuir para a diminuição da exposição a situações de risco social, atuando em conjunto com outras áreas do Governo Federal: implementar indicadores de acompanhamento e avaliação do esporte educacional no País (BRASIL, 2009).

A proposta do programa Pintando a Liberdade é ajudar na ressocialização e profissionalização dos detentos do sistema carcerário brasileiro com a utilização da mão-de-obra destes na produção de material esportivo (bolas de futebol, de futsal, basquete, redes, raquetes de tênis de mesa, bandeiras, mochilas e uniformes). Todos esses materiais esportivos são distribuídos e encaminhados às escolas públicas, suprimindo suas carências nessa área. A implantação do projeto é feita em acordo com a Secretaria de Justiça e Esporte de cada Estado (BRASIL, 2009).

O programa Descoberta do Talento Esportivo tem como proposta a identificação de jovens e adolescentes matriculados na rede escolar que apresentem níveis de desempenho motor compatíveis com a prática do esporte de competição e de alto rendimento. Este programa dá oportunidade para a inserção, o desenvolvimento e o aprimoramento de jovens com talentos esportivos, com a finalidade de aumentar e dar qualidade à base esportiva nacional para um melhor desempenho nos esportes de competição. A expectativa do Ministério do Esporte é de descobrir cerca de 40 mil potenciais talentos esportivos. Todos os dados sobre esses atletas constituirão o Banco Nacional de Talentos e uma fonte permanente de consulta – para clubes, associações atléticas, federações e confederações nacionais (BRASIL, 2009).

A proposta do programa Bolsa-A atleta, segundo o Ministério do Esporte é garantir uma manutenção pessoal mínima aos atletas de alto rendimento, que não possuem patrocínio, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e participação em competições visando o desenvolvimento pleno de sua carreira esportiva. Esse programa tem por objetivo investir prioritariamente nos esportes olímpicos e paraolímpicos, com a meta de formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o País nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (BRASIL, 2009). Para ingressarem no programa os atletas devem atender a todos os pré-requisitos determinados em Lei para sua categoria de Bolsa-A atleta, preencher o formulário de inscrição e encaminhá-lo ao Ministério do Esporte (por via eletrônica, por via postal ou em mãos) e aguardar o resultado.

Desta forma, os projetos sociais esportivos de iniciativa pública estão respaldados em ações governamentais que procuram atingir todas as esferas da sociedade, mas que dependem da vontade política e do contexto regional, dependendo de cada município a implantação ou não dessas ações.

Com relação aos projetos sociais privados, percebe-se que as mudanças que vêm ocorrendo no cenário sócio-político-econômico brasileiro nos últimos anos têm dado espaço à expansão e ao fortalecimento das ações de cunho social respaldada na política de responsabilidade social empresarial. Com relação aos projetos esportivos sociais, pela Lei de incentivo ao esporte, as ações desenvolvidas neste sentido pelas empresas em nível nacional, estadual e municipal têm aumentado. Para Rossetti (2009), cada vez mais, percebe-se no Brasil e no mundo que o investidor social tem características específicas. O investidor corporativo revela-se mais operador de seus próprios projetos do que financiador de terceiros, tem horizonte de planejamento e ação de mais curto prazo e concentra suas áreas de ação em temas mais relacionados ao seu entorno e a seu ambiente de negócios. Desta forma com relação ao cenário nacional dos projetos sociais privados percebem-se ações sociais de empresas que financiam projetos relacionados à educação, esportes e a cultura.

Dentre os grupos e institutos destinados a avaliar as ações sociais empresarial destaca-se o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) que reúne 112 organizações de origem privada e financiadoras de projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Este grupo apresentou em sua quarta edição do Censo GIFE, um mapeamento do investimento social realizado pelos seus associados. O estudo referente aos anos de 2007-2008 teve a parceria do IBOPE Inteligência/Instituto Paulo Montenegro e do Instituto Ibi. No censo que aconteceu entre novembro de 2007 a março de 2008, constatou-se que de 101 associados, 80 associados respondentes investem em torno de R\$ 1,15 bilhão em diferentes áreas sociais, principalmente educação (83%), formação para o trabalho (59%), cultura e artes (55%) e geração de trabalho e renda (53%). Apenas na área de educação, são beneficiadas direta e indiretamente mais de 52 mil entidades e cerca de 4 milhões de pessoas (GIFE, 2009).

A juventude foi a área escolhida para publicação desse Censo 2007-2008 do GIFE. Esta é a faixa etária com maior número de investidores.

Entre os associados, 77% atuam em programas para jovens (em pelo menos uma das três faixas etárias – de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos). No total, são quase 600 projetos ou programas voltados especificamente para jovens, somando aqueles executados diretamente pelos associados e aqueles executados por terceiros e financiados pelos associados. O número total de jovens

envolvidos nesses projetos passa de 9 milhões, representando um valor de Investimento Social Privado da ordem de R\$ 130.605.916,54 (para o ano de 2007). Em porcentagem, a divisão das diretrizes dos projetos são: educação 79%; formação para o trabalho 77%; cultura e artes 36% e esportes 27%. A necessidade de atenção a esse público é uma exigência da realidade brasileira, pois hoje são 53,9 milhões de jovens representando 28,8% da população, o que passa a requerer uma nova ordem política e social, que busque responder à demanda por uma agenda de ações efetivas entre governos, sociedade civil e empresas (CENSO GIFE, 2008, p. 8).

Este estudo que se desenvolveu em nível nacional, permite um recorte das ações sociais privadas empresariais em todo o Brasil. A Rede GIFE – por reunir alguns dos maiores investidores do país – compõe um grupo que responde por cerca de 20% do montante total investido na área social pelo setor privado, de acordo com dados da pesquisa Ação Social das Empresas, do IPEA. Os associados à rede estão presentes com projetos e programas em todo Brasil. A distribuição está mais concentrada no Sudeste, seguido pela região Sul. Logo depois vem o Nordeste, seguido pelo Centro-Oeste. A região Norte tem o menor volume de atuação. Portanto, ao analisar-se os dados fornecidos pelo censo do GIFE, percebe-se a importância das ações sociais pelas empresas, embora as ações em relação ao esporte pelos projetos sociais sejam a minoria.

Em Santa Catarina, de acordo com estudos realizados por Pfeifer (2005) as ações sociais seguem a mesma tendência do cenário nacional. As empresas investem em projetos sociais voltados a educação, meio-ambiente, lazer e esportes. As iniciativas em relação aos projetos esportivos sociais ainda são a minoria. O fato das iniciativas privadas voltadas aos projetos sociais que utilizam o esporte como fator ou ferramenta de inclusão social serem pouco utilizadas pelo setor privado em Santa Catarina, explica-se pelo pouco tempo de implementação de leis e incentivos fiscais que viessem a motivar os investidores privados. Com a percepção atual do esporte como fator educacional, se apresentando na sociedade atual como fenômeno cultural, está mudando a mentalidade empresarial e incentivando as ações sociais nesse sentido.

O esporte é considerado hoje um fenômeno sócio-cultural e, portanto histórico, que vem assumindo cada vez mais um importante papel como linguagem universal, e nesse contexto, vem sendo utilizado como fator educacional. A educação ao se apropriar do esporte como ferramenta para atingir seus objetivos, o

impulsionou em direção a sua democratização, pois, deixando de ser visto apenas como rendimento, ele pode se disseminar entre as pessoas comuns, sem intenções atléticas. Assim o esporte passou a ser também responsável pelo desenvolvimento do comportamento humano, pois, através do conhecimento do seu corpo o indivíduo adquire a noção de si próprio e de suas limitações. Dessa maneira Barbirato (2005) afirma que o esporte servindo como agente educativo é capaz de colaborar para a formação integral do educando. Neste sentido, Ferreira (2001, p. 42) explica que

[...] a formação do homem só pode ser pensada a partir de seu corpo; suas ações precedem dele. Falar em desporto significa falar deste corpo: o corpo humano. Corpo que age, pensa, decide, ama, tem necessidades reais e imaginárias, mas também desejos inimagináveis.

Assim em relação à formação e educação do homem, sabe-se que a primeira noção de aprendizagem se deu através do movimento. Movimentos corporais relacionam o homem com o meio em que se expressa e no qual adquire noções de limitação e conhecimento de si mesmo, e se expressam pelas práticas corporais. Como afirma Elias (1992), os esportes são formas regulamentadas e institucionalizadas de práticas corporais, algumas delas desde a antiguidade. No século XIX, encontraram nas escolas inglesas seu espaço de eleição também mostrando, desde então, como uma eficaz prática pedagógica disciplinadora. Dessa forma, pode-se afirmar que a dimensão pedagógica é inerente à atividade esportiva, constituindo-se a transmissão de técnicas corporais em importante veículo para a transmissão e reprodução de valores e significados.

As vivências esportivas trazem em si mesmas importantes dimensões educativas, moldadas pelas lutas políticas e pelos projetos de sociedade em disputa. Mesmo um projeto educativo que priorize a relação esporte e educação, unicamente do ponto de vista de disseminação da lógica de consumo simples de práticas de lazer, não deixa de ser educativo. Nesse sentido, Gramsci (2001) expõe que toda relação de superioridade é uma relação pedagógica, a partir da concordância ativa e/ou passiva obtida do conjunto da população pela ação dos aparelhos privados de hegemonia, sendo os principais, atualmente, as mídias e a escola.

Por isso, as experiências ou vivências culturais de lazer alcançam uma posição de evidência, tanto na introdução como na conservação de novas relações sociais, podendo influenciar na dinâmica de organização da sociedade. Gramsci

(2001), ressalta que essa relação pedagógica está longe de limitar-se às relações especificamente escolares, existindo

[...] em toda a sociedade no seu conjunto e em todo o indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército. Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais. (GRAMSCI, 2001, p. 39)

É neste contexto de hegemonia que Gramsci trata, o esporte, por conta de suas relações sociais e de seu caráter historicamente voltado à disciplina, lazer e saúde e que possui caráter pedagógico. O sentido pedagógico do esporte vem sendo atualmente vinculado à cidadania, como forma de compreensão ou de seu resgate pelos sujeitos. Para Belo (2001), entende-se que educação e cidadania constituem um binômio inseparável, tendo um de seus pressupostos básicos a prática desportiva em razão, principalmente de constituir-se em um elemento de agregação social. Belo (2001, p. 202) ressalta que, “[...] o esporte ocupa, por outro lado, de forma sadia, os que com ele envolvem-se, tirando-os muitas vezes da ociosidade e do risco a que muitos estão submetidos”. Percebe-se que o risco que o autor se refere diz respeito a manifestação da questão social entre elas a da saúde. Em relação a saúde Menestrina (2000) afirma que o esporte deve fazer parte intrínseca da educação, sejam quais forem às modalidades praticadas. Para esta autora, esporte é saúde e, saúde é pressuposto elementar da cidadania.

Cultivar a saúde envolve a adoção de hábitos saudáveis e auto-conhecimento do indivíduo como elemento integrante do meio ambiente. Assim, por meio da prática regular de uma atividade física, da adequada alimentação, de bons hábitos de higiene e de um estilo de vida apropriado, fica evidente um comportamento significativo, para a obtenção, recuperação, manutenção e melhoria da saúde individual e coletiva (MENESTRINA, 2000, p. 60).

Quando o autor fala em tirar da ociosidade, entende-se que a prática esportiva poderá servir de apoio ou instrumento para proporcionar objetivos aos jovens e a adultos em relação ao esporte. De acordo com essa colocação, o esporte entendido nesse contexto se configura como uma ferramenta para tirar os jovens da

rua, dar-lhes uma formação educacional e uma atividade constante. Nuzman (2007) reforça esse contexto do esporte vinculando a melhoria de vida dos seus praticantes afirmando que o fruto desse esforço é a ascensão social do jovem, mesmo que ele não chegue a ser um atleta de alto rendimento. Para o autor, esse movimento é, sem dúvida, benéfico, proporcionando um ciclo que leva ao desenvolvimento do país (NUZMAN, 2007).

No resgate da atividade desportiva como meio de inclusão social, cabe lembrar que os gregos já utilizavam os jogos esportivos desta forma, bem como para controlar a violência. Como forma de integração e inclusão social, as olimpíadas serviram de motivo para fomentar a unidade nacional. O controle da violência se dava pelos rígidos padrões morais e éticos que os atletas deviam obedecer para corresponderem aos ideais olímpicos que representavam. Atualmente a inclusão social é mais um resultado da atividade física, demonstrada e evidenciada nas paraolimpíadas, em que os atletas que dela participam são pessoas com deficiências (SÉGUIN, 2001).

A visibilidade de inclusão social que a mídia promove pelas práticas esportivas, aliada a outras ações tanto pública quanto privadas fez com que políticas públicas de esporte e lazer e ações sociais privadas começassem a ganhar destaque. Colocando-se como parceiros na luta pela inclusão social são amplamente divulgadas na mídia. Dentre essas ações, como informa Melo (2005), pode-se apontar as promovidas por atletas e ex-atletas que se apresentam como parte do terceiro setor. Essas ações utilizam o esporte como ferramenta para se chegar aos objetivos visados de inclusão social pela prática esportiva. Damatta (2003, p. 43) realça esse poder intrínseco do esporte dizendo que “[...] não há metáfora melhor, não existe melhor símbolo que a inclusão social e de respeito à lei e de igualdade perante a lei do que a atividade esportiva.” Na mesma linha de raciocínio Seguin (2001, p. 193) afirma a respeito do esporte dizendo que “[...] inegavelmente esta é uma atividade que pode ser um elemento importante de inclusão social e de mobilização do desportista no combate ao caos urbano que se instala e na recuperação de valores sociais.”

Seja como for, a junção esporte/inclusão social tem demonstrado, pelo menos nos discursos e também em alguns estudos, que esta dando certo. Pelo fato de as populações excluídas, principalmente no que diz respeito ao segmento da criança e do adolescente, terem a oportunidade de participação nas ações – programas e

projetos esportivos - já é um grande passo em busca da equidade social. Quando se fala em oportunidade leia-se direito de todo o cidadão, pois o mesmo está garantido pela Constituição do Brasil (1998), na qual está definida a prática desportiva e do lazer como um direito social.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza pelo tipo quantitativo e qualitativo. O tipo quantitativo se caracteriza pelo emprego e quantificação nas modalidades de coletas de informações. Os dados qualitativos serviram para apresentar o cenário dos projetos esportivos sociais e da inclusão social de crianças e adolescentes na região da 26ª SDR, assim como das políticas públicas, confrontando a fala dos sujeitos entrevistados com a literatura existente (RICHARDSON, 1999).

Foi realizada uma pesquisa exploratória com o objetivo de conhecer e registrar o cenário dos projetos sociais esportivos na 26ª SDR para que se possa, através da observação, conhecer melhor o cenário dos projetos. A pesquisa exploratória se caracteriza pelo registro, observação, análise e correlação dos fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los trabalhando sobre dados colhidos da própria realidade (CERVO e BERVIAN, 2002).

Através da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental se completou o estudo exploratório de tipo qualitativo, o qual se constituiu na organização e apresentação da fundamentação teórica que explique o contexto do tema tratado na dissertação. O estudo bibliográfico ao modo de Gil (1996) e a produção científica apresentada em livros, artigos como estudo sobre diversos aspectos do tema tais como desigualdade e exclusão, criança e adolescente, políticas públicas, projetos sociais, responsabilidade social pública e privada envolvidos no escopo da inclusão social que pode contribuir com a elevação do nível de participação social e por conseguinte do desenvolvimento social de uma região com características da 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR).

A coleta de dados se fez mediante a aplicação primeiro de um questionário, pois este é uma das formas mais usadas para coletar dados possibilitando coletar com melhor exatidão o que se deseja conhecer (CERVO e BERVIAN, 2002), com relação a existência de projetos esportivos sociais (públicos e privados) nos seis municípios em pesquisa. Complementa essa coleta de dados, a análise documental dos projetos sociais encontrados. Também se aplicou entrevista estruturada aos coordenadores e executores dos respectivos projetos e a sujeitos participantes dos projetos. Foram seguidas quatro etapas para realização dessa etapa de coleta de dados.

A primeira etapa constituiu-se na identificação dos projetos esportivos sociais (públicos e privados) existentes, efetuando-se um levantamento de dados em Prefeituras, Secretarias de Educação e Esportes, Conselhos Municipais de Assistência Social (CMA) e em empresas nos municípios da 26ª SDR.

A segunda etapa constituiu-se na investigação de que políticas públicas são utilizadas como incentivo aos projetos esportivos sociais locais, efetuando-se um levantamento de dados em Secretarias de Educação e Esportes dos municípios da 26ª SDR, por meio de questionário.

A terceira etapa constituiu-se na investigação de como esses projetos esportivos (públicos e privados) atuam no processo de inclusão social efetuando-se um levantamento de dados documental junto as Prefeituras, Secretarias de Educação e Esportes, Conselhos Municipais de Assistência Social (CMA) e empresas dos municípios da 26ª SDR por meio de entrevista com os coordenadores e executores dos projetos.

A quarta etapa constituiu-se na aplicação de entrevista estruturada aos sujeitos participantes de projetos esportivos, os quais foram escolhidos de acordo com a idade e tempo de permanência nos projetos.

Este estudo limitou-se aos projetos esportivos sociais públicos e privados reconhecidos pelos gestores públicos (prefeituras, secretarias) e pelos gestores da iniciativa privada (empresas), envolvidos no processo de inclusão social de crianças e adolescentes em municípios da 26ª SDR, por atividades esportivas, mapeados a partir de estudo exploratório realizado nas Prefeituras municipais de Porto União, Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Três Barras e Major Vieira.

Essa coleta de dados aconteceu sobre três projetos do setor público e três do setor privado, sendo que para escolha dos municípios e projetos priorizou-se a escolha dos municípios que desenvolvessem projetos públicos e privados em sua área, tendo como critério para seleção desses seis projetos, o desenvolvimento de atividades esportivas com crianças e adolescentes. Procurou-se atingir um por município.

Os dados obtidos foram tabulados e representados em gráficos e quadros, bem como os depoimentos foram sistematizados com a finalidade de mostrar os projetos esportivos sociais existentes na 26ª SDR; a relação público-privado nos projetos pesquisados; a atuação do processo de inclusão social de crianças e

adolescentes nesses projetos; as políticas públicas que incentivam a execução aos projetos esportivos sociais destinadas ao segmento da criança e do adolescente.

Para atingir esta finalidade foi realizada a análise e interpretação dos resultados da coleta em campo utilizando o quadro de indicadores para avaliação de programas e projetos sociais, o qual indicou as categorias a serem avaliadas, tendo como aporte a fundamentação teórica, visando construir e reconstruir novos conhecimentos acerca da finalidade social que investe as múltiplas ações sociais para inclusão social e as transformações societárias.

3.1 INDICADORES QUALITATIVOS PARA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

BASE DOS INDICADORES	INDICADORES DE CATEGORIAS
<p>CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988). Art. 227[...] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.</p>	<p>1- Convivência familiar.</p>
<p>ECA. Art. 4ª- É dever da família, da comunidade, da sociedade em grau e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à conveniência familiar e comunitária.</p>	<p>2 – Inclusão na comunidade.</p>

<p>ECA. Art. 59 – Os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.</p>	<p>3 - Espaços destinados ao esporte, lazer e cultura.</p>
<p>ECA. Art. 71 – A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.</p>	<p>4 - Acesso ao esporte e ao lazer.</p>
<p>A exclusão social alinha-se ao estado de pobreza, a restrição ao acesso à saúde e a alimentação, a educação, a segurança e a proteção, ao saneamento básico, a cultura, ao mercado de trabalho, a cultura e ao lazer, ao acesso a bens e serviços e ao conjunto de direitos sociais.</p>	<p>5 - Escassez de recursos públicos e/ou privados que restringem o acesso e ao usufruto de esporte e lazer, pelas crianças e adolescentes.</p>
<p>Inclusão social e da afirmação da cidadania, através do acesso e usufruto dos direitos. Que são operacionalizados através das políticas sociais. Inclusão contrapõe-se a exclusão social e seus múltiplos aspectos.</p>	<p>6 - Projetos esportivos sociais.</p>

Quadro 1 – Indicadores qualitativos de programas e projetos sociais

Fonte: (BORGES, 2009).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da organização dos dados coletados, este capítulo apresenta e discute os resultados da pesquisa tendo como aporte a fundamentação teórica. Inicialmente será apresentada a descrição da realidade dos municípios da 26ª SDR, depois a coleta de dados, a identificação geral dos projetos esportivos sociais mapeados, em seguida a sistematização e interpretação da coleta de dados com os usuários dos projetos, seguido pela caracterização e interpretação das entrevistas com os usuários, coordenadores e executores.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA 26ª SDR

A 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) compreende seis municípios: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras. A SDR tem por objetivos fomentar o desenvolvimento regional nos municípios de sua abrangência.

O município de Bela Vista do Toldo é o mais novo da região, pois foi fundado em 16 de abril de 1994. Está localizado no Planalto Norte, a 382km de Florianópolis, em uma área de 527,8 km², com altitude de 752m acima do nível do mar. Tem clima mesotérmico úmido, com verão fresco e temperatura média de 17,1°C (SDR, 2009). Possui uma população total estimada em 5.909 habitantes, com 2.460 crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos (IBGE, 2007). Sua economia e principal atividade econômica é a agricultura. A região onde está o município foi colonizada por italianos, alemães, poloneses, ucranianos e japoneses, que chegaram após os conflitos da Guerra do Contestado (SDR, 2009).

O município de Canoinhas, sede da 26ª SDR, foi fundado em 12 de setembro de 1911. Está localizado no Planalto-Norte, distante 70km de Mafra, 75 de Porto União e a 365km de Florianópolis, em uma área de 1.143,6 Km². Tem clima temperado, com médias de temperatura entre 15° C e 25° C., e está a 839m acima do nível do mar (SDR, 2009). Possui uma população de 55 mil habitantes, com 20.802 crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos (IBGE, 2007). As principais atividades econômicas são: erva-mate, que já foi o carro chefe da economia da cidade, que hoje depende basicamente da indústria e do comércio. A indústria é responsável pela maior parcela da movimentação econômica da cidade, mesmo que

ligada ao campo - as principais indústrias são frigoríficos, madeireiras e beneficiadoras de erva-mate. A cidade foi colonizada por imigrantes alemães, ucranianos, italianos, poloneses e japoneses (SDR, 2009).

O município de Irineópolis, teve sua fundação em 22 de julho de 1962. Está localizado no Planalto-Norte, distante 440 km de Florianópolis, em uma área de 580,2 km². Possui clima mesotérmico úmido, com temperatura média de 17°C. No inverno, os termômetros podem marcar até menos 5°C. Está a 762m acima do nível do mar (SDR, 2009). Possui uma população de 10.287 habitantes com 3.990 crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos (IBGE, 2007). As principais atividades econômicas são a agropecuária e extrativismo vegetal. A cidade foi colonizada por espanhóis, italianos, alemães e ucranianos. A região onde fica o município foi castigada pela Guerra do Contestado e pertenceu ao Paraná até 1916 (SDR, 2009).

O município de Major Vieira foi fundado em 23 de janeiro de 1961. Está localizado no Planalto Norte, a 393 km de Florianópolis. Possui uma área de 543,5 km², com clima mesotérmico úmido, com temperatura média de 19°C, a 786m acima do nível do mar (SDR, 2009). O município possui 7.337 habitantes, com 2.804 crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos (IBGE, 2007). Tem como principal atividade econômica a agricultura. A sua colonização é alemã, italiana, ucraniana e polonesa (SDR, 2009).

O município de Três Barras teve sua fundação em 23 de janeiro de 1961. Está localizado na região do Contestado, microrregião de Canoinhas, distante 462 km. de Florianópolis, em uma área de 419 km². Possui clima mesotérmico úmido, com verão quente e temperatura média de 17,1°C. Está a 766m acima do nível do mar (SDR, 2009). Possui uma população de 17.937 habitantes, com 7.597 crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos (IBGE, 2007). As principais atividades econômicas estão apoiadas na indústria de papel e agricultura. Tem colonização cabocla, alemã, italiana e japonesa. O município abriga a Floresta Nacional de Três Barras, a qual oferece trilhas ecológicas com acompanhamento, onde é possível observar espécimes raros da fauna brasileira (SDR, 2009).

O município de Porto União foi fundado em 5 de setembro de 1917. Localiza-se na região do Contestado, distante 445 km. de Florianópolis. Possui uma área de 849km². Apresenta clima mesotérmico úmido, com verão fresco e temperatura média de 17,2°C. Sua altitude é de 752 metros acima do nível do mar (SDR, 2009). A população é estimada em 32.256 habitantes, com 12.114 crianças e adolescentes

entre 0 e 19 anos (IBGE, 2007). A base de sua colonização é alemã. O município é separado do Paraná por uma simples linha férrea, e convive com o município de União da Vitória – PR, como se ambas fossem uma só cidade (SDR, 2009).

4.2 COLETA DE DADOS

O primeiro contato com os locais aonde iriam se desenvolver a pesquisa de campo, deu-se pela pesquisa no site da 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), com o intuito de encontrar o nome dos gestores públicos de cada município, assim como o telefone e e-mail das prefeituras e secretarias de esporte e educação. Manteve-se contato com todos os municípios pelo telefone com o intuito de mapear os projetos esportivos sociais públicos e privados pelo envio por e-mail do primeiro questionário de coleta de dados. Nesta primeira tentativa, apesar de todos se comprometerem em retornar os e-mail, isso não ocorreu. Foi preciso o deslocamento do pesquisador até os municípios para esta primeira coleta de dados.

Em Porto União, o Departamento Municipal de Esportes (DME), forneceu os dados dos projetos sociais esportivos públicos. O professor executor do projeto escolhido para ser pesquisado respondeu a entrevista, assim como um usuário do projeto selecionado. Para o projeto privado, a coordenadora respondeu a entrevista e do mesmo modo, o usuário escolhido.

Em Irineópolis, a Secretária de Educação e o Secretário de esportes da Fundação Municipal de Esporte e Cultura forneceram os dados dos projetos no município.

Em Bela Vista do Toldo as informações foram obtidas com a secretária da Educação e na Secretaria de Esportes do município para o diagnóstico dos projetos sociais de cunho esportivo

No município de Canoinhas a Secretaria de Educação, após o contato prévio por telefone e agenda da entrevista com a secretária municipal, esta forneceu os dados sobre os projetos sociais esportivos públicos vinculados a secretaria e a Fundação Municipal de Esporte. Também forneceu informações a respeito dos projetos esportivos sociais privados que a prefeitura tem conhecimento. O professor responsável pelos projetos esportivos sociais públicos e um usuário responderam a entrevista. Quanto ao projeto privado, o professor responsável e um dos usuários responderam as entrevistas.

Em Três Barras o primeiro contato ocorreu com a secretária de Educação, Esporte e Cultura do município a qual indicou o secretário de esporte para fornecer os dados sobre os projetos sociais esportivos do município. Para as entrevistas o professor responsável pelo projeto assim como um dos usuários forneceram as informações. Para o projeto privado, o primeiro contato foi com um dos diretores da empresa o qual indicou o professor responsável pela execução do projeto esportivo social. Um usuário assim como o executor, responderam as entrevistas.

No município de Major Vieira o primeiro contato aconteceu com a Secretaria de Educação Municipal que, pelo professor responsável pela execução do projeto esportivo social municipal respondeu a entrevista em relação aos projetos esportivos sociais do município.

Vale salientar que para todos os entrevistados foram oferecidos a modalidade de entrevista gravada ou escrita e, todos menos um entrevistado optaram por ser a entrevista escrita, pelo motivo de sentirem-se mais a vontade para as respostas. Todos os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

4. 3 PROJETOS ESPORTIVOS SOCIAIS PÚBLICOS E PRIVADOS NA 26ª SDR

Para identificação dos projetos, somente foram sistematizados e pesquisados aqueles devidamente reconhecidos pelos gestores públicos (prefeituras, secretarias) e pelos gestores da iniciativa privada (empresas), ficando de fora os projetos com iniciativa privada sem nenhum vínculo legal, pelo fato da impossibilidade de identificação de todos, conforme consta na delimitação do estudo.

Após a identificação dos projetos esportivos em todos os municípios da 26ª SDR, realizados nas Prefeituras Municipais, Secretaria de Educação e Cultura e Secretarias e Fundações de Esportes municipais foram identificados um total de 27 projetos que se enquadram na proposta de projetos sociais esportivos que utilizam o esporte como ferramenta para o acesso ao esporte e ao lazer. No município de Porto União, foram identificados 11 projetos; no município de Canoinhas 10 projetos; no município de Bela vista do Toldo não há projetos esportivos sociais; no município de Irineópolis foram identificados 2 projetos; no município de Três Barras foram identificados 4 projetos e no município de Major Vieira, 1 projeto. Essa dados são retratados no gráfico 1 que apresenta os projetos esportivos sociais por município:

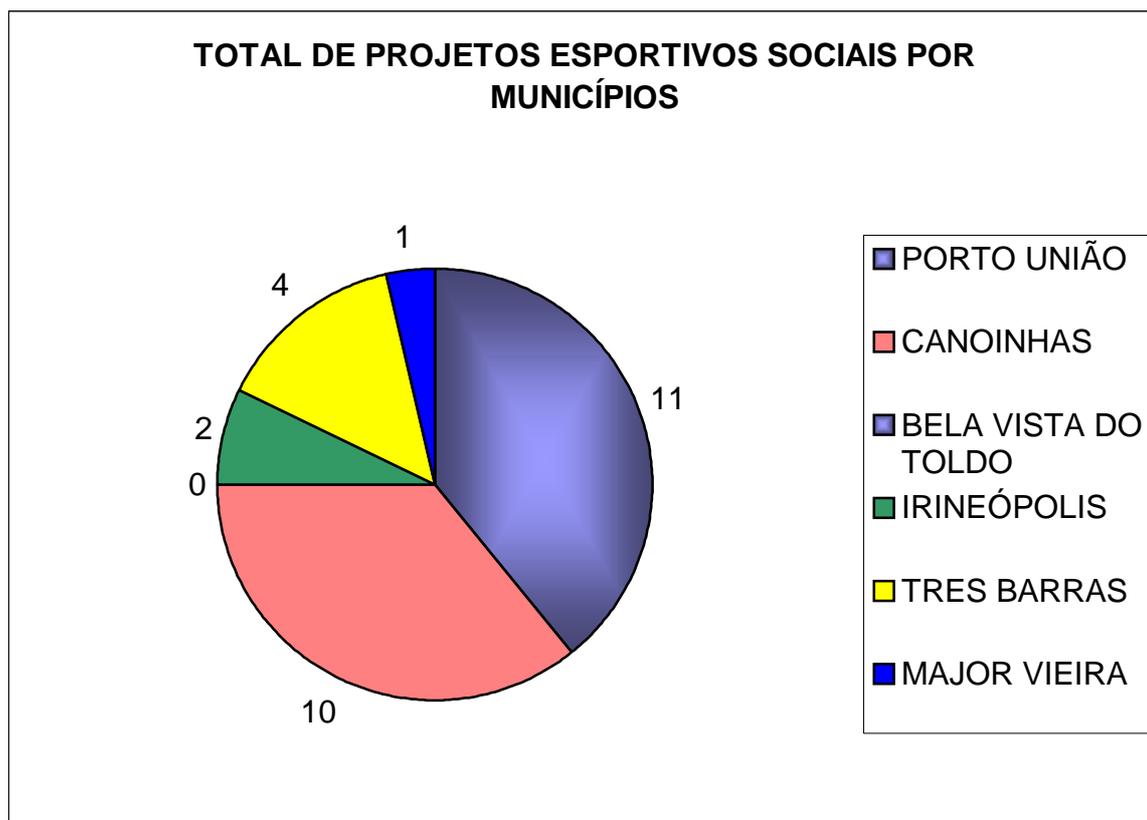


Gráfico 1 – Total de projetos esportivos sociais por município
 Fonte: (BORGES, 2009).

4. 4 PROJETOS PÚBLICOS E PRIVADOS POR MUNICÍPIO

Em cada município procurou-se identificar os projetos esportivos sociais, de acordo com a sua origem (pública ou de iniciativa privada). O resultado do mapeamento dos projetos por município é assim apresentado:

Município de Porto União

Após a coleta de dados realizada no município de Porto União, em relação aos projetos sociais esportivos foram encontrados um total de 11 projetos. Desses 11 projetos encontrados, 9 são classificados como públicos e 2 projetos são

classificados como privados. Todos atendem somente o segmento da criança e do adolescente.

Os projetos do município, assim como as modalidades esportivas desenvolvidas e o segmento atendido estão apresentados na tabela 1:

Tabela 1 – Projetos em Porto União

PORTO UNIÃO			
ORIGEM	QT	MODALIDADES ESPORTIVAS	SEGMENTO
PÚBLICO	9	- Futebol de campo - Futsal - Basquete - Vôlei - Tênis de Mesa - Karatê - Taekwando - Handbol - Programa Segundo Tempo	Criança e adolescente
PRIVADO	02	- AABB COMUNIDADE - UNIMED TÊNIS COMUNITÁRIO	Criança e adolescente
TOTAL	11		

Fonte: (BORGES, 2009).

Município de Irineópolis

No município de Irineópolis, na coleta de dados sobre os projetos sociais esportivos foram encontrados um total de 3 projetos. Nesse município, todos os projetos encontrados, são classificados como públicos. Somente atendem ao segmento da criança e adolescente. Não foram encontrados projetos esportivos sociais de iniciativa privada.

O total de projetos no município, assim como as modalidades esportivas desenvolvidas e o segmento atendido estão apresentados na tabela 2:

Tabela 2 - Projetos em Irineópolis

IRINEÓPOLIS			
ORIGEM	QT	MODALIDADES ESPORTIVAS	SEGMENTO
PÚBLICO	3	. Projeto Karatê ao alcance de todos . Projeto Itinerante de Educação Física . Projeto Segundo Tempo	Criança e adolescente
PRIVADO	-	-	Criança e adolescente
TOTAL	3		

Fonte: (BORGES, 2009).

Município de Canoinhas

Os dados do município de Canoinhas, para identificação dos projetos sociais esportivos, mostrou um total de 10 projetos. Dos projetos encontrados, 8 são classificados como públicos e atendem ao segmento da criança e adolescente e 2 projetos são classificados como privados e também atendem o segmento da criança e do adolescente.

O total de projetos no município de Canoinhas, assim como as modalidades esportivas desenvolvidas e o segmento atendido estão apresentados na tabela 3:

Tabela 3 - Projetos em Canoinhas

CANOINHAS			
ORIGEM	QT	MODALIDADES ESPORTIVAS	SEGMENTO
PÚBLICO	8	- Projeto tênis de mesa - Projeto xadrez - Basquete - Futsal - Futebol de campo - Tênis de campo - Karatê - Atletismo	Criança e adolescente
PRIVADO	2	- Projeto AABB COMUNIDADE - Projeto UNIMED TÊNIS COMUNITÁRIO	Criança e adolescente
TOTAL	10		

Fonte: (BORGES, 2009).

Município de Major Vieira

No município de Major Vieira, foi encontrado apenas 1 projeto social esportivo. Nesse município, segundo dados das secretarias de educação, esportes e cultura, não existem projetos esportivos sociais de iniciativa privada.

O total de projetos no município, assim como as modalidades esportivas desenvolvidas e o segmento atendido estão apresentados na tabela 4:

Tabela 4 - Projetos em Major Vieira

MAJOR VIEIRA			
ORIGEM	QT	MODALIDADES ESPORTIVAS	SEGMENTO
PÚBLICO	1	- Projeto "Sou bom de bola, ótimo na escola".	Criança e adolescente
PRIVADO	0	-	-
TOTAL	1		

Fonte: (BORGES, 2009).

Município de Três Barras

No município de Três Barras, identificou-se 3 projetos sociais esportivos. Desses 3 projetos encontrados, 2 são classificados como públicos, e 1 é classificado como privado. Eles atendem somente o segmento da criança e do adolescente.

O total de projetos no município, assim como as modalidades esportivas desenvolvidas e o segmento atendido estão apresentados na tabela 6:

Tabela 5 - Projetos em Três Barras

TRÊS BARRAS			
ORIGEM	QT	MODALIDADES ESPORTIVAS	SEGMENTO
PÚBLICO	1	Futebol Campo	Criança e adolescente
PRIVADO	1	Tênis de Mesa Rigesa	Criança e adolescente
TOTAL	2		

Fonte: (BORGES, 2009).

Município de Bela Vista do Toldo

No município de Bela vista do Toldo, em contato com as secretarias de Educação e de Esportes municipais, não foram identificados nenhum projeto social esportivo público e nem privado.

4.5 PROJETOS ESPORTIVOS SOCIAIS PÚBLICOS E PRIVADOS SELECIONADOS

Depois de coletados os dados, foram selecionados três projetos do setor público e três do setor privado, existentes nos municípios da 26ª SDR, tendo como critério para seleção desses seis projetos, o desenvolvimento de atividades esportivas com crianças e adolescentes. Sobre estes projetos será focada a análise e interpretação.

No quadro 2 estão apresentados projetos selecionados de acordo como o município, nome dos projetos e a sua origem:

Quadro 2 – Projetos selecionados privados e públicos

MUNICÍPIO	NOME PROJETO	ORIGEM
TRÊS BARRAS	TENIS DE MESA RIGESA	PRIVADO
PORTO UNIÃO	AABB COMUNIDADE	PRIVADO
CANOINHAS	UNIMED TENIS COMUNITÁRIO	PRIVADO
TRÊS BARRAS	FUTEBOL CAMPO	PÚBLICO
PORTO UNIÃO	MINI-HAND ¹⁰	PÚBLICO
CANOINHAS	BASQUETE	PÚBLICO

Fonte: (BORGES, 2009).

¹⁰ Projeto de handebol com regras e espaços adaptados para crianças e adolescentes.

Município de Três Barras

Projeto Tênis de Mesa Rigesa – iniciativa privada

O projeto se realiza diariamente com a coordenação de um profissional de Educação Física. Atende aproximadamente 60 crianças de ambos os sexos: 23 meninas e 37 meninos. É aberto à comunidade e as crianças e adolescentes são separados por nível técnico. São admitidas as crianças e adolescentes que estiverem estudando. O tempo de realização do projeto é indeterminado. Tem parceira com a Prefeitura se caracterizando como sendo público - privado. A prefeitura patrocina viagens e inscrições para as competições. Quem executa o projeto é o clube ADC Rigesa (Associação Desportiva Classista Rigesa) que cede a estrutura, fornece equipamentos e paga o professor. Não possui outras atividades, somente o treinamento de tênis de mesa e palestras.

Projeto Futebol de Campo – iniciativa pública

O projeto se realiza diariamente com a coordenação de um profissional de Educação Física contratado pela prefeitura. Embora seja aberto para ambos os sexos, todas as crianças e adolescentes são do sexo masculino e há aproximadamente 80 meninos. As crianças e adolescentes são separados por nível técnico. Quanto à forma de entrada somente são admitidas crianças e adolescentes que estiverem estudando. O projeto se realizada durante o ano letivo.

Município de Porto União

Projeto AABB Comunidade – iniciativa privada

O projeto se realiza três vezes por semana com a coordenação de uma psicóloga e com profissionais de Educação Física e artes. Atende aproximadamente 100 usuários de ambos os sexos, sendo 50 meninas e 50 meninos, abrangendo a faixa etária de 07 a 17 anos. Quanto à forma de entrada é através da escola. A escolha é feita pelas diretoras das escolas. No projeto são verificadas a questão social e a real necessidade da participação. Dá-se preferência para crianças em risco social (financeiro, psicológico e emocional entre outros). Algumas crianças são encaminhadas pelo Conselho Tutelar. Possui parceira com a Prefeitura que fornece

transporte, alimentação, profissionais; Fundação Banco do Brasil: material esportivo e pedagógico, uniformes. Federação nacional das AABBs: informática, local/estrutura, cursos de capacitação e empresas da região. O contrato do projeto é de um ano com renovação anual.

Projeto Mini-hand – iniciativa pública

O projeto se realiza duas vezes por semana com a coordenação de um profissional de Educação Física. Atende aproximadamente 70 crianças e adolescentes de ambos os sexos: 29 meninas e 41 meninos. O projeto se realiza durante o período escolar. É aberto a comunidade e as crianças e adolescentes são admitidas somente se estiverem estudando. Quem executa o projeto é a prefeitura Municipal de Porto União, pelo Departamento Municipal de Esportes que fornece equipamentos e paga o professor. Desenvolve outras atividades, como palestras sobre drogas, comportamento escolar, passeios e competições interescolinhas.

Município de Canoinhas

Projeto Unimed Tênis Comunitário – iniciativa privada

O projeto se realiza uma vez por semana nos períodos matutino e vespertino, com a coordenação de um profissional de Educação Física. Atende aproximadamente 110 crianças e adolescentes de ambos os sexos: 55 meninas e 55 meninos. O projeto se realiza durante o período escolar. É aberto a comunidade e as crianças e adolescentes são admitidas somente se estiverem estudando. Quem executa o projeto é a Unimed de Canoinhas que fornece equipamentos e paga o professor. Possui outras atividades, como palestras, passeios, gincanas dia das crianças.

Projeto de Basquete - iniciativa pública

O projeto se realiza três vezes por semana com 2 horas de duração no período matutino e vespertino com a coordenação de professor Educação Física e estagiários. Atende crianças e adolescentes de 8 a 16 anos com aproximadamente 80 crianças e adolescentes de ambos os sexos: 30 meninas e 50 meninos. O projeto se realiza durante o período escolar. As crianças e adolescentes são admitidas pela escola. Quem executa o projeto é a Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas

Os projetos estudados atendem 500 crianças e adolescentes. Sendo que os públicos atendem 230 e os privados 270.

A tabela 6 mostra a quantidade de usuários divididos por gênero, participantes dos projetos privados e públicos estudados, de acordo com o município:

Tabela 6 – Quantidade total de usuários participantes nos projetos estudados de acordo com o município e a sua origem

MUNICÍPIO	PRIVADO		PÚBLICO		TOTAL
	Fem.	Masc	Fem.	Masc.	
TRÊS BARRAS	23	+ 37 = 60	80	= 80	140
PORTO UNIÃO	50	+ 50 = 100	29	+ 41 = 70	170
CANONHIAS	55	+ 55 = 110	30	+ 40 = 80	190
TOTAL		270		230	500

Fonte: BORGES (2009).

O gráfico 2 apresenta a quantidade de usuários participantes nos projetos estudados de acordo com o município:

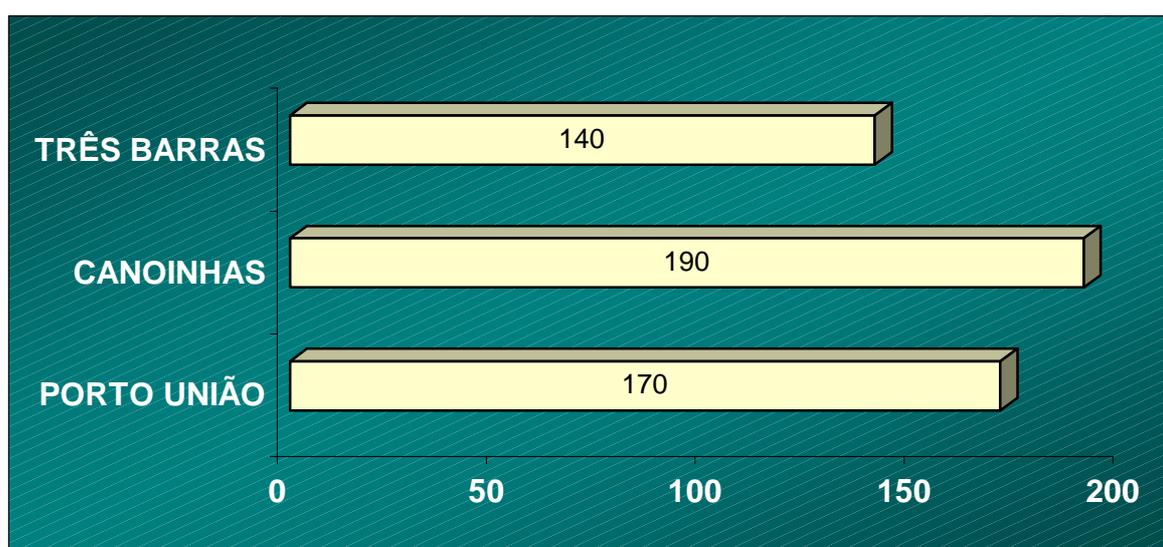


Gráfico 2 – Total de usuários por municípios participantes dos projetos sociais esportivos estudados

Fonte: BORGES (2009).

4.6 USUÁRIOS DOS PROJETOS ESPORTIVOS SOCIAIS PESQUISADOS

Os participantes da pesquisa apresentam idade média de 13,6 anos, (+17-10 anos)¹¹, são três do sexo masculino com idade média de 13,6 anos (+17-12 anos) e três do sexo feminino com idade média de 12,6 anos (+14 -10 anos), totalizando seis usuários de projetos pesquisados. Todos os participantes continuam estudando. Um cursa a 5ª série do ensino fundamental; dois cursam a 6ª série do ensino fundamental; dois a 8ª série do ensino fundamental e um se encontra no ensino superior. Quanto ao tempo de permanência nos projetos: dois estão há 1 ano; um está há 2 anos; dois estão há 6 anos e um está há 7 anos no projeto.

Os participantes da pesquisa, foram divididos de acordo com a origem do projeto (público ou privado). Nos projetos públicos pesquisados a idade média dos usuários pesquisados é de 12,0 anos (+14 -10 anos): um do sexo masculino e dois do sexo feminino. Nos projetos privados pesquisados a idade média dos usuários pesquisados é de 14,3 anos (+17-12 anos): dois do sexo masculino e um do sexo feminino.

1 Tabela 7 – Idade/escolarização/sexo/tempo de permanência no projeto

GERAL	
IDADE:	17 (MASC.) 12 (MASC.) 12 (MASC.) 14 (FEM.) 10 (FEM.) 14 (FEM.)
SEXO:	3 M e 3 F
ESCOLARIZAÇÃO:	8ª SÉRIE - 2 5ª SÉRIE - 1 6ª SÉRIE - 2 ENSINO SUPERIOR- 1
TEMPO DE PERMANÊNCIA NO PROJETO	6 ANOS - 2 usuários 1 ANO - 2 usuários 7 ANOS - 1 usuário 2 ANOS - 1 usuário

Fonte: (BORGES, 2009).

¹¹ Idade máxima e mínima

E1¹²	PROJETO PÚBLICO
PROJETO QUE PARTICIPA:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL – CAN.
IDADE	14 F
SEXO:	FEMININO
ESCOLARIZAÇÃO:	8ª
ORIGEM / COMUNIDADE:	CANOINHAS - CAMPO DA AGUA VERDE
TIPO DE ESPORTE QUE PRATICA:	BASQUETE
TEMPO DE PERMANÊNCIA NO PROJETO	6 ANOS

E2	PROJETO PÚBLICO
PROJETO QUE PARTICIPA:	PROJETO MINI-HAND
IDADE:	10 ANOS F
SEXO:	FEMININO
ESCOLARIZAÇÃO:	5ª SÉRIE
ORIGEM / COMUNIDADE:	PORTO UNIÃO – SÃO MIGUEL DA SERRA
TIPO DE ESPORTE QUE PRATICA:	HANDEBOL
TEMPO DE PERMANÊNCIA NO PROJETO	1 ANO

E3	PROJETO PÚBLICO
PROJETO QUE PARTICIPA:	FUTEBOL –TRES BARRAS
IDADE:	12 ANOS M
SEXO:	MASCULINO
ESCOLARIZAÇÃO:	6ª SÉRIE
ORIGEM / COMUNIDADE:	TRÊS BARRAS-SÃO CRISTOVÃO
TIPO DE ESPORTE QUE PRATICA:	FUTEBOL DE CAMPO
TEMPO DE PERMANÊNCIA NO PROJETO	1 ANO

E4	PROJETO PRIVADO
PROJETO QUE PARTICIPA:	AABB COMUNIDADE
IDADE:	14 ANOS F
SEXO:	FEM.
ESCOLARIZAÇÃO:	8ª SÉRIE
ORIGEM / COMUNIDADE:	PORTO UNIÃO - S. BERNARDO DO CAMPO
TIPO DE ESPORTE QUE PRATICA:	FUTSAL
TEMPO DE PERMANÊNCIA NO PROJETO	7 ANOS

¹² (E) Entrevistado

E5	PROJETO PRIVADO
PROJETO QUE PARTICIPA:	TÊNIS DE MESA RIGESA
IDADE:	17 ANOS M
SEXO:	MASCULINO
ESCOLARIZAÇÃO:	ENSINO SUPERIOR –1º PERÍODO EDUCAÇÃO FÍSICA.
ORIGEM / COMUNIDADE:	TRÊS BARRAS – JOÃO PAULO II
TIPO DE ESPORTE QUE PRÁTICA:	TÊNIS DE MESA
TEMPO DE PERMANÊNCIA NO PROJETO	6 ANOS

E6	PROJETO PRIVADO
PROJETO QUE PARTICIPA:	UNIMED TENIS COMUNITÁRIO
IDADE:	12 M
SEXO:	MASCULINO
ESCOLARIZAÇÃO:	6ª
ORIGEM / COMUNIDADE:	CANOINHAS - CAMPO DA ÁGUA VERDE
TIPO DE ESPORTE QUE PRÁTICA:	TÊNIS
TEMPO DE PERMANÊNCIA NO PROJETO	2 ANOS

4.7 ANÁLISE DOS DADOS

Os depoimentos dos usuários dos projetos foram sistematizados de acordo com o quadro de indicadores e nas seis categorias que ele apresenta, com a finalidade de mostrar a inclusão social que esses projetos promovem. Para atingir esta finalidade, foram realizadas a análise e a interpretação dos resultados da coleta em campo, tendo como aporte a fundamentação teórica e as seis categorias formuladas com base nos indicadores escolhidos, propondo-se construir e reconstruir novos conhecimentos acerca da finalidade social.

.7.1 CATEGORIA: CONVIVÊNCIA FAMILIAR

BASE DOS INDICADORES
<p>CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988). Art. 227[...] dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.</p>

DISCUSSÃO

Todos os entrevistados que fizeram parte do estudo moram com os pais e com os irmãos. Portanto, estão assegurados nos seus direitos a convivência familiar. Esse apoio, segundo os entrevistados, é visível em relação a sua permanência nos projetos que participam como pode evidenciar a fala de um dos entrevistados que afirma em relação aos pais: “Meus pais me dão muito apoio” (E 3). Para a criança ou adolescente nesta fase de vida, o convívio familiar se configura como a base moral e psicológica em que se sustenta, tornando-se imprescindível para a sua formação como ser em desenvolvimento. A base familiar, embora às vezes um tanto quanto conturbada, como pudemos perceber em relatos de alguns entrevistados, serve de incentivo para a permanência e aquisição dos conhecimentos e valores que os projetos procuram repassar.

Nos projetos estudados, tanto públicos quanto privados, o apoio e incentivo que os usuários recebem da família demonstra a importância que os pais atribuem aos projetos. Eles percebem que ali é um ambiente propício para o aprendizado de seus filhos em que eles podem se desenvolver e visualizar um futuro melhor. Nuzman (2007) reforça esse contexto do esporte vinculado a melhoria de vida dos praticantes, afirmando que o fruto de todo esse esforço é a ascensão social do jovem, pela educação, mesmo que ele não chegue a ser um atleta de alto rendimento. Esse é o pensamento e objetivo da maioria dos usuários para quando deixarem os projetos: “Após minha saída do projeto pretendo exercer profissionalmente como técnico na modalidade” (E5); “Arrumar um emprego, ajudar meus pais e tentar uma vida melhor” (E 4).

Como se percebe nas respostas acima, a participação nos projetos esportivos sociais tem mudado a mentalidade e a postura das crianças e adolescentes em relação ao seu futuro.

4.7.2 CATEGORIA: INCLUSÃO NA COMUNIDADE

BASE DOS INDICADORES
ECA. Art. 4 ^a - É dever da família, da comunidade, da sociedade em grau e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

DISCUSSÃO

Com base no indicador de inclusão na comunidade, pode-se perceber que os entrevistados usuários dos projetos sentem-se sujeitos participantes do meio social em que vivem. Com a participação nos projetos, muitos deles, têm sua estima elevada e seu nível de motivação aumentada. Isso reflete diretamente no seu modo de agir e de buscar a sua auto-afirmação na sociedade. Pode-se perceber este fato na fala de um dos entrevistados quando ele afirma, com relação ao projeto que participa: “Eu sou de um bairro pobre, daí o projeto me incentivou a começar a estudar, me incentivou a fazer Educação Física, coisas que eu gosto. O esporte me incentivou a tudo isso que eu sou agora” (E 5). Ao analisar essa resposta, pode-se perceber a influência que o projeto teve na vida desse usuário. Basicamente significou um objetivo a ser atingido.

Essa mudança de comportamento e posicionamento em relação à vida, demonstra a influência que os projetos exercem na vida dos usuários e se configura como fator de inclusão social, pois eles se vêem como sujeitos participantes da sociedade e, que depende deles serem mais ou menos bem sucedidos. É nesse sentido que Carvalho (1998) conceitua a inclusão como um processo que envolve mudanças de atitudes, dinamismo e reflexão em torno da sociedade. Ao internalizar

valores como disciplina, atenção, companheirismo que se reflete na socialização, este usuário conseguiu transferi-los para sua vida pessoal e social.

Todos os projetos, segundo informaram os executores e coordenadores, têm como objetivo a inclusão social dos usuários utilizando o esporte como ferramenta. Os objetivos vão ao encontro do que Seguin (2001) afirma, quando diz que o esporte é uma atividade que pode ser um elemento importante de inclusão social e de mobilização do desportista no combate ao caos urbano que se instala e na recuperação de valores sociais. Dessa forma, quando questionados se estão sendo alcançados os objetivos propostos, todos afirmaram que sim, como se observa nas seguintes respostas: “todos os objetivos estão sendo alcançados de acordo com as metas traçadas”(C2); “Sim, pois os resultados se apresentam de uma maneira satisfatória”(EX3). Principalmente em relação aos objetivos que visam ocupar o tempo ocioso de crianças e adolescentes para que venham a tirá-las das ruas. É nesse sentido que, ao tratar da atividade física vinculada ao esporte com objetivos de ocupar o tempo ocioso, Belo (2001) entende que o esporte ocupa, de forma sadia, os que com ele envolvem-se, tirando-os da ociosidade e do risco a que muitos estão expostos.

Com a inclusão social, enfatiza-se também, o objetivo educacional como requisito básico das atividades desenvolvidas. Procuram desvincular a prática esportiva somente pela sua realização, ressaltando os benefícios que o esporte com objetivos educacionais apresenta. Barbirato (2005) reforça essa colocação ao afirmar que o esporte servindo como agente educativo é capaz de colaborar para a formação integral do educando. Pode-se perceber esta posição na fala de um dos coordenadores: “O projeto [...] tem como objetivo contribuir para a inclusão social, a permanência e o desenvolvimento educacional de crianças e adolescentes de famílias de baixa renda na escola, integrando as famílias, a escola e a comunidade” (C3). Este relato vem de encontro ao que afirma Novaes (2003) quando diz que os projetos sociais dirigidos aos jovens tornam-se pontes para a inclusão social de jovens moradores de áreas marcadas pela pobreza e pela violência das cidades.

Nota-se em todos os projetos esportivos sociais estudados, a ênfase dada à educação e socialização dos usuários pela prática esportiva. Na maioria dos projetos estudados ocorrem atividades diferenciadas como palestras, passeios, cursos, gincanas e outras atividades de lazer que procuram oferecer, como nos foi relatado, elementos que contribuam para o desenvolvimento integral dos usuários. A esse

respeito Roitman (2001) afirma que o desporto visa o desenvolvimento integral do individuo e á sua formação para a cidadania e o lazer, e congrega os elementos necessários que lhe permite ser um valioso instrumento pedagógico. Desta maneira, os projetos se configuram como fator de complemento à escola.

Em todos os projetos estudados para ser admitido é necessário que a criança ou o adolescente esteja estudando. Há projetos em que são exigidas as apresentações do boletim escolares como forma de avaliação de desempenho, embora como frisam os professores, não ocorra punição e nem ameaça de saída do projeto para a criança ou adolescente que estiver com dificuldades na escola, mas sim um acompanhamento individualizado por parte dos professores ou colaboradores em forma de motivação. Estudos realizados por Guedes (2006) repetem esta realidade encontrada nos projetos sociais esportivos na região quando afirma que todos os projetos por ele estudados se colocam na posição de complementaridade à educação escolar formal, repetindo uma norma que se tornou consensual nos projetos por ele estudados em que são inscritas apenas as crianças e adolescentes que estiverem matriculadas na escola. Este requisito básico para entrada e permanência nos projetos vem demonstrar a preocupação dos implementadores e gestores dessas ações em criar um vínculo com a educação.

O fato de as crianças e adolescentes só serem admitidas nos projetos se estiverem estudando reflete na importância que elas atribuem a escola. Percebe-se a importância da escola na percepção dos usuários, como se pode perceber na fala de um entrevistado: “A escola me representou a educação, veio me trazendo conhecimento do que eu sou hoje, do que eu tenho que fazer. O que ela me direcionou para o que eu quero para o meu futuro” (E 5). Claramente está explícita, nessa afirmação, o valor da educação escolar na vida do usuário, o qual reconhece a direção e as metas que a escola proporciona para seu crescimento pessoal e profissional. Todos os usuários entrevistados responderam que a escola é importante para o seu futuro, como se percebe nessa afirmação : “Um caminho para um futuro melhor. Sem estudo a gente não vai a parte alguma” (E 4).

Com o objetivo de permanecerem nos projetos, quatro usuários (E2, E3, E4, E6) responderam que esse fato serve de motivação para continuarem a estudar. Isso é importante quando se entende que a educação é um dos fatores de inclusão social. Nesse sentido Machado (2007) ao tratar da questão esporte e educação entende que o esporte é o articulador de ações educativas, juntamente com

atividades que priorizam a saúde, a arte e o apoio à escolarização. No entanto, Barbirato (2005) afirma em seus estudos que a mera participação em práticas desportivas não garante por si só, a aquisição desses valores sociais e educacionais, porque isso vai depender das condições e objetivos de sua prática. Nesse sentido, percebe-se que um dos objetivos dos projetos sociais esportivos estudados, juntamente com o a questão da inclusão social dos usuários é a utilização da prática esportiva com vínculo à educação como forma de atender aos usuários de uma maneira geral. A questão educacional nos projetos esportivos sociais estudados na região, refletem uma realidade presente em todos os projetos sociais esportivos implementados no país, que na maioria da vezes procuram vincular as ações com a educação.

Porém, em uma análise mais apurada em relação ao contexto local, mostra que a realidade é outra. Fala-se em relação à educação, principalmente no projeto escrito e no discurso dos coordenadores, mas não há, pelo menos nos projetos estudados, indicadores ou provas reais, nem mesmo a mensuração dos resultados das ações educativas entre os usuários. Desta forma, percebeu-se que o discurso educacional tornou-se obrigatório para legitimar as ações relacionadas ao esporte e atividade física nos projetos estudados.

4.7.3 CATEGORIA: ESPAÇOS DESTINADOS AO ESPORTE, LAZER E CULTURA

BASE DOS INDICADORES
ECA. Art. 59 – Os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

DISCUSSÃO

Quanto aos espaços destinados ao lazer, esporte e cultura, os entrevistados afirmam que em algumas comunidades há, embora precariamente, os locais

destinados à prática dos esportes. Percebe-se esse fato na afirmação “Tem só uma pracinha na frente do colégio”, mas não citam nada em relação aos locais para programações culturais.

Outras comunidades não possuem locais para o lazer, como se pode perceber nesta afirmação: “Não, meu bairro não tem espaço de lazer, só apenas uma cancha de areia, mas muito ruim” (E3). A falta de espaços destinados ao lazer, esporte e cultura reflete diretamente no comportamento das crianças e adolescentes que, sem terem o que fazer, ficam perambulando pelas ruas para ocupar seu tempo ocioso. Pode-se perceber essa afirmação na fala do entrevistado: “Precisa uma área de lazer, porque final de semana quase todo mundo fica na rua” (E5). Esse fato demonstra a falta de atenção dos gestores públicos em relação à implantação de espaços destinados ao esporte, lazer e cultura.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já prioriza e indica os meios para que os municípios estimulem e facilitem recursos e espaços para fins culturais, esportivos e de lazer, para atender o segmento da criança e do adolescente. Os municípios podem utilizar o apoio do Estado e mesmo da União para atingir tais objetivos que são de lei, e, portanto, deveria ser cumprido. Mas o que se pesquisou é o descaso político para esse fato relacionado aos direitos da criança e do adolescente que, nem sempre são respeitados.

4.7.4 CATEGORIA: ACESSO AO ESPORTE E AO LAZER

BASE DOS INDICADORES
ECA. Art. 71 – A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

DISCUSSÃO

O acesso ao esporte e ao lazer assegurado por lei é restringido para a maioria das crianças e adolescentes entrevistados. Em relação a este aspecto, os

projetos desenvolvidos vem suprir essa falta e representam a inclusão pelo acesso as práticas esportivas desenvolvidas no âmbito dos projetos. Isso demonstra a importância destas ações que vem ao encontro às necessidades do segmento da criança e do adolescente, como ficou claro na afirmação de um entrevistado: “Deveria ter mais projetos como este” (E6).

Nesse sentido, as ações públicas municipais vão de encontro às necessidades da população em relação a essas questões sociais que envolvem as crianças e adolescentes, pois na maioria dos municípios a ênfase nos projetos sociais esportivos destinados ao segmento da criança e do adolescente é prioridade.

Somente em um dos municípios, Bela Vista do Toldo, não foram encontradas ações nesse sentido. Embora possua uma fundação de esportes, a mesma ainda não formulou ações ou projetos esportivos sociais para nenhum segmento da população. Segundo o secretário, isso é resultado do pouco tempo da nova gestão no comando do município. Esse fato vem demonstrar os problemas relacionados à manutenção e formulação dos projetos sociais públicos, pois eles dependem do financiamento público para suas ações, o que muitas vezes não acontece quando da mudança de gestores. Demonstra ainda o despreparo dos gestores públicos que assumem funções por indicação política, que assumem cargos sem um plano de desenvolvimento adequado para a função que deverão exercer.

Esse fato reproduz em plano menor o que ocorre na maioria dos municípios e regiões do Brasil em relação à manutenção dos programas e projetos sociais que dependem de verba pública para sua manutenção. Todavia, de um modo geral pode-se afirmar que a região possui projetos esportivos sociais públicos que suprem, pelo menos em parte, a necessidade das populações municipais e vem ao encontro as políticas sociais contidas na Constituição e no ECA que dizem respeito a democratização ao acesso do esporte e do lazer como direito de toda a criança e adolescente.

4.7.5 CATEGORIA: ESCASSEZ DE RECURSOS PÚBLICOS E/OU PRIVADOS QUE RESTRINGEM O ACESSO E AO USUFRUTO DE ESPORTE E LAZER, PELAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

BASE DOS INDICADORES
A exclusão social alinha-se ao estado de pobreza, a restrição ao acesso à saúde e a alimentação, a educação, a segurança e a proteção, ao saneamento básico, a cultura, ao mercado de trabalho, a cultura e ao lazer, ao acesso a bens e serviços e ao conjunto de direitos sociais.

DISCUSSÃO

Os seis entrevistados demonstraram interesse em continuar com as práticas desportivas. Um deles afirma que gostaria de continuar, mas pela falta de recursos financeiros, afirma a impossibilidade de manter-se praticando as modalidades esportivas que gosta fora do ambiente dos projetos. Essa colocação fica clara com a afirmação: “Gostaria muito, mas não é possível, pois não tenho condição financeira para pagar aulas” (E1). Embora nem todas as crianças e adolescentes que participam dos projetos sejam pobres, quatro entrevistados afirmam essa condição de pobreza que por si mesma já demonstra a exclusão social que se encontram.

A entrada e permanência nos projetos configuram uma melhora na sua qualidade de vida. Pode-se perceber a questão da falta de recursos financeiros como fator que restringe o acesso do esporte e lazer, assim como a importância dos projetos esportivos sociais na fala:

A vida na minha casa antes de eu entrar no projeto era muito difícil. Tipo, a gente já passou fome, a gente, tipo lá em casa fomos muito pobres, aí com a entrada do projeto a vida começou a melhorar. Antes do projeto eu era muito diferente, eu era um piá mais quietinho, não tinha muito relacionamento com ninguém, o relacionamento era só eu e a minha família. E a família já não era muito bom. Poderia ter me tornado uma pessoa depressiva no futuro (E5).

Essa fala demonstra a exclusão social que as crianças e adolescentes estão relegadas. O conceito de exclusão social não diz respeito somente a falta de acesso de bens e serviços, mas também à justiça, segurança e cidadania. É por isso que Dupas (1999) afirma que a exclusão social é na essência multidimensional. Daí a

dificuldade de conceituá-la, especialmente em relação à exclusão social de crianças e adolescentes.

Desse modo, ao serem questionados, os coordenadores e executores dos projetos estudados sobre o seu entendimento da exclusão de crianças e adolescentes, as respostas variaram de acordo com a percepção de cada um. Mas todos demonstraram dificuldades em conceituar a exclusão social para este segmento.

Afirmaram que a exclusão social diz respeito à falta de apoio familiar e político, como se observa na fala “Entendo que exclusão social é a falta de estrutura familiar, falta de incentivo político” (C3). Enfatizam, em relação à criança e ao adolescente, a questão de direitos de pessoas em desenvolvimento que não são cumpridas e exclusão das necessidades básicas. “Entendo como a exclusão das mínimas coisas. Do básico e do necessário para suas necessidades. [...] exclusão se configura quando os direitos da criança e do adolescente não são cumpridos” (EX2). Esses conceitos emitidos pelos entrevistados vem ao encontro do que Campos et al. (2004) afirma quando diz que a exclusão social manifesta-se como um fenômeno que diz respeito tanto ao não-acesso a bens e serviços básicos, como a existência de segmentos sociais sobrantes, de estratégias restritas de desenvolvimento socioeconômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, de seguridade e segurança pública. Dessa forma, os projetos esportivos sociais, ao utilizarem o esporte como ferramenta de inclusão e educação, se apresentam para os usuários como fator de mudanças sociais e um meio de garantirem seus direitos.

Na região, a percepção do esporte como fator educacional e de mudanças sociais, com ações que se configuram nos projetos esportivos sociais começa a se desenvolver, principalmente os de iniciativa pública. São poucos os de iniciativa privada em relação à quantidade de municípios. Entretanto, nos locais onde os projetos esportivos sociais acontecem, identifica-se uma mudança para melhor no contexto social dos usuários, mais especificamente de crianças e adolescentes do qual trata este estudo.

As crianças e adolescentes entrevistados e observadas demonstram entusiasmo em fazerem parte de um dos projetos. A participação deles nos projetos se configura como um prêmio para elas, pois os usuários são oriundos de famílias pobres que não possuem poder aquisitivo para o acesso ao esporte e ao lazer. Assim os projetos se constituem no meio pelo qual podem usufruir dos benefícios

que a prática esportiva oportuniza. Pode-se perceber essa afirmação na fala de um dos entrevistados: “Estou fazendo aulas de diferentes modalidades, coisa que eu nunca tinha pensado em fazer”(E6). Desta forma, os projetos estão cumprindo e oportunizando o acesso as práticas esportivas e de lazer que são, na verdade, direitos estabelecidos na Constituição Federal e desenvolvidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por isso, é que se percebeu na região da 26ª SDR um número muito maior de projetos públicos implantados pelas prefeituras. Na verdade não se trata de caridade ou filantropia dos gestores públicos interessados no bem estar desse segmento, mas de pressões, de metas e de avaliações que acontecem a nível estadual, nacional e mundial pelos organismos responsáveis pelo atendimento às necessidades do segmento da criança e do adolescente como a ONU e UNICEF.

Fica clara a diferença da motivação para implantação de projetos públicos para os privados. Os privados sofrem a pressão mercadológica, fundadas no capital financeiro e na acumulação, respondendo com ações que venham ao encontro as suas necessidades que se apresentam atualmente com a política de responsabilidade social que, como afirma Capeplin (1999), pode ser considerada por seus propositores como um fator competitivo para a empresa.

Na região da 26ª SDR, ao menos no que diz respeito aos projetos sociais esportivos privados, três empresas tem investido em ações nesse sentido. Somente foram encontrados projetos sociais esportivos de iniciativa privada nos municípios de Porto União, Canoinhas e Três Barras. Nos demais municípios, embora possuam empresas que poderiam estar financiando projetos esportivos sociais, não o fazem. A impressão que tivemos nesses municípios é que as empresas estão mais interessadas na acumulação de capital financeiro, sem ações voltadas à população fora os seus empregados, ao menos no que diz respeito aos projetos esportivos sociais.

Essa opção das empresas, principalmente nos municípios menores, demonstra que as pressões sociais, que dizem respeito por um lado às exigências legais e por outro as manifestações dos consumidores e investidores, ainda não estão sendo cumpridas plenamente em relação às questões legais e nem se sentem cobradas pela população ou localidade onde estão inseridas.

4.7.6 CATEGORIA: PROJETOS ESPORTIVOS

BASE DOS INDICADORES
Inclusão social e da afirmação da cidadania, através do acesso e usufruto dos direitos. Que são operacionalizados através das políticas sociais. Inclusão contrapõe-se a exclusão social e seus múltiplos aspectos.

DISCUSSÃO

Todos os seis entrevistados demonstram melhorias ocorridas em suas vidas após a entrada nos projetos. Melhorias que se configuram nos aspectos motores, socioafetivos e cognitivos, como se percebe na fala: “Perdi um pouco da vergonha e melhorei um pouco meu diálogo com as pessoas” (E1). Esta resposta demonstra como a participação no projeto ajudou na questão da socialização que se reflete no aspecto comportamental.

Os projetos para os seis entrevistados se configura como uma porta aberta para o acesso a outras conquistas, como fica claro na fala de um dos entrevistados: “Pretendo fazer cursos, fazer estágios, pra mais tarde conseguir um bom emprego. Continuar com os esportes e fazer faculdade de Educação Física” (E3). Conquistas que dizem respeito ao seu valor pessoal, pois se sentem integrados na comunidade, assim como valores morais e éticos, como respeito, companheirismo e a melhora no relacionamento interpessoal.

Para serem implantados e conseguirem se manter, os projetos esportivos sociais devem estar apoiados em políticas e pressupostos que legitimem suas ações. Nesse sentido, questionou-se os coordenadores e executores dos projetos estudados sobre as políticas e pressupostos que sustentam os projetos. Os entrevistados dos projetos privados afirmam que são políticas das empresas baseadas na responsabilidade social, como se observa na fala: “A política de responsabilidade social da empresa que procura colaborar com a inclusão social de todos os participantes do projeto” (C3).

Com relação aos projetos públicos, os entrevistados afirmam que seguem as determinações e leis municipais. “Trabalhamos conforme determina a lei orgânica do

município” (EX4), afirma um dos entrevistados públicos. Notou-se que todos os entrevistados tiveram dificuldades em analisar quais políticas públicas estavam servindo de base para os projetos. Dois entrevistados não souberam definir o significado de política pública como se percebe nesta resposta em relação à quais políticas públicas sustentam os projetos: “A prefeitura municipal e a secretaria municipal querem garantir a todos a qualidade de vida” (EX1).

Quanto aos benefícios para os participantes, os projetos proporcionam aos usuários diversos benefícios que se refletem em mais responsabilidades e disciplina pela prática esportiva como fica claro na seguinte afirmação: “Proporciona mais responsabilidade através das regras esportivas, disciplina, além de condicionamento físico através da prática de uma atividade física saudável” (C2). Segundo Machado (2007), o esporte proporciona desafios mentais e físicos e colabora para o desenvolvimento social, promovendo a identidade social e grupal. Outros benefícios dizem respeito à socialização e melhoria na estima com a percepção de que podem e fazem parte da sociedade. Pode-se observar esta afirmação na fala de um dos executores: “Dentre vários benefícios que podem ser elencados o principal é a percepção de inserção no contexto geral da sociedade. Também a melhora na auto-estima dos participantes pelo fato de saberem que podem concorrer de igual para igual na sociedade” (EX3).

A percepção da inclusão social pelos usuários, segundo os coordenadores e executores, ocorre pelo fato de perceberem as oportunidades que são oferecidas para o seu desenvolvimento e por fazerem parte de programas e projetos, como afirma um entrevistado: “Por fazerem parte do projeto e pelas chances e oportunidades que podem ter. Por acharem-se capaz de realizar qualquer coisa que queiram fazer”(C1). Outro entrevistado afirma ainda que “Os jovens percebem e principalmente sente-se incluídos quando ele esta sendo tratado por igual aos demais jovens.[...] Pelas chances o oportunidades de crescimento e desenvolvimento que são oferecidas“ (EX1).

Desta forma, após o estudo e a coleta de dados, tem-se uma visão geral dos projetos esportivos sociais que acontecem na região da 26ª SDR. Os projetos nos locais e nas comunidades que atendem, provocam mudanças, principalmente em relação aos usuários. Porém, a imagem que é passada para a sociedade, tanto em relação aos projetos públicos quanto aos privados, é de que essas ações são fruto da caridade pública, quando se trata de iniciativa pública e de caridade ou

atendimento filantrópico quando se trata das iniciativas privadas. Em relação ao segmento da criança e do adolescente essas ações com relação ao acesso proporcionado pelos projetos ao esporte e ao lazer, são direitos legais e instituídos já na Constituição Federal e no ECA, portanto são políticas que deveriam ser cumpridas o que não acontecem na maioria dos casos. Embora tenha projetos esportivos sociais na região, o seu número ainda é insignificante e não atendem a maioria de crianças e adolescentes.

Verificamos, nas entrevistas e observações, que a política de responsabilidade social empresarial, política que está por trás das ações que se transformam em projetos sociais, somente há dez anos que vem sendo implantada na região de maneira mais visível. Até então, os projetos aconteciam somente por iniciativa do poder público. Mesmo assim, na região, somente três empresas que procuram desenvolver projetos esportivos sociais como política de responsabilidade social empresarial.

Esse contexto regional dos projetos públicos e privados demonstrado pelo do estudo, não difere do contexto estadual. Em Santa Catarina, segundo a Fundação Estadual de Esportes (FESPORTE) e a Secretaria de Esporte e Cultura Estadual, existem projetos esportivos sociais em sua maioria com iniciativa pública, fomentados e implantados pelo poder municipal, com apoio de políticas federais relacionadas ao Ministério de Educação, Assistência Social e dos Esportes. Quanto aos privados, são poucas ações voltadas especificamente aos projetos sociais esportivos. A maioria das empresas possuem projetos sociais mais voltados ao gênero de produção, com ações direcionadas ao seu trabalhador. Porém, essas ações já demonstram o envolvimento e atenção dos setores públicos e privados em relação ao segmento da criança e do adolescente.

5 CONCLUSÕES

Este estudo possibilitou uma forma de olhar para os projetos esportivos sociais implementados na região da 26ªSDR, sem a preocupação com os modelos provenientes de outras realidades. Não se teve a preocupação de eleger um modelo ideal de organização, gestão ou execução de projetos esportivos sociais e compará-lo com a prática concreta encontrada na região com a intenção de saber se os mesmo seguem os modelos.

Tampouco buscou-se avaliar as ações em relação a estes modelos. A renúncia aos modelos ideais de projetos esportivos sociais e sua comparação com a prática concreta permitiu esse olhar mais deslocado, para a forma como se desenvolvem os projetos esportivos sociais no contexto específico da região da 26ª SDR, apresentado o perfil e a realidade com que eles se apresentam na região. Mostrando o que representam no contexto social em que estão inseridos como forma de facilitar a compreensão de como os projetos atuam no processo de inclusão de crianças e adolescentes atendidas pelas suas ações.

O que se percebeu nas entrevistas e nas observações realizadas, a região demonstra que os projetos esportivos de cunho social, principalmente os destinados às crianças e adolescentes, constituem objetivos e preocupações por parte principalmente do setor público, não ocorrendo o mesmo com o setor privado. Especificamente na região, notou-se que a maioria ou a quase a totalidade dos projetos sociais esportivos localizados, são ações vinculadas às prefeituras, desenvolvidas pelas Secretarias de Educação e Esportes. Dois desses municípios, Porto União e Canoinhas tiveram seus prefeitos premiados pela Associação Abrinq como "prefeito amigo das crianças" demonstrando com isso, a ênfase dada a esse segmento pelos gestores públicos.

As entrevistas com os executores públicos mostrou a importância e a preocupação com esse segmento. São unânimes em afirmar que é na base, ou seja, são com crianças e adolescentes que devem ser investidas as ações educacionais e esportivas, porque dessa forma é que haverá uma mudança e uma melhoria no desenvolvimento do município e por consequência da região. Essa colocação coincide com o conceito de desenvolvimento regional formulado por Boisier (1992), o qual afirma que desenvolvimento regional é um processo localizado de mudança

social constante que tem como última finalidade o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo que reside nela.

Dessa forma, de maneira mais detalhada, respondendo as questões norteadoras da pesquisa, pode-se concluir que com relação a identificação de quais e quantos são os projetos esportivos sociais destinados ao segmento da criança e adolescente existentes na 26ª SDR verificou-se que, após o levantamento em todos os municípios, realizado nas Prefeituras Municipais, Secretaria de Educação e Cultura e Secretarias e Fundações de Esportes municipais, foram identificados um total de vinte e oito projetos que se enquadram na proposta de projetos esportivos sociais que utilizam o esporte como ferramenta para a democratização do acesso ao esporte e ao lazer que atendem ao segmento da criança e do adolescente.

Quanto a análise do tipo de parceria público-privado que sustenta esses projetos destinados para a criança e adolescente, verificou-se que a relação público-privado acontece nas trocas que se realizam. Em relação aos projetos públicos a iniciativa privada colabora com recursos materiais, ajuda de custos e patrocínios. Quanto aos projetos privados o setor público colabora com a seleção dos usuários através de escolas e comunidades, fornecendo profissionais capacitados para as funções e algumas vezes com transporte.

Em relação à verificação de como esses projetos esportivos sociais (públicos e privados) operam no processo de inclusão social da criança e do adolescente verificou-se que esse processo acontece nas oportunidades do acesso ao esporte e ao lazer e na percepção das crianças e adolescentes de que fazem parte de uma sociedade em que tem direitos e deveres. Essa percepção envolve mudanças de atitudes, dinamismo e reflexão em torno do contexto social em que vivem.

As políticas públicas que incentivam a proposição e execução dos projetos esportivos sociais destinados ao segmento da criança e do adolescente são as definidas na Constituição Federal no seu artigo 227, a Lei nº 8.069/90 desenvolvida no Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 11.438, Lei de incentivo ao esporte, que trata de incentivos fiscais destinados ao fomento de práticas esportivas no país, no qual se baseiam a maioria das empresas privadas para justificarem sua política de responsabilidade social em relação aos projetos esportivos sociais.

Verificou-se pelos usuários dos projetos, que a inclusão se configura no acesso e usufruto de direitos respaldados em leis e, que de outro modo, não estavam sendo cumpridos, caracterizando a exclusão em relação ao acesso a bens

e serviços, mais especificamente ao esporte e ao lazer. Porém, é inexpressiva em relação à quantidade de crianças existentes na região e que não são atendidas em sua totalidade por essas ações. Na região dos seis municípios que compõe a 26ª SDR, segundo resultados da amostra da contagem de 2007, são 43.500 crianças e adolescentes com idade entre 0 e 18 anos. Mais especificamente nos três município estudados, existem 35.236 crianças e adolescentes com idade entre 0 e 18 anos. Portanto, os projetos esportivos sociais existentes na 26ª SDR, estão longe de atender a totalidade de crianças e adolescentes que vivem na região.

Assim, considerando os objetivos propostos, a literatura revisada, a análise realizada com base nos dados das entrevistas e documentos, permitindo a identificação e a caracterização dos projetos esportivos sociais da 26 SDR, assim como a sua participação no processo de inclusão da criança e do adolescente com base em sua implantação é possível concluir, de acordo com a problemática e o objetivo geral da pesquisa, que, de maneira geral os projetos esportivos sociais públicos e privados estão participando do processo de inclusão social de crianças e adolescentes na 26ª SDR pela oportunidade de acesso a práticas esportivas que causam um impacto positivo na vida das crianças e adolescentes beneficiados, principalmente com relação às chances de acesso, retorno e desempenho escolar e profissionalização ou capacitação para o trabalho. Em alguns casos promovendo sua inserção no mercado de trabalho. Os dados indicam que os projetos esportivos sociais se configuram como um importante fator de redução de exclusão social na percepção dos usuários e, conseqüentemente, nas atitudes e ações, decorrentes desta percepção.

Desse modo com relação aos objetivos específicos pode-se afirmar que ao término do estudo, constatou-se que todos os objetivos específicos foram atingidos.

Além das conclusões apresentadas, relacionadas especificamente aos objetivos propostos no início do trabalho, é necessário realizar algumas considerações finais, pois as informações compartilhadas e as interpretações indicam constatações mais amplas, apresentando um panorama mais completo do problema estudado.

Dessa forma, pode-se considerar que após os resultados obtidos e principalmente pela literatura revisada, que os projetos sociais esportivos públicos e privados desenvolvidos na região da 26ª SDR se apresentam como facilitadores de inclusão social quando se refere ao acesso ao esporte e ao lazer. Pôde-se notar por

detrás dessas ações as questões políticas, que dizem respeito às políticas públicas municipais de incentivo as ações esportivas de cunho social e empresariais, que tem foco na imagem e retorno financeiro da empresa, que interferem no desenvolvimento e mesmo no aumento das iniciativas que procuram implantar projetos esportivos sociais na região.

O estudo mostrou o perfil da região em relação aos projetos esportivos sociais e a vinculação com a inclusão de crianças e adolescentes. Este tema é atual e possui interesse para os estudos relacionados ao desenvolvimento regional, pois mostrou que as crianças e adolescentes percebem a inclusão social como sujeitos de direitos e que fazem parte da sociedade. Esse fato tem conseqüências na medida em que estimula a participação da sociedade civil no atendimento e no relacionamento com os sujeitos envolvidos diretamente e com os demais atores públicos e privados envolvidos indiretamente por essas ações. É necessário observar que a colocação de que é possível incluir e desenvolver os sujeitos através de projetos esportivos sociais dependerá de outras variáveis como a melhoria das condições para a qualidade de vida das crianças e adolescentes, a sua educação e a implementação de uma política real de estímulo ao desenvolvimento. Não se pode pensar nestas questões sem considerar variáveis históricas, sociais e econômicas.

Este estudo proporcionou experiência, no sentido de aprimorar o conhecimento sobre a pesquisa e aprendizado obtido na observação e interpretação da realidade apresentada na região da 26ª SDR. Espera-se que esta dissertação tenha gerado contribuições que possam se somar as demais e levar a uma melhor compreensão das ações que utilizam o esporte com fins de inclusão social a fim de auxiliar nas ações que propiciem as transformações necessárias para aperfeiçoamento e fortalecimento dos projetos esportivos sociais.

SUGESTÕES

A continuidade deste estudo está explícita nos próprios resultados. É importante ampliar a pesquisa qualitativa realizada, aumentando o número de entrevistados, incluindo também os pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes participantes dos projetos, para que se trabalhem as questões e as respostas das entrevistas até que entendam esgotadas as possibilidades de novas contribuições à pesquisa.

Sugere-se também propostas baseadas na percepção da realidade demonstrada pelo estudo em relação aos projetos sociais esportivos na região. São elas: Incentivo maior por parte do poder público municipal ao fomento de projetos esportivos sociais privados; formulação e implementação de políticas públicas que venham de encontro às necessidades do segmento da criança e do adolescente no que se refere ao acesso ao esporte e ao lazer, com base em indicadores reais de exclusão nos municípios; ampliação de projetos sociais esportivos baseadas na quantidade de crianças e adolescentes que vivem na região; transformação dos projetos que se repetem ano por ano em programas.

.

.

6 REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. **The politics of social welfare development in Latin America**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1982.

ALEIXO, K. C.; REIS, D. A. **A ação educativa em prol da inclusão social de crianças e adolescentes no município de arcos/MG**. In: 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte, 2004. Anais, p. 85- 93.

ANDER-EGG, E.; IDÁÑEZ, M. J. A. **Cómo elaborar un proyecto: guia para diseñar proyectos sociales y culturales**. Madrid: Instituto de Ciências Sociales Aplicadas, 1997.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Bom tempo, 2005.

BARBIRATO, F. R. **A socialização no contexto dos projetos esportivos: um estudo de caso na fundação gol de letra**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2005.

BARROS, R. P. CARVALHO, M. **Desafios para a política social brasileira**. Rio de Janeiro. Texto para discussão, outubro de 2003.

BOISIER, S. E. **El Dificil Arte de Hacer Region**. Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Cusco: CBC, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei 8.069/90.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1998 a.

BRASIL. **Ministério do Esporte**. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/snee/esportesocial/>. Acesso em 23 de setembro de 2007.

BRASIL. **Ministério do Planejamento e Assistência Social**. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br>. Acesso em: 10 de jan. 2008.

BELO, C. F. F. **Desporto e tramas sociais**. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

BOIXADÓS, M. et al. **Papel de los agentes de socialización en deportistas en edad escolar.** Revista de psicología del deporte, Barcelona, v. 7, n. 2, p. 295-310, 1998.

BORGES, É. V; CAMPOS, L. C. **A auto-estima em crianças participantes do projeto tênis comunitário.** União da Vitória, 2005; 68 p. Monografia (Graduação em Educação Física) - Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, 2005.

BURSZTYN, M. **Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão:** o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, M. No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CALABRESI, C. A. M.; MACHADO, A. A. **Inclusão social e educação física escolar: o jogo psicológico real.** Motriz, Rio Claro, v. 7, n. 1, p. S197, 2001.

CAMPOS, A. et al. **Atlas de exclusão social no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CAPPELIN, P. GIULIANI, G. M. **Compromisso social no mundo dos negócios.** Boletim do Ibase. São Paulo, ano 06, n.11, fevereiro 1999.

CARVALHO, E. R. **Temas em educação especial.** Rio de Janeiro: WVA, 1998.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Desigualdade e a questão social.** 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COHEN, H; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis: Vozes, 1993.

CORREIA, M. M. **Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões preliminares para uma gestão social.** Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 29, n. 3, p. 91-105, maio 2008

DALLARI, D. A. **Direitos humanos e cidadania.** São Paulo: Moderna, 1998.

DAMATTA, R. **Futebol: ópio de um povo ou drama de justiça social**. In: CARVALHO; MAIA. Ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DURÃO, J. V. **Perfil e panorama atual da responsabilidade social empresarial: uma análise da indústria paulista**. Rio de Janeiro, 2004. 77 folhas. Monografia de Bacharelado em Serviço social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ELIAS, Norbert. **Introducción**. In Elias e Dunning, Deporte y ocio en el proceso de la civilization. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1992.

ETHOS, instituto. **Indicadores Ethos de responsabilidade social**. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/desktop=pt-BR>. Acesso em 10 nov. 2008.

FALEIROS, V. P. **O que é política social**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FERNANDES, Â. M. D. et al . **Cidadania, trabalho e criação: exercitando um olhar sobre projetos sociais**. Rev. Dep. Psicol.,UFF , Niterói, v. 18, n.2, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 Ago. 2008.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GALLAHUE, D. L. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. Tradução Maria Aparecida da Silva Pereira Araújo. 2.ed. São Paulo: Phorte Editora, 2003.

GAWRYSZEWSKI, B. **Políticas públicas de lazer para a juventude pobre**. rev. movimento, Porto Alegre, v.12, n. 03, p. 265-278, setembro/dezembro de 2006.

GIFE. **Censo gife juventude**. Disponível em: <<http://www.gife.org.br/censojuventude> 2007-2008>. Acesso em: 20 mar. 2009.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRUPOS DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE) - **Investimento social privado**. Disponível em <http://www.gife.org.br/> . Acesso em 30 de maio 2009

GUARÁ, I. **Necessidades e direitos da criança e do adolescente**. In: Cadernos do núcleo de estudos e pesquisa sobre a criança e o adolescente – NCA, nº 1, PUC – SP, jun. de 1995.

GUEDES, S. L. et. al. **Projetos sociais esportivos: notas de pesquisa**. IN. XII Encontro Regional de História ANPUH -Universidade Federal Fluminense, RJ: 2006.

GONÇALVES, M. A. R. **A Vila Olímpica da Verde-e-Rosa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GONTIJO, D, T; MEDEIROS, M. **Crianças e adolescentes em processo de exclusão social**. Estudos, Goiânia, v. 34, n. 1/2, p. 119-133, jan./fev. 2007.

GOMES, M. F. C. M. **Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico**. In: SILVA, M. O. S. Avaliação de políticas e programas sociais: teoria & prática. São Paulo: Veras editora, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IBGE. **Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000** – Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____ **Contagem da População 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2007/default.shtm?c=1populacao>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

IOSCHPE, E. et. al. **3º Setor: desenvolvimento social sustentável**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2005.

JOBERT, B.; MULLER, P. **L' état en action. Politiques publiques et corporatismes**. Paris, PUF, 1987.

LANDIM, L. **Múltiplas identidades das ONGs**. In Haddad, Sérgio (org.), ONGs e Universidades. Desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Abong, Peirópolis, 2002.

MACHADO, P. X. et al. **O impacto de um projeto de educação pelo esporte no desenvolvimento infantil**. Psicol. esc. educ. v.11 n.1 Campinas jun. 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

_____ **Política social**. Trad. Meton P. Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MEDEIROS M. GONTIJO, D. T. **Crianças e adolescentes em processo de exclusão social**. estudos, Goiânia, v. 34, n. 1/2, p. 119-133, jan./fev. 2007.

MELO, M. A. **As sete vidas da agenda pública brasileira**. In: RICO, E. M. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.

MELO, M. P. **Esporte e juventude pobre: a Vila Olímpica da Maré e as políticas de lazer**. Campinas: Autores Associados, 2005.

MENESTRINA, E. **Educação física e saúde**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2000.

MILANI, M. L. **A presença da solidariedade na (re)filantropização das manifestações da questão social através do serviço voluntário no terceiro setor**. 2004, 320 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

MONTAÑO, C. **Das “lógicas do Estados” as lógicas da sociedade civil: estado e terceiro setor em questão**. In: Serviço Social & sociedade, ano XX, p.30-48, mar. 1999.

_____ **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETO, F. P. M.; FROES, C. **Responsabilidade social & cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Ed. Qualitymark, 1999.

NOVAES, R. **Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso**. In Freitas, M. V. e Papa, Fernanda (orgs.), Políticas públicas : Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

NUZMAN, C. A. **Rio 2007: qual o legado para a educação física?** In: EF órgão oficial do CONFEF, n-23, p. 10, abril de 2007.

PFEIFER, M. **Responsabilidade social das empresas: instrumento de consolidação hegemônica do projeto liberal?** Florianópolis, 2006. 176 folhas. Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, Universidade federal de Santa Catarina.

REIS, E. P.; SCHWARTZMAN, S. **Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sócio Políticos**. Disponível em; <http://www.googleacademico.com.br>. Acesso em 2 dez. 2008.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RICO, E. M. in **Serviço social e sociedade**. Ano XIX. São Paulo, 1998.

RIZZINI, I; BARKER, G; CASSANIGA, N. **Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos**. Disponível em: <http://www>. Acesso em 14 de jan. de 2008.

ROITMAN, R. **A dimensão político-pedagógica da educação física**. In: VARGAS, A. L. Desporto, fenômeno social. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

ROSSETTI, F. Grupos de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) - **Investimento social privado**. Disponível em <http://www.gife.org.br/> . Acesso em 30 de maio 2009.

SALATI, E.; LEMOS, H.M.; SALATI, E. **Água e o desenvolvimento sustentável**. In: REBOUÇAS, A. C. et. al.(Org.): Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. 3.ed. São Paulo: Ed. Escrituras, 2006.

SALES, M. A. **Política e direitos de criança e adolescente: entre o litígio e a tentação do consenso**. In: SALES, M. A; MATOS. M. C; LEAIL. M. C (Org.): Política social, família e juventude: uma questão de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SALOMÃO, L. C. **Esportes: afeto ou agressão? : uma visão revolucionária do mundo dos esportes**. São Paulo: Próton, 1987.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CANOINHAS. **26^aSDR**. Disponível em <http://www.sc.gov.br/sdr/canoinhas>. Acesso em 5 de jun. 2009.

SÉGUIN, E; ROBERT, C. **Desporto e tramas sociais**. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

SILVA, M. O. S. **Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos**. In: SILVA, M. O. S. Avaliação de políticas e programas sociais: teoria & prática. São Paulo: Veras editora, 2001. p. 37 - 93.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, M. L. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, A; et. al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. Seminário Exclusão Social, realizado na PUC/SP, 1998.

TABARES, J. F. **O esporte e a recreação como dispositivos para a atenção da população em situação de vulnerabilidade social**. In: MELLO, V. de A.; TAVARES, C. O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social. Rio de Janeiro: Shape, 2006. p. 212-224.

TACHIZAWA, T. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 2.ed. São Paulo, Atlas, 2004.

TAVARES, S. **Avaliação de projetos sócio-esportivos**. In: MELLO, V. de A.; TAVARES, C. O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

TELLES, V. S. **Questão social: afinal, do que se trata?** Professora do departamento da USP, Pesquisadora do Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania. São Paulo em Perspectivas, 10(4), 1996.

THOMAS, A. **Esporte: introdução à psicologia.** Tradução Maria Lenk. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1983.

TOLOCKA, R.E. **Motricidade humana e atividades motoras adaptadas.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE MOTRICIDADE HUMANA, 2001, Muzambinho. Anais... Muzambinho: SBMH, 2001 (CD-ROOM).

YAZBEK, M. C. **O serviço social como especialização do trabalho coletivo.** Capacitação em serviço social e política social. Brasília, CEFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

APÊNDICES

1. Questionário para diagnóstico de projetos sociais esportivos públicos e privados, bem como seus objetivos, ações.

MESTRADO- INSTRUMENTO PARA PESQUISA

Esta pesquisa objetiva identificar, através de um diagnóstico nos municípios pertencentes a 26ª SDR, os projetos sociais esportivos públicos e privados, bem como seus objetivos, ações e a quantidade total. Este é um questionário fácil de ser preenchido. Os resultados constituirão uma *dissertação de mestrado* em Desenvolvimento Regional.

Sua participação e opiniões verdadeiras são fundamentais para desenvolver este trabalho. Sua contribuição é muito importante! Obrigado.

Élcio Volsnei Borges. Mestrando em DESENVOLVIMENTO REGIONAL – UNC.

PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS

MUNICIPIO:.....

FUNTE DOS

DADOS:.....

SUJEITOS PESQUISADOS:.....

.....

1) Existem projetos sociais esportivos no município?

() SIM () NÃO.

2)Quais?.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

3) Segmento atendido

.....

.....

.....

4) Quantos no segmento da criança e do adolescente?

.....
.....
.....

5) Como são inseridas as crianças e adolescentes nos projetos?

.....
.....
.....
.....

6) Que outras atividades relacionadas ao esporte são desenvolvidas?

.....
.....
.....
.....
.....

7) Qual a frequência semanal dos projetos sociais esportivos?

() 1 vez. () 2 vezes () 3 ou mais vezes.

8) Quais são suas origens?

() Públicos () Privados () Terceiro setor

9) Há parcerias?

() SIM () Não () Em parte

10) Que tipo?

.....
.....
.....
.....

11) Com quem?

.....
.....
.....
.....

12) Qual é a responsabilidade de cada parceiro?

.....
.....
.....

13) Quem executa os projetos?

.....
.....
.....
.....
.....
.....

14) Quais são os objetivos desses projetos?

.....
.....
.....
.....
.....

15) Qual a duração dos projetos?

.....
.....
.....
.....

ROTEIRO PARA ENTREVISTA ESTRUTURADA COM CORDENADORES E EXECUTORES DOS PROJETOS

1- Qual é o objetivo dos projetos?

2- Como tem acontecido os projetos?

3- Os objetivos estão sendo alcançados?

4- Que políticas e pressupostos sustentam esses projetos?

5- Há parcerias? Com quem?

6- Que benefícios os projetos estão proporcionando aos participantes?

7- Qual o seu entendimento a respeito da exclusão de crianças e adolescentes?

8- De que maneira os jovens percebem a inclusão social?

ROTEIRO PARA ENTREVISTA ESTRUTURADA COM USUÁRIOS PARTICIPANTES DOS PROJETOS

Caracterização do participante

Nº..... Município:.....

Idade:..... Sexo:.....

- 1- Com quem você reside?
- 2- Tem irmãos? Quantos?
- 3- Está estudando? Qual a série que cursa?
- 4- O seu bairro tem espaços de lazer?
- 5- Quanto tempo participa do projeto?
- 6- Participa de outros grupos?
- 7- Como a participação no projeto tem ajudado você a viver com os outros?
- 8 - O que mudou em sua vida com a participação no projeto?
- 9 - Qual é o esporte que você mais gosta?
- 10- Você pretende seguir nesse esporte?
- 11 - O que você pensa em fazer no futuro após a sua saída do projeto?
- 12 - Quando há um problema como você o resolve?
- 13 - O que representa a escola para você?
- 14 - Como era sua vida na sua casa ou onde você mora antes de você participar do projeto?
- 15 - Como é a sua vida hoje?
- 16 - O que precisa mudar em sua comunidade?

RESPOSTAS DOS COORDENADORES DOS PROJETOS PRIVADOS E EXECUTORES DOS PROJETOS PÚBLICOS:

MUNICÍPIO	ORIGEM	IDENTIFICAÇÃO
TRÊS BARRAS	PRIVADO	C 1
PORTO UNIÃO	PRIVADO	C 2
CANOINHAS	PRIVADO	C 3
TRÊS BARRAS	PÚBLICO	Ex 1
PORTO UNIÃO	PÚBLICO	Ex 2
CANOINHAS	PÚBLICO	Ex 3

C - Coordenador projeto privado

EX - Executor projeto público

1- Qual é o objetivo dos projetos?

C1 , C2 e C3 - Todos os coordenadores dos projetos privados afirmam que os objetivos dos projetos são a inclusão social, desenvolvimento educacional e iniciativa esportiva.

Ex1 e Ex2 – O objetivo é a inclusão social, proporcionando atividades esportivas sociais para ocupar o tempo ocioso.

Ex 3 – O objetivo é formar cidadãos.

3- Os objetivos estão sendo alcançados?

C1, C2 e C3 - Todos os coordenadores dos projetos privados afirmaram que os objetivos em relação aos projetos estão sendo alcançados de maneira satisfatória e de acordo com as metas traçadas.

Ex 1, Ex3 – Os objetivos estão sendo alcançados.

EX 2 – Os objetivos estão sendo alcançados em parte. Em relação à inclusão e tirar as crianças e adolescentes o tempo ocioso, esta sendo alcançado. Em relação a atividades complementares esta ficando uma falha.

4- Que políticas e pressupostos sustentam esses projetos?

C1, C2 e C3 – Para os projetos privados é a política de responsabilidade social da empresa voltada a diminuição da exclusão social.

Ex1, Ex2, Ex - Para os projetos públicos são utilizadas políticas municipais.

5) Há parcerias? Com quem? Qual é a responsabilidade de cada parceiro?

C1, C2, C3 – Os coordenadores dos projetos privados afirmam que há parcerias com prefeituras, comércio local e empresas. Os parceiros fornecem materiais, transporte, professores e estagiários.

Ex1, Ex2, Ex Os coordenadores dos projetos públicos possuem parcerias com Confederações, empresas privadas e com o comércio. Esses parceiros disponibilizam materiais e uniformes, apoio financeiro, transporte, uniformes e premiações.

6- Que benefícios os projetos estão proporcionando aos participantes?

C1, C2, C3 – Os projetos proporcionam aos participantes mais responsabilidades através de regras esportivas, percepção de inserção no contexto geral da sociedade e oportuniza a socialização das crianças e adolescentes.

Ex1 – os projetos oportunizam o lazer e comunicação social para os participantes.

Ex 2, Ex3 – Os projetos oportunizam a prática sadia e orientada de atividades esportivas.

7- Qual o seu entendimento a respeito da exclusão de crianças e adolescentes?

C1, C3 – Exclusão social é a falta de estrutura familiar, de incentivo político. Quando os direitos da criança e do adolescente não são cumpridos.

C2 – A exclusão social é a exclusão do básico e do necessário.

Ex1, Ex 2, Ex3 – A exclusão se configura quando não são cumpridos os direitos de cidadãos. Cada educador deve ser um agente de inclusão.

8- De que maneira as crianças e adolescentes percebem a inclusão social?

C1, C2, C3 – As crianças e adolescentes percebem a inclusão pelas chances, oportunidades oferecidas e por acharem-se capaz de realizar qualquer coisa que queiram fazer. Por fazerem parte dos projetos.

Ex1, Ex 2, Ex3 – As crianças e adolescentes percebem a inclusão social quando são lembradas e assistidas pelas autoridades através de projetos e quando percebem que são tratadas iguais as outras crianças e adolescentes.

RESPOSTAS DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES DOS PROJETOS

1- Com quem você reside?

E1, E2, E3, E4, E5, E6 - Todos os entrevistados vivem com os pais e irmãos.

2-Tem irmãos? Quantos?

E1, E2, E3, E4, E5, E6 - Todos os entrevistados tem irmãos. O que tem menos irmãos (E2) tem um; e o que tem mais, (E1) tem dez irmãos

4- O seu bairro tem espaços de lazer?

E1, E2, E3, E4, E5, E6 - Os entrevistados responderam que nos seus bairros tem: dois campinhos de futebol; dois campos de futebol; um parque; duas praças; uma pista de skate e uma cancha de areia.

6- Participa de outros grupos?

E1, E2, , E4 - Três entrevistados participam de outros grupos além do projeto.

E6, E5, E3 - Três entrevistados participam apenas dos projetos.

7- Como a participação no projeto tem ajudado você a viver com os outros?

E3, E4 e E6. A participação no projeto ajudou na educação e no respeito com colegas.

E1, E2, e E5. A participação no projeto auxiliou na socialização.

8 - O que mudou em sua vida com a participação no projeto?

E1, E6. Mudou em relação ao acesso a outros modalidades esportivas

E2, E3, E5. A participação nos projetos mudou a forma física e auxiliou no desempenho escolar.

10- Você pretende seguir nesse esporte?

E1. Gostaria de seguir nos esporte mas não tem condições financeira de pagar as aulas.
--

E2, E3, E4, E5 e E6 - Pretendem prosseguir na modalidade esportiva e tornarem-se professores.

11 - O que você pensa em fazer no futuro após a sua saída do projeto?

E1, E3 e E6 –Ao saírem do projeto pretendem fazer cursos e continuar a estudar para conseguirem um bom emprego.

E2, E5 – ao saírem do projeto pretendem ser professores para ensinar a outras pessoas.
--

E4 – ao sair do projeto quer arrumar um emprego e ajudar aos pais.
--

12 - Quando há um problema como você o resolve?

E1, E4, - Resolvem os problemas conversando e pedindo ajuda.
--

E2, E3 e E6 – Resolvem refletindo sobre o problema.

E5 – Resolve do jeito mais simples ou direciona e orienta as pessoas que são a causa do problema
--

13 - O que representa a escola para você?

E1, E2, E3, E4, E5, E6 – Todos os entrevistados consideram a escola como o meio para um futuro melhor.
--

14 - Como era sua vida na sua casa ou onde você mora antes de você participar do projeto?

E1, E5 – Consideravam a vida antes de entrar no projeto ruim e difícil com problemas familiares e econômicos.

E2, E6 – Afirmam que suas vidas antes de entrar no projeto eram chatas.

E3, E4 – Tinham uma vida boa, normal.

15 - Como é a sua vida hoje?

E1, E2, E3, E4, E5, E6 – todos os entrevistados consideram que a vida é boa, alegre, com muitos amigos e com apoio dos pais.
--

16 - O que precisa mudar em sua comunidade?

E1, E3, E4, E6 – Afirmam que nas suas comunidades precisa ter mais áreas de lazer e mais projetos sociais.

E2, E5 – Os entrevistados afirmam que em suas comunidades precisam mudar o comportamento das pessoas, trazendo mais educação, respeito e disciplina.

ANEXOS**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONANDA****RESOLUÇÃO N.º 79 DE 28 DE MAIO DE 2002*****Dispõe sobre a parceria com o Ministério do Esporte e Turismo – MET e o Gabinete de Segurança Institucional e dá outras providências***

O Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, no uso das atribuições legais estabelecidas na Lei n.º 8.242, de 12 de outubro de 1991, e a deliberação do Conselho, em sua 66ª Assembléia Ordinária, realizada nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro de 2.000, resolve:

Art. 1º - Firmar parceria com o Ministério do Esporte e Turismo, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Empresas Privadas, para captação de recursos a serem destinados ao Fundo Nacional Para a Criança e o Adolescente – FNCA, para atendimento de projetos sociais voltados à infância e adolescência.

Art. 2º - Os projetos serão chancelados pela Comissão de Chancela e encaminhados para serem deliberados pelo CONANDA.

Art. 3º - Os recursos serão repassados à Estados, Municípios e Organizações Não Governamentais – ONG' s, através de Convênio.

Art.4º - Fica revogada a Resolução nº 63, de 29 de março de 2002.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Cláudio Augusto Vieira da Silva
Presidente do CONANDA

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONANDA**

RESOLUÇÃO Nº 90, DE 23 DE JUNHO DE 2003.

Dispõe sobre a criação de Comissão de Chancela a Projetos Esportivos Sociais.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA, no uso da atribuição que lhe confere a Lei no 8.242, de 12 de outubro de 1991 e de acordo com o art. 3º da Resolução no 85 de 12 de fevereiro de 2003.

R E S O L V E:

Art. 1º Constituir Comissão de Chancela a Projetos Esportivos Sociais, composta pelos seguintes membros:

- a) Nilmário Miranda – Presidente do CONANDA;
- b) Cláudio Augusto Vieira da Silva – Conselheiro do CONANDA;
- c) Tânia Mara Eller da Cruz – Conselheira do CONANDA;
- d) Alcino Reis Rocha – Representante do Ministério do Esporte;
- e) Roberto Lião Júnior - Representante do Ministério do Esporte.

Parágrafo único. A coordenação da Comissão de que trata o caput deste artigo será exercida pelo Presidente do CONANDA.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NILMÁRIO MIRANDA

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº 94, DE 11 DE MARÇO DE 2004.**

Dispõe sobre o repasse de recursos captados para a viabilização de projetos esportivos sociais destinados à criança e ao adolescente.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, e seu Regimento Interno, tendo em vista a parceria firmada por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos com o Ministério do Esporte, resolve:

Art. 1º Permitir que oitenta por cento das contribuições com destinação específica de viabilizar projetos esportivos sociais ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, nos moldes do artigo 6º, parágrafo único, alínea “a”, da Lei nº 8.242/91 sejam destinados para a implementação dos referidos projetos, inclusive para o atendimento a crianças e adolescentes com necessidades especiais, desde que chancelados pela Comissão que trata o artigo 3º desta Resolução.

Art. 2º Os recursos remanescentes serão aplicados em projetos de interesse do CONANDA, em qualquer área de atuação, em todo território nacional.

Art. 3º Permitir ao Ministério do Esporte constituir a Comissão de Chancela aos Projetos Esportivos Sociais, de que trata o art. 1º desta resolução, garantindo a paridade de representantes do Ministério do Esporte e do CONANDA.

§ 1º Cabe à Comissão de Chancela fixar os critérios de análise e chancelar os projetos apresentados nos termos desta resolução.

§ 2º Os projetos chancelados pela Comissão, nos termos do parágrafo anterior, deverão ser submetidos à aprovação da plenária do CONANDA.

Art. 4º Revogar as Resoluções nºs 84, de 09 de dezembro de 2002 e nº 85, de 12 de fevereiro de 2003.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Nilmário Miranda
Presidente**

Nota: publicada no DOU de 24.03.04, seção I (Presidência da República/Secretaria Especial dos Direitos)

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.438, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DOS INCENTIVOS AO DESPORTO

Art. 1º A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2015, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)

§ 1º As deduções de que trata o caput deste artigo ficam limitadas:

I - relativamente à pessoa jurídica, a 1% (um por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração; (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)

II - relativamente à pessoa física, a 6% (seis por cento) do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

§ 2º As pessoas jurídicas não poderão deduzir os valores de que trata o caput deste artigo para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

§ 3º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios fiscais e deduções em vigor.

§ 4º Não são dedutíveis os valores destinados a patrocínio ou doação em favor de projetos que beneficiem, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica vinculada ao doador ou patrocinador.

§ 5º Consideram-se vinculados ao patrocinador ou ao doador:

I - a pessoa jurídica da qual o patrocinador ou o doador seja titular, administrador, gerente, acionista ou sócio, na data da operação ou nos 12 (doze) meses anteriores;

II - o cônjuge, os parentes até o terceiro grau, inclusive os afins, e os dependentes do patrocinador, do doador ou dos titulares, administradores, acionistas ou sócios de pessoa jurídica vinculada ao patrocinador ou ao doador, nos termos do inciso I deste parágrafo;

III - a pessoa jurídica coligada, controladora ou controlada, ou que tenha como titulares, administradores acionistas ou sócios alguma das pessoas a que se refere o inciso II deste parágrafo.

Art. 2º Os projetos desportivos e paradesportivos, em cujo favor serão captados e direcionados os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei, atenderão a pelo menos uma das seguintes manifestações, nos termos e condições definidas em regulamento: (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)

I - desporto educacional;

II - desporto de participação;

III - desporto de rendimento.

§ 1º Poderão receber os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei os projetos desportivos destinados a promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social.

§ 2º É vedada a utilização dos recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei para o pagamento de remuneração de atletas profissionais, nos termos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, em qualquer modalidade desportiva.

§ 3º O proponente não poderá captar, para cada projeto, entre patrocínio e doação, valor superior ao aprovado pelo Ministério do Esporte, na forma do art. 4º desta Lei.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - patrocínio:

a) a transferência gratuita, em caráter definitivo, ao proponente de que trata o inciso V do caput deste artigo de numerário para a realização de projetos desportivos e paradesportivos, com finalidade promocional e institucional de publicidade; (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)

b) a cobertura de gastos ou a utilização de bens, móveis ou imóveis, do patrocinador, sem transferência de domínio, para a realização de projetos desportivos e paradesportivos pelo proponente de que trata o inciso V do caput deste artigo; (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)

II - doação:

a) a transferência gratuita, em caráter definitivo, ao proponente de que trata o inciso V do caput deste artigo de numerário, bens ou serviços para a realização de projetos desportivos e paradesportivos, desde que não empregados em publicidade, ainda que para

divulgação das atividades objeto do respectivo projeto; (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)

b) a distribuição gratuita de ingressos para eventos de caráter desportivo e paradesportivo por pessoa jurídica a empregados e seus dependentes legais ou a integrantes de comunidades de vulnerabilidade social; (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)

III - patrocinador: a pessoa física ou jurídica, contribuinte do imposto de renda, que apóie projetos aprovados pelo Ministério do Esporte nos termos do inciso I do caput deste artigo;

IV - doador: a pessoa física ou jurídica, contribuinte do imposto de renda, que apóie projetos aprovados pelo Ministério do Esporte nos termos do inciso II do caput deste artigo;

V - proponente: a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado com fins não econômicos, de natureza esportiva, que tenha projetos aprovados nos termos desta Lei.

Art. 4º A avaliação e a aprovação do enquadramento dos projetos apresentados na forma prevista no art. 5º desta Lei cabem a uma Comissão Técnica vinculada ao Ministério do Esporte, garantindo-se a participação de representantes governamentais, designados pelo Ministro do Esporte, e representantes do setor desportivo, indicados pelo Conselho Nacional de Esporte.

Parágrafo único. A composição, a organização e o funcionamento da comissão serão estipulados e definidos em regulamento.

Art. 5º Os projetos desportivos e paradesportivos de que trata o art. 1º desta Lei serão submetidos ao Ministério do Esporte, acompanhados da documentação estabelecida em regulamento e de orçamento analítico.

§ 1º A aprovação dos projetos de que trata o caput deste artigo somente terá eficácia após a publicação de ato oficial contendo o título do projeto aprovado, a instituição responsável, o valor autorizado para captação e o prazo de validade da autorização.

§ 2º Os projetos aprovados e executados com recursos desta Lei serão acompanhados e avaliados pelo Ministério do Esporte.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º A divulgação das atividades, bens ou serviços resultantes dos projetos desportivos e paradesportivos financiados nos termos desta Lei mencionará o apoio institucional, com inserção da Bandeira Nacional, nos termos da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971.

Art. 7º A prestação de contas dos projetos beneficiados pelos incentivos previstos nesta Lei fica a cargo do proponente e será apresentada ao Ministério do Esporte, na forma estabelecida pelo regulamento.

Art. 8º O Ministério do Esporte informará à Secretaria da Receita Federal, até o último dia útil do mês de março, os valores correspondentes a doação ou patrocínio, destinados ao apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos, no ano-calendário anterior.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo serão prestadas na forma e condições a serem estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 9º Compete à Secretaria da Receita Federal, no âmbito de suas atribuições, a fiscalização dos incentivos previstos nesta Lei.

Art. 10. Constituem infração aos dispositivos desta Lei:

I - o recebimento pelo patrocinador ou doador de qualquer vantagem financeira ou material em decorrência do patrocínio ou da doação que com base nela efetuar;

II - agir o patrocinador, o doador ou o proponente com dolo, fraude ou simulação para utilizar incentivo nela previsto;

III - desviar para finalidade diversa da fixada nos respectivos projetos dos recursos, bens, valores ou benefícios com base nela obtidos;

IV - adiar, antecipar ou cancelar, sem justa causa, atividade desportiva beneficiada pelos incentivos nela previstos;

V - o descumprimento de qualquer das suas disposições ou das estabelecidas em sua regulamentação.

Art. 11. As infrações aos dispositivos desta Lei, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sujeitarão:

I - o patrocinador ou o doador ao pagamento do imposto não recolhido, além das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação;

II - o infrator ao pagamento de multa correspondente a 2 (duas) vezes o valor da vantagem auferida indevidamente, sem prejuízo do disposto no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. O proponente é solidariamente responsável por inadimplência ou irregularidade verificada quanto ao disposto no inciso I do caput deste artigo.

Art. 12. Os recursos provenientes de doações ou patrocínios efetuados nos termos do art. 1º desta Lei serão depositados e movimentados em conta bancária específica, no Banco do Brasil S.A. ou na Caixa Econômica Federal, que tenha como titular o proponente do projeto aprovado pelo Ministério do Esporte.

Parágrafo único. Não são dedutíveis, nos termos desta Lei, os valores em relação aos quais não se observe o disposto neste artigo.

Art. 13. Todos os recursos utilizados no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previstos nesta Lei deverão ser disponibilizados na rede mundial de computadores, de acordo com a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o caput deste artigo ainda deverão ser disponibilizados, mensalmente, no sítio do Ministério do Esporte, constando a sua origem e destinação.

Art. 13-A. O valor máximo das deduções de que trata o art. 1º desta Lei será fixado anualmente em ato do Poder Executivo, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto sobre a renda devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real. (Incluído pela Lei nº 11.472, de 2007)

Parágrafo único. Do valor máximo a que se refere o caput deste artigo o Poder Executivo fixará os limites a serem aplicados para cada uma das manifestações de que trata o art. 2º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 11.472, de 2007)

Art. 13-B. A divulgação das atividades, bens ou serviços resultantes de projetos desportivos e paradesportivos, culturais e de produção audiovisual e artística financiados com recursos públicos mencionará o apoio institucional com a inserção da Bandeira Nacional, nos termos da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. (Incluído pela Lei nº 11.472, de 2007)

Art. 13-C. Sem prejuízo do disposto no art. 166 da Constituição Federal, os Ministérios da Cultura e do Esporte encaminharão ao Congresso Nacional relatórios detalhados acerca da destinação e regular aplicação dos recursos provenientes das deduções e benefícios fiscais previstos nas Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para fins de acompanhamento e fiscalização orçamentária das operações realizadas. (Incluído pela Lei nº 11.472, de 2007)

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Orlando Silva de Jesus Júnior

Este texto não substitui o publicado no DOU de 29.12.2006 - Edição extra

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: **PROJETOS ESPORTIVOS SOCIAIS PÚBLICOS E PRIVADOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM PERFIL DA 26ª SDR**, cujo objetivo será de Analisar o impacto dos projetos esportivos sociais públicos e privados existentes nos municípios da 26ª SDR, bem como a contribuição que esses projetos têm na inclusão social de crianças e adolescentes.

Para a realização da pesquisa os dados serão coletados por meio de entrevista estruturada aplicada ao seu filho – como participante do projeto esportivo social _____, existente no Município de_____. A sua escolha se deu devido a ele estar há mais tempo freqüentando esse projeto.

A colaboração DO SEU/SUA (FILHO(A)) neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a SUA FAMÍLIA. Esperamos que a participação DE SEU/SUA FILHO(A) contribua com as propostas de ações e projetos para a melhoria da qualidade de vida no campo e na sua comunidade.

Eu, responsável pelo menor acima identificado, autorizo sua participação, como voluntário(a) no presente projeto de pesquisa.

Os resultados obtidos durante este estudo serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, no caso, a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, desde que os seus dados pessoais não sejam mencionados.

Autorizo igualmente o uso da imagem de meu/minha filho(a) através de fotografias e filmagens.

Poderei consultar o pesquisador responsável Maria Luiza Milani pelo telefone 47-3622-

6696, sempre que entender necessário obter informações ou esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa e minha participação no mesmo.

Tenho a garantia de tomar conhecimento, pessoalmente, do(s) resultado(s) parcial(is) e final(is) desta pesquisa.

Declaro que obtive todas as informações necessárias e esclarecimento quanto às dúvidas por mim apresentadas e, por estar de acordo, assino o presente documento em duas vias de igual teor (conteúdo) e forma, ficando uma em minha posse.

/SC, _____ de _____ de 2008.

Sujeito da pesquisa

Responsável pelo sujeito da pesquisa

Pesquisador Responsável pelo Projeto

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)